



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLIV — SUPLEMENTO “A” AO Nº 76 QUARTA-FEIRA, 6 DE SETEMBRO DE 1989 BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO DE ESTUDOS TERRITORIAIS

**Ata da 5ª Reunião (Extraordinária), realizada
Em 17 de agosto de 1989.**

Aos dezessete dias do mês de agosto de mil noventos e oitenta e nove, às dez horas e trinta minutos, na Ala Senador Nilo Coelho, Anexo das Comissões do Senado Federal, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os senhores: Senador Chagas Rodrigues; Deputados: Gabriel Guerreiro, Alcides Lima e os representantes do Poder Executivo, doutores. Almir Laversveiler de Moraes, César Vieira de Rezende, Charles Curt Mueller e Pedro José Xavier Mattoso. Presente ainda, o Deputado Chico Humberto, deixando de comparecer os demais membros da comissão. O Senhor Presidente deu como abertos os trabalhos e concedeu à palavra ao Dr. Charles Curt Mueller, Presidente do IBGE, que leu o documento “Questões de Limites Interestaduais e Nova Divisão do Brasil em Meso e Microrregiões Homogêneas” e, em seguida chamou o Dr. Fernando Rodrigues de Carvalho que discorreu sobre o documento “Litígios de Limites Interestaduais e Divisas Intermunicipais”. O Dr. Aluizio Capdeville Duarte apresentou o trabalho do IBGE sobre a nova divisão do Brasil em Meso e Microrregiões Homogêneas. O Senador Chagas Rodrigues, agradeceu pela brilhante exposições proferida pelos representantes do IBGE e, concedeu a palavra ao Relator, Deputado Gabriel Guerreiros que, além de agradecer e parabenizar os representantes do IBGE pela exposição dos trabalhos, colocou que terá necessidade de manter

contados freqüentes com os mesmos, para que possa fazer o relatório final. Discorreu sobre as diferenças culturais, sociais e econômicas que envolvem a Amazônia e, criticou a SKIDAM e a SUDENE, a SUDENE foi feita para incorporar a população pobre — este era o argumento — miserável do sertão ao processo de desenvolvimento. No Nordeste tinham 10 milhões de nordestinos, 4 no mercado de consumo, no trabalho e 6 milhões fora dele, quando foi fundada a SUDENE. Depois de gastar todo esse dinheiro, toda essa técnica, todos esses anos, o que tem agora? Tem 40 milhões de nordestinos os quais 8 estão no mercado de consumo e no trabalho e 32 milhões fora dele. Esse mecanismo não serve, é um erro que este país continua usando. Acho que temos que ter coragem democrática de colocar essas questões objetivamente. Não dá para continuar com a Amazônia do jeito que está. Por isso ficou na Constituição que tínhamos prioridade de dar à Amazônia”. Ato contínuo, o Deputado Alcides Lima pediu a palavra e registrou o seu atraso, dizendo que estava na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Discorreu que, em tese, também é a favor da redivisão político-administrativa da região Norte. Considera a região Norte a pré-Amazônia e a Amazônia. Então, é preciso realmente que a decisão do poder público na região Norte esteja o mais próximo possível do ambiente da sociedade-natureza, do ambiente sociedade-espaco. Se ele não estiver, não vamos ver tão cedo, uma modificação no dinamismo da região Amazônica. É claro que essa redivisão político-administrativa não deve ser a toque de caixa. Temos que ter informações técnico-científicas que

permitam fazer essa redivisão de uma maneira mais responsável possível, mas que tem que ser feita. O Dr. Aluizio Capdeville e Duarte — esse modelo de divisão regional que trouxemos, foi uma oportunidade para tentar com que a sociedade brasileira, através do Congresso Nacional e desta Comissão, especificamente, tomasse conhecimento de que muita coisa tem que ser mudada ao encarar o que é o IBGE perante a sociedade. A nossa tendência é a seguinte: fornecer subsídios, fornecer estudos, dar assessoramento e colocar toda a nossa boa vontade, através de uma fundação que é técnico-científica, a sociedade e aos congressistas esse trabalho. O Senador Chagas Rodrigues “o que é que nos leva a uma divisão administrativa do Brasil, a criação de novos Estados e Territórios? A meu ver, o que nos leva a isto é a base científica, é a realidade geográfica no seu sentido mais amplo. Para ser criado, tem que se ouvir o historiador, o sociólogo, o geógrafo, enfim os técnicos. Agora quero dizer aos senhores membros do IBGE que não esperem serem chamados quando da revisão da Constituição. Que os senhores procurem os parlamentares e subsidiem os trabalhos para que sejam reparados os erros. Encerro esta reunião agradecendo os membros do IBGE pela valiosíssima contribuição”. Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, às treze horas, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu, Mauro Dantas, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e, levada à publicação juntamente com as notas taquigráficas contendo o inteiro teor dos fatos ocorridos na reunião.

ANEXO A ATA DA QUINTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 1989, DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A APRESENTAR ESTUDOS SOBRE O TERRITÓRIO NACIONAL E ANTEPROJETO RELATIVOS A NOVAS UNIDADES TERRITORIAIS; NOTADAMENTE NA AMAZÔNIA LEGAL E EM ÁREAS PENDENTES DE SOLUÇÃO (ART. 12 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS), COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE PARA PUBLICAÇÃO.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Havendo número regimental, declaro aberto os trabalhos da Comissão de Estudos Territoriais.

Concedo a palavra ao Dr. Charles Curt Muller, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE —, para a sua exposição.

QUESTÕES DE LIMITES INTERESTADUAIS E NOVA DIVISÃO DO BRASIL EM MESO E MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS — INTRODUÇÃO

Charles Curt Mueller
Presidente do IBGE

Exm^o Sr. Senador Chagas Rodrigues, Presidente da Comissão de Estudos Territoriais; Exm^o Senhor Deputado Gabriel Guerreiro, Relator da Comissão. Senhores Membros da Comissão, Senhores e Senhoras.

Início, fazendo uma introdução a duas exposições técnicas que o IBGE realiza, a convite da Comissão de Estudos Territoriais, sobre questões de limites interestaduais e sobre a nova divisão do Brasil em Meso e Microrregiões Homogêneas, dando uma idéia dos subsídios que a instituição, que tenho a honra de dirigir, pode fornecer para o tratamento de questões sobre as quais a Comissão se debruça.

É responsabilidade do IBGE a produção de informações que caracterizem a realidade política, econômica, social e física do País. Para dar conta dessa missão, o IBGE organiza suas funções, de produção de informações, em dois grandes eixos: um que privilegia a dimensão temporal, visando a fornecer perfis econômicos, sociais, demográficos etc., outro privilegiando a dimensão espacial, que visa incorporação daqueles perfis ao contexto físico do território.

Nesta divisão do trabalho, a produção de estatísticas econômicas, sociais e demográficas é de responsabilidade da Diretoria de Pesquisas, que se apóia, nos trabalhos de coleta, em uma rede de unidades descentralizadas que cobre o território nacional. Com o objetivo de bem retratar os aspectos relevantes da realidade brasileira, a Diretoria de Pesquisa leva a efeito cerca de 50 pesquisas econômicas, sociais e demográficas, algumas de forma contínua e periodicidade curta e que servem de base para acompanhamentos conjunturais, outras eventuais e ainda outras de periodi-

cidade longa mas em maior extensão e profundidade.

Dentre estas sobressaem-se os Censos Demográficos e Econômicos, não somente porque investigam exaustivamente todo o universo de informantes, mas porque propiciam um conjunto abrangente de informações com um grande detalhamento espacial e, do ponto de vista dos trabalhos desta Comissão e dos da Diretoria de Geociências, esse detalhamento é fundamental, pois gera subsídios importantes para estudos de ordenamentoterritorial e rearranjo da organização do espaço.

Por seu turno, cabe à Diretoria de Geociências a produção de estudos, levantamentos e mapeamentos, objetivando a leitura mais completa possível do território nacional, em sua dimensão espacial. Coloca-se, deste modo, no âmbito da Geociências, a necessidade de produzir conhecimentos integrados, sobre as transformações que se operam no espaço geográfico nacional e as questões que suscitam quanto às condições de vida da população e à qualidade ambiental.

Nesse contexto, a Diretoria de Geociências procura dar conta, através de seus estudos, levantamentos e mapeamentos, das seguintes questões, dentre outras:

1. Dinâmica da Divisão Político-Administrativa — acompanhamento e atualização da malha político-administrativa, ao nível estadual, municipal e distrital, envolvendo informações para subsidiar projetos de criação de novas unidades; estudos para informar questões de litígios etc.

2. Dinâmica da Organização Regional — que trata dos sistemas de divisões regionais, institucionalizados ou não, visando manter as divisões regionais do território brasileiro aderentes à dinâmica da organização do espaço geográfico. Como exemplo mais atual deste tipo de atuação, podemos citar a "Divisão do Brasil em Micro e Mesorregiões Geográficas", aprovada em 31-07-89, em substituição à editada em 1969; "As Regiões de Influência das Cidades", editadas em 1987.

3. Dinâmica da Ocupação do Território e seus efeitos no Meio Ambiente — neste caso a preocupação está centrada em questões sócio-ambientais, visando subsidiar ações de governo voltadas para a ordenação do território. Podemos citar, como produtos gerados sobre esta questão: "Diagnóstico Brasil — A ocupação do território e meio ambiente"; "Projeto de proteção do meio ambiente e das comunidades indígenas", dentre outros.

Na nossa apresentação, aqui, hoje, vamos privilegiar os dois primeiros tópicos. Entretanto, estamos à disposição para entrarmos nessa terceira grande linha de atuação na área do meio ambiente. Se for o caso, em uma outra oportunidade.

Estas são algumas das questões tratadas no âmbito do IBGE, através da sua Diretoria de Geociências, cujas atividades estão organizadas em um conjunto de programas, que visam ao desenvolvimento dos projetos de mesma natureza temática:

Programa de Ordenação do Território
Programa de Estudos Geográficos

Programa de Estudos Ambientais
Programa de Mapeamento Temático
Programa de Mapeamento Sistemático
Programa Sistema Geodésico Brasileiro
Programa Atlas
Programa de Informações de Geociências
Programa de Suporte Técnico

Na exposição de hoje tenho a satisfação de trazer a esta Comissão dois depoimentos, feitos por técnicos da Diretoria de Geociências, e que tratam de assuntos do maior interesse para os trabalhos aqui realizados.

Inicialmente, o Dr. Fernando Rodrigues de Carvalho discorrerá sobre litígios de limites interestaduais e divisas municipais; em sequência, o Dr. Aluizio Capdeville Duarte tratará da nova divisão do Brasil em Meso e Microrregiões Homogêneas

Obrigado

Então, peço licença para solicitar ao primeiro técnico para que S.ª faça a apresentação (Palmas)

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE CARVALHO — Exm^o Sr. Presidente da Comissão de Estudos Territoriais, Senador Chagas Rodrigues; Exm^o Senhor Relator, Deputado Gabriel Guerreiro, Exm^o Srs. membros da Comissão de Estudos Territoriais:

O assunto que lhes trago trata de Litígios de Limites Interestaduais e Divisas Intermunicipais

Voltando ao início, meu nome é Fernando Rodrigues de Carvalho, sou Engenheiro do IBGE.

Nota Técnica

DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS — IBGE

Assunto: Litígios de Limites Interestaduais e Divisas Intermunicipais

Interessado: Comissão de Estudos Territoriais-Congresso Nacional
Agosto/1989

Eng. Fernando Rodrigues de Carvalho — IBGE

A Monarquia legou a República trinta questões internas de limites, sem contar as questões externas, felizmente já resolvidas

O IBGE, desde sua criação, vem mantendo uma linha de acompanhamento ao problema das questões internas, seja de limites interestaduais, seja de divisas municipais. Nem podia ser de outro modo, por sua própria missão institucional, o IBGE tem, nos limites interestaduais e divisas municipais, sua área de trabalho por excelência. Diga-se, à guisa de esclarecimento, que se usam, por simples convenção, os termos "fronteira", "limite" e "divisa" respectivamente para as lindes internacionais, interestaduais e intermunicipais.

As bases de organização do Território nacional, hierarquizadas em Macrorregiões e unidades da Federação, Meso e Microrregiões, Comarcas e Termos, Municípios e Distritos, constituem o lugar geométrico onde o IBGE posiciona, referencia e assinala os resultados de todo o seu trabalho de análise do comportamento, valorização e medição dos parâmetros psico-socio-econômicos da realidade brasileira.

No entanto, cabe respeitar o princípio basilar da Federação que é a autonomia dos Estados Federados e, por extensão, a autonomia municipal: o IBGE nunca tentou, nem deverá tentar, impor uma definição de limites ou a interpretação faciosa de uma localização de limite ou divisa.

Ao se decidir dirimir uma questão de limites, sejam fundiários, municipais, estaduais ou internacionais, segue-se invariavelmente uma sistemática balizada por quatro grupos de atividade: Identificação, Delimitação, Reconhecimento e Demarcação.

Na **Identificação**, realizam-se estudos etno-históricos, legais, cartográficos, fundiários, que possibilitem o conhecimento dos limites territoriais em questão.

A **Delimitação** estabelece os limites territoriais, utilizando, através da identificação, indicadores geoeconômicos e vinculação topográfica, observada a situação histórica e atual, bem como a legislação a respeito.

O **Reconhecimento** interpreta e identifica os acidentes ou elementos geográficos estabelecidos nas fases anteriores, mediante trabalho de gabinete ou de campo.

A **Demarcação** executa a medição e materialização, no terreno, por processo de natureza cartográfica, dos limites territoriais em causa.

Estas atividades são competência exclusiva e soberana das partes confrontantes, segundo o princípio da Federação, podendo caber também à União no caso de preceito constitucional; ao IBGE cabe, quando solicitado pelas partes ou acionado pela União, atuar em caráter de assessoria técnica.

Evidentemente, qualquer dos quatro tipos de atividade retromencionadas pressupõe dispêndio de recursos financeiros adicionais ao orçamento regular. Necessário se torna, portanto, prever-se alocação correspondente de recursos, ao se incumbir da tarefa o IBGE.

Fica assim esclarecida a atuação do IBGE, restando agora o cumprimento do dispositivo constitucional na busca do encerramento definitivo das questões territoriais, assunto que, apesar de teoricamente resolvido pela Constituição de 1937, continua sem solução real em muitos casos, como é do conhecimento geral.

A Constituição atual, em dispositivo sugerido por vários Constituintes, por proposta do IBGE, especifica nos parágrafos do art. 12 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a obrigação de os Estados e Municípios promoverem, mediante acordo ou arbitramento, a demarcação de suas linhas divisórias atualmente litigiosas.

Prescreve ainda que se, decorrido o prazo de três anos, os trabalhos demarcatórios não tiverem sido concluídos, caberá à União determinar os limites das áreas litigiosas.

O assunto não foi tratado especificamente na Constituição em vigor até o ano passado, tendo sido objeto de referências específicas nas Constituições de 1891, 1934, 1937 e 1946.

As Constituições de 1934, 1937 e 1946 incumbem da demarcação o Serviço Geográfico

do Exército, àquela época, o único capacitado legal e tecnicamente a cumprir a tarefa.

Com a criação do IBGE e, após 1937, o advento do Conselho Nacional de Geografia, seu integrante, foram sendo absorvidas por essa Fundação as tarefas cartográficas terrestres, antes somente desempenhadas a nível federal pelo Serviço Geográfico do Exército.

Assim, pelas Diretrizes e Bases da Cartografia Brasileira, fixadas pelo Decreto-Lei nº 243/67, o Plano Cartográfico Terrestre Básico ficou dividido entre o Plano Cartográfico Básico do Exército e o Plano Cartográfico Básico do IBGE, cabendo a esta Fundação ainda o estabelecimento, manutenção e coordenação do Sistema Geodésico Brasileiro.

Paralelamente, o IBGE, responsável pela organização das bases cartográficas e estatísticas censitárias, vem alimentando e mantendo atualizada uma base de dados contendo toda a legislação municipal, estadual e federal sobre limites territoriais de toda ordem.

Esta Base de Dados é única no País, sendo utilizada sempre que se necessita lançar limites em cartas oficiais, inclusive as cartas do Serviço Geográfico do Exército.

Face à importância do problema e sua íntima vinculação à missão institucional do IBGE, vem esta Fundação, ao longo do tempo, e em ritmo mais acelerado ultimamente, dinamizando a atividade de coleta, registro, revisão e materialização gráfica dos dados referentes aos limites interestaduais e divisas intermunicipais.

Para tanto, vem aprimorando a base de dados em sua coletânea de legislação sobre limites e divisas. Paralelamente, vem estabelecendo convênios com os órgãos estaduais de terras, quando, ao mesmo tempo em que coleta, revisa e atualiza a legislação vigente, assessora esses órgãos no aprimoramento dos dispositivos legais ambíguos, incompletos ou conflitantes.

Acha-se em andamento a formalização de "Convênio para Consolidação do Arquivo Gráfico Municipal", com várias unidades da Federação; a meta é formalizar convênio com todas.

A norma vigente sobre questionamentos quanto a limites territoriais, no tocante a litígios e posicionamento de linhas divisórias no terreno, orienta os agentes das Unidades Regionais da seguinte maneira:

1 — inicialmente, deve ser constituída uma comissão com membros das unidades territoriais envolvidas e, no caso de municípios, do órgão estadual responsável pela divisão político-administrativa;

2 — esta comissão poderá solicitar o apoio técnico do IBGE, que será estudado, com preferência para os Estados convenientes da Consolidação do Arquivo Gráfico Municipal;

3 — concluídos os estudos e trabalhos da Comissão, poderá ser solicitado o auxílio do IBGE para materialização das linhas, se for o caso, e na dependência de alocação, do recurso financeiro correspondente, com inclusão no Programa de Trabalho do ano seguinte.

A digitalização dos limites foi encetada e caminha a passos largos com a finalidade de

se desenharem, em traçadoras automáticas, os limites e divisas em causa.

Temos, até o presente, armazenados, prontos para traçado automático, todos os limites interestaduais e significativo número de divisas intermunicipais, bem como áreas de preservação ecológica, parques nacionais, reservas indígenas e outras áreas de interesse nacional formalmente instituídas.

Além da digitalização gráfica dos limites e divisas, pretende-se empreender o registro textual, em meio magnético, da síntese descritiva desses limites, segundo suas leis de instituição, utilizando os recursos modernos de edição de texto.

Segundo Rui Barbosa, citado por Mendes Pimentel, os casos de litígio de limites entre unidades territoriais, na União Federal, se bifurcam em duas categorias:

Tipo 1 — alteração dos limites atuais ou adoção de novos limites;

Tipo 2 — verificação ou manutenção dos limites atuais.

O primeiro tipo é causa política, pressupõe acordo e é competência das legislaturas estaduais.

O segundo tipo é causa jurídica, resulta de antagonismos e é competência do judiciário.

Ainda segundo Rui Barbosa, "o legislador não julga de direitos, assim como o magistrado não legisla sobre interesses". O Legislador sela acordos; o Judiciário resolve antagonismos.

A Constituição atual autoriza a solução de litígios por acordo ou arbitramento.

Os casos do primeiro tipo pretendem redivisão, desmembramento, remembramento ou subtração territorial do vizinho.

Os casos do segundo tipo invariavelmente são o corolário de uma ou mais das seguintes situações:

- a) Legislação mal definida — (tipo 2-a);
- b) Legislação conflitante — (tipo 2-b);
- c) Questionamento das fases de Identificação ou Delimitação — (tipo 2-c);
- d) Questionamento do posicionamento na Demarcação — (tipo 2-d);
- e) Falta de Demarcação — (tipo 2-e).

Sem pretender esgotar o assunto, enumeram-se a seguir os casos de litígio mais em foco no momento, referenciados aos tipos e fases retromencionados:

1) Acre-Rondônia-Amazonas: tipo 2-c,d,e — em fase de demarcação no trecho Acre-Rondônia;

2) Amazonas-Pará: tipo 2-c — em aberto desde 1903;

3) Pará-Mato Grosso: tipo 2-e — em suspenso;

4) Pará-Maranhão: tipo 2-c — em suspenso com antagonismos;

5) Piauí-Ceará: tipo 2-a — em suspenso;

6) Ceará-Rio Grande do Norte: tipo 2-c,d — em suspenso;

7) Sergipe-Bahia: tipo 1 — contestação do "status-quo" — pleito na Comissão de Estudos Territoriais;

8) Espírito Santo-Bahia: tipo 1 — contestação do "status-quo";

9) Mato Grosso-Mato Grosso do Sul: tipo 2-e — em suspenso;

10) Goiás-Distrito Federal: tipo 2-e — em suspenso;

11) Paraná-São Paulo: tipo 2-c,e — divergências no trecho Vale da Ribeira-Serra Negra;

12) Litígios intermunicipais, citando-se como exemplo os questionamentos entre Lauro de Freitas e Salvador pela posse da área do Aeroporto, Taubaté e Tremembé solicitando ao IBGE Delimitação e Demarcação e assim por diante, numa série extensa de outros questionamentos.

A fim de minimizar o surgimento de litígios futuros, destaca-se a importância do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, que prescreve, para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, a preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural.

Na mesma linha de raciocínio, ao se desmembrar uma unidade territorial de maior hierarquia, enfatiza-se a necessidade e conveniência de se observarem os limites das unidades componentes de menor hierarquia, ou seja, desmembrar novo município a partir dos limites distritais ou novo Estado a partir dos limites municipais.

Tal prática, já observada na criação do Estado do Tocantins, ao mesmo tempo em que preserva limites anteriormente definidos, preserva as séries históricas da estatística dessas unidades territoriais, acumuladas ao longo dos censos.

Verifica-se que o assunto é vasto e o trabalho é desafiante; todavia, já se tornou rotina para o IBGE, ao longo de meio século de existência, enfrentar e vencer desafios no afã de apresentar o Brasil aos brasileiros e à comunidade internacional.

A Comissão de Estudos Territoriais investe-se de tarefa importante e meritória, continuando a obra patriótica dos cartógrafos, geógrafos e demarcadores de outras eras, contando agora com os recursos modernos da Engenharia, da Cibernética e da Informática, no afã de moldar um Brasil forte, unido e feliz.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Eu queria convocar, a seguir, o Dr. Aluizio Capdeville Duarte, para fazer a apresentação sobre nova divisão do Brasil em meso e microrregiões homogêneas.

O SR. RELATOR (Gabriel Guerreiro) — Sr. Presidente, só por uma questão de esclarecimento, depois eu gostaria de pedir algumas informações a respeito desses litígios citados.

O SR. ALUÍZIO CAPDEVILLE DUARTE — Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. membros da Comissão, não fiquem apavorados com a quantidade de material que eu estou trazendo. Vou procurar ser mais objetivo e, talvez, eu possa depois dar algumas informações a respeito, por que uma divisão regional — o IBGE tem uma prática já desde a década de 40 — pode ter importância para, decisão, para

os estudos de uma comissão de relevância, como essa de estudos territoriais?

A nossa preocupação em colocar esses dois mapas aqui é para mostrar que, ao lado de um dinamismo da organização do espaço territorial brasileiro, através da visão geográfica, que não é uma visão do quadro natural simplesmente, mas, como a sociedade, ao longo do tempo, ela vem produzindo esse território, que é o patrimônio do Brasil, mas que tem peculiaridades regionais, ela vai ter um rebatimento em relação à inércia da divisão territorial. A primeira transparência que eu poderia mostrar aos senhores é que, desde 1968, quando foi feita a segunda divisão regional do Brasil, o número de Unidades da Federação se manteve; igual, em 1989, somente com a mudança da categoria entre as Unidades da Federação, Territórios que foram levados à categoria de Estado, onde há subdivisão do Estado do Mato Grosso e, posteriormente, pela constituição do Estado de Goiás, mais também tinha havido já a fusão da Guanabara com o antigo Estado do Rio de Janeiro.

Eu queria pedir permissão aos senhores para fazer um pequeno histórico a respeito da divisão regional que o IBGE foi criado em 1936, depois, sistematizado em dois conselhos em 1938. Para o censo de 1940, era necessária, além de uma base cartográfica que nós não tínhamos na época, uma certa consistência da publicação do levantamento das estatísticas, que eram feitas pela antiga Divisão de Estudos Fisiográficos e Estatísticas do Ministério da Agricultura. Essa divisão regional deu origem, durante muito tempo, na sua unidade menor, em escala que foi introduzida até mesmo nas escolas de ensino médio, às chamadas zonas fisiográficas. Isso está no povo brasileiro, está na Nação brasileira, está em todos nós, que somos da mata mineira, nós somos do Triângulo, nós somos da Campanha, nós somos da Bragantina, nós somos do baixo Amazonas. Isso eu quero mostrar que, quando o IBGE faz um estudo de divisão regional, para fins estatísticos, para agregar dados estatísticos que são utilizados por diferentes usuários, porque não é todo o usuário que trabalha com 4 mil municípios. Então, o IBGE, desde de 1945, apresentou a sua primeira divisão regional que foi adotada, através de decreto do Presidente da República, em 1941, e, depois, institucionalizada para a área do antigo Conselho Nacional de Estatística, com o resultado do Conselho Nacional de Geografia.

Agora, reparem os senhores uma grande diferença entre a divisão regional de 1941, a divisão regional que foi revista em 1967, e que nós chamamos de microrregiões homogêneas. O Brasil tinha passado por um processo de transformação muito acentuado, com uma reforma administrativa feita em 1967. E o IBGE, em 1968, aprovou, no antigo sistema de colegiado e de comissões consultivas e dentro da própria instituição, que era a Comissão Nacional de Estatística, a Comissão Nacional de Geografia e Cartografia, e fez uma divisão regional, como também em 1941, bastante centralizadora. Felizmente, es-

sa que nós estamos revendo, essa que foi aprovada na semana passada, no início deste mês, no final do mês passado, pelo Sr. Presidente do IBGE, pela resolução da Presidência, ela foi feita de uma maneira diferente, onde todas as Unidades da Federação foram ouvidas, através de todos os seus técnicos. Ao lado disso, havia uma necessidade intrínseca de uma divisão regional, feita no final da década de 60, com dados do censo de sessenta, com a estatísticas contínuas, até 1966, serem revistas 20 anos depois. Ao mesmo tempo, todo o processo científico teórico, conceitual, sobre organização de espaço nacional, tinha passado por um processo de renovação, passando desde os métodos quantitativos até as teorias de dialética, baseado no materialismo histórico. Foi por isso que, na resolução PS 51 de 1989, isto esta como justificativa da apresentação dessa divisão. Como eu disse aos Srs., nós não podemos hoje, no IBGE, sentados nas nossas mesas, com toda nossa experiência de trabalho de campo, não só na área da pesquisa geográfica, como também nos levantamentos geodésicos e todo o levantamento cartográfico, não com esses processos mais de modernização, através da informática, ter condições de conhecer esse País, que tem para mais de 4 mil e 300 municípios, pelo menos, 4 mil, 379 instalados entre o mês de janeiro de 1989. Os outros não entraram nesta divisão regional, mas a resolução prevê um dinamismo, não só da revisão da divisão regional atual, que eu vou apresentar aos senhores, por causa do dinamismo político, social, econômico, que esse País vem passando, após a transformação de 1985. O documento que está aí foi preparado para esta Comissão. Ele não foi preparado diretamente; ele foi transformado num linguajar simples, direto. Não vou lê-lo, porque os Senhores terão oportunidade, mais tarde, de analisá-lo. Aí, já é consenso do Sr. Presidente do IBGE, através do Diretor da área de Ciências, que o IBGE e o seu Departamento de Geografia estão à disposição da Comissão, toda vez que ela achar por bem convocá-lo para esclarecer dados, informações e o detalhamento, porque é impossível, em 20 ou 40 minutos, eu apresentar 135 regiões. Como eu já apresentei, praticamente, toda esta metodologia em 17 Unidades da Federação brasileira, porque, como V. Ex.s. poderão ver aí, eu fui Supervisor do projeto, por também junções institucionais. A reforma do IBGE foi feita em 1986. Criou-se uma nova divisão, na qual, hoje, eu estou na Chefia, que é chamada de Divisões de Estudos Territoriais. Não tenho muita prática, porque eu falo, geralmente, para nível técnico e as salas são pequenas.

Elas estão na mesma escala e eu entrego ao Sr. Presidente da Comissão este mapa, que mostra onde que é político-administrativo. Aí, é uma boa análise para mostrar que — não sou visionista, mas conheço o espaço geográfico brasileiro, e a Geografia considera que a divisão política-administrativa é em funções do próprio espaço, através das sociedades, que vai se apropriando de uma natureza, transformando-a, criando raízes para a sua própria

reprodução, que as diferenciações regionais vão surgindo, independente das posturas políticas, ou das posturas da população. A população vive o espaço. Esse espaço que ela ajudou a construir e essa totalidade são encaradas, na Geografia, desde a época que a Geografia virou ciência, no século XIX.

Mas, no caso brasileiro, existe, incontestavelmente, uma inércia da divisão territorial. Isso pode ser mostrado através desse seis cartogramas, onde aparece as Unidades da Federação desde 1940 até 1980. Aqui, em escala maior, temos a situação em 1989, após 1º de janeiro de 1989. E aqui está o nosso trabalho, um trabalho que tem uma nova concepção teórico-metodológica em relação ao que era em 1941, o que foi 1966, que foi institucionalizada, para o IBGE, na área de estatística, dentro do Sistema Estatístico Nacional; em 1968.

Há um retaliamento maior, comparando com 1968. Há uma nova concepção de que o País é uma totalidade espacial, com diferenciações, que já são por demais conhecidas a nível macro, mas, talvez, pouco conhecida ao nível da esfera federal, quando se detalha ao nível das Unidades da Federação.

A nossa concepção teórica-metodológica, ao preparar esse projeto, tinha que levar em consideração: primeiramente, a intensa subdivisão municipal que ocorreu no Brasil, entre 1968 e 1989, (os Srs. têm o Quadro V. Não sei se vou perder tempo, mas vale a pena mostrar a variabilidade).

Vejam o caso de Mato Grosso, Rondônia e Pará. Se me permitirem, o Brasil, teve uma variação de 10,7% entre 1968 e 1969. Poderão observar que o Estado de Rondônia teve uma variação relativa de 1050%. Rondônia, em 1962, quando fizemos a divisão atualizando-a para 1968, tinha somente dois municípios: Guajará e Porto Velho. Hoje, Rondônia tem, realmente, 23 municípios.

O caso de toda esta área que chamamos de periférica, ou a área de fronteira de povoamento e do capital do País, que se estende pelo norte de Mato Grosso, penetrando pelo Maranhão, é uma área. Realmente, ela precisa ser estudada não em escala nacional, mas a nível da escala inter-regional. Foi isso que nos orientou a entender o Brasil como uma totalidade social, isto é, todo um processo de desenvolvimento capitalista, que vem se organizando desde a época das Capitânicas Hereditárias. E mostrar, também, aos senhores que — mais uma vez, estou dizendo que não estou sendo tendencioso ao divisionismo — o retrato da divisão territorial do Brasil tem muito a ver com as antigas Capitânicas Hereditárias.

Agora, quando pensamos no Brasil, que a nível macro é o que as pessoas que não trabalham com espaço, com economia, ou com as sociedades, se dividem o Brasil em três grandes áreas: o Nordeste, já quase que, de uma maneira jocosa dizer, a área subdesenvolvida, essa área despovoada, como se tivesse numa inércia, porque não tem população suficiente para ocupar este espaço e a área desenvolvida. Não podemos ficar numa simplificação, quando o nosso objetivo é fornecer as informações

do IBGE, nas estatísticas sensíveis, nas estatísticas contínuas e a outros estudos, que não temos, a nível macro e muito menos ao nível micro, as 360 microrregiões. Depois, houve uma revisão para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, em 1986, porque era impossível, Rondônia, já como Unidade da Federação, ser uma meso ou ser uma micro

Podemos comparar o número de microrregiões. Passamos a ter 558 microrregiões e 137 mesorregiões. Agora, digo aos senhores: no documento, está tudo por ordem. Mas eu, como professor, não gosto de ir e voltar, porque a explanação fica mais coerente. Não posso começar com uma introdução e terminar com uma conclusão, se o processo de organização do espaço, divisão territorial e divisão regional é um processo que se inter-relaciona.

Em 1968, só criamos microrregiões homogêneas. Este termo vem sendo utilizado há 20 anos pelos Governos Federal, Estadual e mesmo Municipal, com as Associações de Municípios. Chama de homogêneas, mas temos que ver que a postura metodológica, na década de 60, estava muito baseada no modelo de Perroux e de Boudeville, os economistas franceses que definiram que todo espaço era ou homogêneo ou funcional. Ora, nada na sociedade é tipicamente homogênea; o espaço não é homogêneo, como a sociedade também. Ela não é só inércia ou só dinâmica. A estrutura é uma consequência do dinamismo.

Estou transformando a nossa metodologia num linguajar bastante simples, mas, no documento, ela está mais sistematizada e os senhores poderão analisar ou fazerem perguntas.

O caso é que a microrregião era homogênea, porque estávamos trabalhando com a postura que Perroux fez para o início do Século XX. Estamos, hoje, no final do Século XX, na última década, e não podemos usar uma metodologia da década de 60.

Pensamos no Brasil como uma totalidade e abrimos um processo para a Federação Brasileira ser realmente reativada, e o municipalismo, também, ser reavivado após todo o processo autoritário. A primeira divisão foi feita após a Revolução de 64, em que a fase de autotarismo estava mais acirrada, de 1968 a 1972. Toda a nossa postura metodológica tinha que acompanhar o desenvolvimento científico, não só no Brasil, na área da Geografia e das Geociências, como no mundo, como um todo.

O nosso universo de análise seria a Unidade da Federação. Ela seria pensada também como uma totalidade, inserida na totalidade nacional e, após isso, procuraríamos, através de quatro parâmetros, — chamamos os parâmetros para transformar a metodologia mais clara para quem não é geógrafo, mas seriam quatro fios condutores que se inter-relacionam. O quadro natural, como a primeira natureza, em que a sociedade, que se apropria desse espaço, vai transformando ao longo do tempo. Como determinantes, iríamos estudar os processos sociais, que, na palavra mais simples, seria toda a evolução que a História vem tendo naquele espaço, através de proces-

sos econômicos, e, depois, pela ligação que tivemos com a Europa, depois, com os Estados Unidos e, hoje, com a internacionalização do capital.

Esses processos sociais podem ser analisados a nível nacional, mas eles têm particularidades e se inserem num processo que colocamos aí. Sabemos que existem regiões. Não regiões como divisão regional, porque posso ter divisão para fins de estatísticas, divisão para administração da segurança estadual, de saúde, etc. Eu poderia fazer tantas divisões regionais quantos objetivos tivesse. Mas, uma divisão regional, para o IBGE, onde ele tem uma preocupação de produzir dados agregados ou estabelecer pesquisa, deve haver uma consistência que não é uma homogeneidade nesses agregados parciais. Partindo do todo estadual, veríamos, ao longo do processo que vem praticamente da década de 30 sendo analisado pelo IBGE, até chegar ao nosso conhecimento empírico atual. Ai, surgiram essas 137 mesorregiões.

Essas mesorregiões, meus senhores, representam um quadro natural, não uniforme, mas que deu condições para que sociedade, ao longo do tempo, ali, fosse sendo constituída, reconstituída e transformando aquele espaço. É a cidade o centro articulador da vida desta sociedade nos diferentes municípios.

Utilizou-se, como parâmetro, um outro trabalho do IBGE, que já é o segundo de uma série começada em 1968 e foi feita agora, no final da década de 1970, publicada em 1982, que é como o Brasil se articula, ao nível metropolitano, ao nível regional e ao nível das cidades mais elementares.

O outro elemento, que era fundamental para identificarmos essas regiões, seria as vias de transportes, as estradas, e os rios também. No caso da Amazônia, a articulação espacial ainda se faz pelos rios e algumas áreas se caracterizam por esta forma de utilização de transporte, e levando em consideração, também, as estradas, não só pavimentadas, federais e estaduais mas, também, as chamadas municipais, vicinais, ou implantadas pelo Estado, mas não pavimentadas.

Estes quatro fatores nos orientaram para transformar o Brasil neste quadro, onde o IBGE pretende publicar dados, quando os pesquisadores, quando seus usuários não quiserem trabalhar com as microrregiões que chegaram a 558, e para aqueles pesquisadores que trabalham com 4.379 municípios. Ai, estão só municípios instalados em 1º de janeiro. Outros municípios foram criados, já houve eleição e outros estão em processo de implantação. Os Senhores sabem melhor isso do que eu.

Esse é um retrato de regiões que vêm se montando ao longo do tempo. Não houve nenhuma tendência. Existe uma região que é a Campanha Gaúcha; existe uma região que é, realmente, a Bragantina; existe uma região que é o Triângulo Mineiro, existe uma região que é a região do Sul da Bahia, que foi chamada de Zona Fisiográfica Cacauera, quer dizer, a própria sociedade vai estruturando o seu espaço e vivenciando-o, independente da pos-

tura político-administrativa, da não divisão ou da pulverização dos municípios.

Não posso caracterizar esses 137 espaços mesorregionais, mas de alguns dou linhas muito rápidas para os Senhores, porque são contrastes que ocorrem nas Unidades da Federação, sobretudo após os Planos de Desenvolvimento Econômico I, II e III. Toda a política do Governo Federal, num processo creditício de subsídios e de incentivos, transformou essa periferia. Os projetos mais recentes, os Senhores sabem perfeitamente, já ultrapassam a área para a qual foram criados e chegam à área de povoamento consolidado desde o século XVII, que é o oeste da Bahia, transformando o oeste da Bahia, realmente, numa área que hoje é, desculpem a expressão, muito mais gaúcha do que baiana.

Aqui, eu poderia caracterizar, para os Senhores, os grandes contrastes espaciais. Agora, outra coisa que soubemos também é que estão sendo preparados dois volumes para divulgar esse trabalho. Um é aquele que sai da resolução da Presidência do IBGE, com uma metodologia que está aí, simplificada, a metodologia operacional, para que qualquer técnico, de qualquer área, possa discuti-lo e entendê-la, e também temos toda a listagem, que realmente não deu para xerocar, porque temos problemas orçamentários. Posso até ceder isso à Comissão, para que ela tire xerox. Talvez, ela tenha mais recursos do que o IBGE para isso, porque a cota que temos lá é por divisão.

Aqui, estão todas as Unidades da Federação, a partir das grandes regiões, que não mudamos ainda, que era decreto do Presidente da República. Tem que haver uma necessidade de se rever as macrorregiões. E há um dispositivo constitucional que diz que novas regiões geoeconômicas poderão ser feitas, para que se faça, inclusive, uma política de organismos regionais. A nossa listagem, que é tudo isso, tem aqui os 4 mil e 379 municípios, com as suas 558 micro e com as suas 137 mesorregiões.

Mas eu gostaria de enfatizar algumas diferenciações espaciais, necessárias para uma discussão, talvez, para subsidiar a própria Comissão. Quem percorre hoje o sul do Pará, realmente, pode achar que o sul do Pará é uma unidade regional, mas, entrando nos detalhes de todo o processo recente, sobretudo desde 1980, todo esse sudoeste ou Pará, que é mesorregião 015 — e ela se chamou mesmo sudoeste do Pará — é bastante diferente, sob o ponto de vista do processo de organização espacial, dessa área que está inserida no Grande Carajás.

Esta área do Baixo Amazonas foi povoada logo no início da ocupação do Território Nacional. Ela passou por um processo; inclusive, ela é beneficiada pelo Polamazônia e ela é diferenciada.

O norte de Mato Grosso, que até hoje era uma microrregião, até o dia 30 de julho, aqui, temos uma mesorregião que já foi subdividida. E quem conhece toda essa área do Tocantins e do Xingu e essa área de alta floresta de Aripuanã sabe perfeitamente que o norte ma-

to-grossense não é mais aquilo que era em 1960 e, muito menos, na época em que o Rondon andava por lá, chegando ao Vale do Guaporé e Mamoré.

Bem, aqui, nós subdividimos em duas mesorregiões e já foi uma revisão que fizemos de 1986 para 1988, porque o dinamismo dessa área de fronteira implica numa revisão e numa atualização que está prevista na resolução da Presidência do IBGE.

Aqui, então Senhores, temos algumas microrregiões que têm detalhamentos que vão sair publicados no segundo volume. Então, acrescento meu raciocínio: para fins de divulgação, faremos alguma coisa imediata, que já está praticamente no prelo, que é metologia, a resolução e essa listagem.

E o segundo volume, que é muito mais laborioso, e um comentário sobre todas essas mesorregiões, de acordo com a metodologia, e cada microrregião que se insere nessas mesos, que são as unidades menores de agregados espaciais, a nível de município, agregam-se municípios e se publicam os dados. Os Censos de 1990 já sairão assim, com os dados distritais, alguns censos, municipais, microrregionais, mesorregionais e estaduais.

Mudamos o nome de homogênea para geográfico, porque homogênea não existe, nem no espaço nem na sociedade. Não confundir, ao nível teórico e filosófico, que uniformidade não é a mesma coisa que homogeneidade. O que existe nessas regiões é, realmente, um processo de interação entre a natureza e a sociedade, conduzido através de um processo histórico e político, que faz com que novas lideranças e novas perspectivas de mudança existam, contrariando, até, as forças de inércia prevaletentes desde o início da República.

Acho que não estou falando isso para os Senhores porque estou numa Comissão de Estudos Territoriais. Falei isso em 17 unidades da Federação a que fui para apresentar o trabalho.

A nossa preocupação era sair do IBGE, da sede, ir aos Estados, ter a participação de técnicos externos ao Departamento de Geografia na discussão e tomada de decisão no projeto. O projeto foi para as unidades com uma proposta. Essa proposta foi distribuída a todos os órgãos estaduais de planejamento, e estatística e geografia.

Então, tivemos um conjunto de 174 técnicos do IBGE, da DRG, que é a unidade regional de geociências da nossa Diretoria. Dos outros órgãos e entidades, quem não apareceu para discutir, até mesmo os membros das Assembléias Legislativas foram convidados a participar. Mas nem os que compareceram e que assinaram uma lista de presença e que participaram da decisão final, estão aí representados o Governo Federal, o Governo Estadual, o Governo Municipal e as universidades.

Como a divisão regional é um processo científico, ela não poderia deixar a universidade de fora, a área das ciências sociais e, mais especificamente, a área da Geografia. E ainda demos uma margem de tempo para que as unidades da Federação, através das suas representações, enviassem contra pro-

postas a nossa proposta. Aceitamos e com isso fizemos esse modelo, que tem um objetivo: é para publicar dados estatísticos, ou para pesquisas do IBGE, através de amostragem, onde não se usa o município como unidade de observação.

Agora, ele é um retrato de toda a organização do espaço brasileiro, através de suas diferenciações regionais.

Vou dar uma outra mostra aos Senhores das diferenciações. Todo o Sul do Maranhão era uma área só na antiga divisão regional. Conseguimos identificar aqui 3 mesorregiões, porque, realmente, se cortarmos o Maranhão no sentido Sudeste—Noroeste, o Maranhão tem dois processos muito diferentes de ocupação.

Enquanto esta parte aqui é uma parte da década de 20 e de 30, com os problemas da seca que houve no Nordeste, e em que o Vale do Mearim era um vale de frente pioneira na década de 30, chegou à década de 40, todo esse oeste e o resultado da transferência da Capital para o Planalto Central e a construção da Belém—Brasília. Foi o que fez com que Imperatriz, que até 1950 era um pequeno centro urbano, se transformasse hoje numa capital regional, influenciando o Estado de Tocantins, não só no Bico do Papagaio, e mais tarde chegando e influenciando Araguaína.

Do Pará eu já falei nessas duas grandes diferenciações.

E o Amazonas? No Amazonas, aquela simplificação da homogeneidade da floresta, de um clima úmido e de uma topografia plana, dá uma idéia equivocada, e os Senhores já tiveram oportunidade de tomar conhecimento disso, através do próprio trabalho do IBGE, ou conhecem o Projeto "Nossa Natureza" e as diferenciações na Amazônia, mesmo ao nível ecológico, são muito grandes.

Agora, ao nível da organização espacial, sentimos na Amazônia áreas que têm dinâmismos diferentes e que estão em tempos diferentes, apesar de estar no final da década de 80. Então, toda a área que chamamos de noroeste do Amazonas, que é o Vale do Rio Negro, é uma área que não tem o dinamismo dessa outra área, que é o chamado sudeste Amazonense, onde estão Lábrea, Humaitá, etc.

E toda a área que chamamos noroeste Amazonense, para não chamar Alto Solimões, etc., é uma área que tem muita relação com os rios que nascem no Acre, são afluentes do Amazonas e vão depois, então, atravessar essa área do Purus, etc.

Bem, no caso de Rondônia, duas mesorregiões foram determinadas, enquanto tínhamos só uma mesorregião. É toda essa área do dinamismo, após, a abertura da 364, que começou na década de 60 e que seguiu as linhas telegráficas do Projeto Rondon, e essa área estagnada — não digo decadente, mas estagnada — em alguns trechos em relação a Guajará—Mirim, que é o resultado da Madeira—Mamoré, quando antigos municípios do Amazonas tinham sido penetrados para a construção dessa ferrovia.

Bem, de um modo particular, gostaria de falar de uma região que é uma unidade espacial bastante nítida e onde, por injunções também profissionais, tive oportunidade de trabalhar para a Sudene, para o IBGE e publicar até mesmo um livro sobre isso. Essa área, que tem uma identidade regional desde a Bahia, que era Salvador e o sertão, se identificou a partir do século XX e, transformada em romance por Jorge Amado, se tornou uma unidade espacial clara, com uma independência — vamos dizer assim — de relações com Salvador, a não ser as administrativas.

É isso que nós, geógrafos, chamamos de região. É isso que foi o nosso conceito de mesorregião. Não é a região natural, da década de 40, não é a região homogênea, da década de 60, é a região que é toda a relação sociedade—espaço, transformando esse espaço.

O IBGE, através da Diretoria de Geociência, de modo particular o Departamento de Geografia, está à disposição dos senhores para, realmente, não só enviando o trabalho quando ele estiver pronto, mas, estamos prontos, com a permissão do Sr. Presidente do IBGE, e toda vez que quiserem a nossa presença aqui, poderemos, não eu, pessoalmente, porque não conheço o Brasil com maior totalidade, mas as pessoas que forem encarregadas de fazer cada uma das unidades da Federação. Era isso, Sr. Presidente, que tinha a falar. (Palmas.)

Permaneço aqui, se alguém quiser fazer alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tivemos a oportunidade de ouvir a leitura de três trabalhos aqui, sem nenhum favor, brilhantes. Vamos ouvir o nosso relator, e depois qualquer um dos senhores poderá se manifestar.

O SR. RELATOR (Gabriel Guerreiro) — De início, quero agradecer e parabenizar o IBGE pela exposição dos trabalhos, e de antemão dizer que vou precisar conversar mais demoradamente, talvez mais do que a comissão, porque estou com a responsabilidade de ter que elaborar um relatório com os senhores que fizeram este trabalho de divisão em mesos e microrregiões.

Acho que a divisão regional, principalmente, o que se chama correntemente de “regiões homogêneas” é um trabalho extremamente importante, porque ele induz de certo modo o planejamento para estas áreas. Mas este trabalho de divisão de regiões que agora estou ouvindo novo conceito, no novo tipo de enfoque de que a região, a microrregião, a mesorregião etc. teriam uma nova conceituação, de não mais região homogênea, mais região geográfica, com uma integração entre o espaço e a sociedade que vive lá e o seu dinamismo, queria colocar o seguinte: na minha concepção, o estabelecimento destas regiões pressupõe um conhecimento para que ela seja uma subdivisão científica; ela pressupõe um conhecimento científico dos parâmetros em uma evolução razoável, histórica, dos parâmetros que servem para fazer esta divisão. Eu me

dou conta, mais uma vez, de como este Brasil é extraordinariamente heterogêneo. Se nós olharmos a subdivisão de mesorregiões que existe na área, na chamada Região Sul e Sudeste e mesmo de uma certa parte do Nordeste, e olharmos a subdivisão que existe para o Oeste brasileiro, o Noroeste brasileiro, à primeira vista se tem a sensação de quão vazio de conhecimento é o Norte e o Centro-Oeste brasileiro.

Porque a base do conhecimento de estatística, do conhecimento geográfico, das populações, etc. fazemos esta divisão, evidentemente o Oeste o Norte do Brasil estão completamente desprovidos, apesar do que já avançam muito em relação a outras unidades da Federação.

Vejam os senhores que algumas das mesorregiões do Norte, principalmente do Norte e do Centro-Oeste, cabem regiões inteiras, por exemplo, a Região Sul, algumas das mesorregiões aí do Norte cabem em todo o Sul brasileiro, enquanto o Sul está dividido em uma infinidade de outras microrregiões. As nossas mesorregiões são maiores que os Estados da Federação, do Sul, do Sudeste e mesmo do Nordeste.

Estou fazendo esta observação, porque há um mapa e acho que é do IBGE, pelo menos é vendido aí com dados do IBGE que, se chama Maravilha 89, é um mapa grande na escala de 1 para 2 milhões e meio.

O SR.

— Não é do IBGE, não.

O SR. RELATOR (Gabriel Guerreiro) — Não é do IBGE, mas eles apresentam lá os dados do IBGE, com fonte do IBGE.

Esse mapa, comprei-o para colocar na minha frente para me convencer de que é absolutamente necessário para induzir, não só a um planejamento mais adequado, mas para induzir, ao desenvolvimento, o aproveitamento racional, e quando falo racional não é racional do ponto de vista puramente capitalista, mas sim do ponto de vista da racionalidade humana e da natureza. Para fazer o desenvolvimento desta região é absolutamente necessário traçar políticas públicas, baseadas, fundamentadas nestes estudos científicos e principalmente nestas divisões regionais.

Não posso mais aceitar, e esta é a minha idéia, o senhor frisou muito bem que não é divisionista, mas quero dizer que sou divisionista, e como Relator desta Comissão tenho a responsabilidade de não propor divisões territoriais brasileiras à base do empirismo total, por isso, estou querendo dados.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O Senhor me permite, não querendo interromper? Entendi o ponto de vista dele, ele não parte do pressuposto e não houve pressuposto para ele ser divisionista, mas se ele faz estudos científicos, poderá concluir neste ou naquele...

O SR. CHARLES CURT MUELLER — Queria pedir aparte a S. Ex^a, mas é o caso que o Sr. Presidente já o fez. Quando falei divisionista é que poderia como um técnico, tentar dar o meu ponto de vista. Estou representando

o IBGE e nós fomos convocados para dar uma opinião de um trabalho que não é de divisão territorial. Disse que eu era Chefe de Divisão de Estudos Territoriais e foi uma necessidade que a reforma administrativa do IBGE, agora em 86, implantada em 87, ela sentiu de que nós não poderíamos ficar isentos da responsabilidade também de nos debruçarmos sobre a divisão territorial. Mas V. Ex^a sabe, perfeitamente, melhor do que eu, como Parlamentar e como representante do Pará, que há uma certa inércia. A sociedade tem perfeitamente consciência de que algumas Unidades da Federação, quando perderam os seus espaços, talvez mais dinâmicos no setor, por exemplo, agropecuário, elas vão ter uma série de problemas da ordem, de recursos, de ICM, de produtos interno bruto, nestas Unidades da Federação.

Quando disse que não sou divisionista é para dizer que não vinha com uma tendência a favor ou contra e, muito menos, de bajular uma Comissão parlamentar.

Então, vou dizer o seguinte. Hoje, se o Senhor me perguntar, como técnico, e já estou nesta área há mais de 20 anos, só na Divisão Regional e 35 no IBGE, não tenho uma posição sobre modelos de divisão territorial. E se V. Ex^a me permitir, sem ser didático ou professor, porque a Divisão Territorial ela é um processo político. Então, se fosse um processo político, faria isto, se tivesse que sair desta inércia, em manter as 26 unidades da Federação. Agora, acho que há necessidade de subdivisão, eu, pessoalmente, como técnico que venho acompanhando há 20 anos a produção do espaço brasileiro sob o ponto de vista de região, e conheço este espaço desde 58, através da minha entrada no IBGE, digo ao Senhor que há regiões que são totalmente desvinculadas da capital estadual e não há estados que sejam regiões. Hoje — se o Senhor me permite entrar um pouco mais no assunto, porque nós estamos aqui com Consultores — talvez nós só tenhamos um Estado que seja uma região sob o ponto de vista geográfico, não, para uma missão institucional para provocar dados estatísticos. Esta região que falo que é o espaço vivido, é o espaço político que os franceses, desde o nosso mestre Evidal de Lablache dizia que “eram as províncias francesas que se originaram do regime feudal”. Talvez eu enriqueça a informação ao dar esta explicação.

Nós temos uma campanha gaúcha que montou um município desde a lei orgânica dos municípios de 31, enquanto que nós temos uma região cacaueira da Bahia que pensa o processo de terra, eles não são homens vinculados à terra, mas eles são homens do comércio do cacau, cada vez mais eles se subdividiram porque o sul da Bahia sempre foi uma oposição ao Governo estadual. Não sei se V. Ex^{as} sabem, e devem saber mais do que eu, porque são políticos, que quando ainda havia o PSD antigo e depois a Arena, esta área de Itabuna e Ilhéus sempre foi uma oposição ao Governo da Bahia. Então, nos trabalhos, dizia o seguinte: “Salvador vive às custas da região do cacau”. Ex^a só queria dizer o seguinte, não

tenho conhecimento aprofundado sobre divisão territorial, ela é o fato político. Agora, ela tem que ter respaldo neste conceito da geografia que está sendo incentivado, primeiro na França e agora no Brasil, que quem produz espaço é a sociedade, é o espaço vivido, é o espaço do dia-a-dia.

Concordo plenamente com V. Ex.^a quando V. Ex.^a disse o seguinte: "Que ainda a Amazônia, ela precisa ser subdividida". Eu que andei por lá, eu que vi o que e se sair de um lugar para procurar um remédio em outro, e ter que andar 100 Km via regatão, usando aquelas barquinhas, ou então quando a pessoa morre e não tem nem atestado de óbito, ou se vai fazer um registro de nascimento quando se entra para o Exército. Isso vi quando percorri todo o Estado de Rondônia para fazer atlas lá. Concordo plenamente com V. Ex.^a agora, isto é um retrato da organização do espaço, o nosso conceito é organização do espaço. Este espaço está consolidado que ele é um espaço do capitalismo avançado no País, enquanto que isto é um espaço que está em processo de consolidação. E aí, então, é toda uma questão científica e política que tem que andar junto para resolver estes problemas.

O SR. RELATOR (Gabriel Guerreiro) — Concordo, plenamente, com o professor, mas gostaria de continuar o meu raciocínio no seguinte sentido. Estou muito preocupado em ter os dados científicos, porque também sou professor da Universidade, sou um geólogo e a minha vida foi de pesquisa e me acostumei a só fazer as coisas quando tenho conhecimento, pelo menos, de um mínimo de dados científicos a respeito do que vou pesquisar. Mas quero lhe dizer que este processo que está consolidado no Sul é um processo extremamente perverso para o próprio Sul. Porque hoje os Governos são totalmente influenciados pelo processo consolidado no Sul, que é um processo urbano e industrial e que está a merecer uma revisão completa, por que a atração que ele exerce sobre as populações, sobre os recursos do País, esta fazendo com que o sistema urbano industrial entre em um verdadeiro caos e, ao mesmo tempo, ele, com a sua força econômica, social e política não permite que se planeje para o resto do país. Haja vista que o senhor citou uma coisa que é extremamente sintomática, as duas mexidas que se deram na divisão territorial brasileira foram feitas por ditaduras, todas duas por que que aconteceu isto? Porque era um Governo de força. A sociedade democrática não está sendo competente, não está sendo suficientemente aberta, para não ser tão reacionária a ponto de não permitir que as coisas evoluam. Não posso aceitar que os Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso, hoje já dividido o Mato Grosso, já tendo se tirado da Amazônia alguns territórios que foram transformados em Estados, à margem disto, estes três estados ainda detêm quase a metade do território nacional.

O IBGE deve ter dados, e por isto lhe digo que gostaria de conversar mais detalhadamente sobre isto. Os membros desta Comissão,

e tenho conversado com alguns deles, mostrando que existe uma verdadeira ingovernabilidade. As políticas públicas traçadas para a Amazônia, para o Oeste do Brasil, são políticas traçadas ao sabor dos interesses do Sul e do Sudeste e, portanto, que visam sempre à concentração urbana e industrial que eles já têm e não têm tido até hoje a competência, talvez, uma visão mais estadista do problema, de desenvolver a parte do Norte, talvez até seja isto um privilégio nosso, porque ainda não destruíram tudo e ainda estão começando a destruir...

O Sr. Permite-me um aparte? E agora com outro componente muito forte, que tem o respaldo da comunidade internacional que é a pressão ecológica.

O SR. RELATOR (Gabriel Guerreiro) — Diria a V. Ex.^a que estou preocupado, inclusive quando vejo os trabalhos feitos no Sul e no Sudeste. Realmente, o que existe hoje para o Oeste brasileiro e para o Norte é uma postura política, absolutamente colonialista. O Sul tem a Amazônia, tem o Nordeste como áreas subdesenvolvidas, que dão trabalho a elas, é um problema para elas, e que elas têm que dar dinheiro, elas têm que cuidar dos "pobres diabos" que estão lá. E há o seguinte detalhe, se conversa aqui dentro desta Casa, e esta Casa é muito sintomática, porque ela é a miscigenação nacional, e a gente ouve muito isso: "É um absurdo fazer uma estrada como a Norte — Sul". "E olhem que não tenho nenhuma vinculação com o Governo José Sarney, acho até que a maneira de conduzir esta história, não é sua, é péssima.

Mas, o sujeito chega e diz: é um absurdo, nós temos que fazer isso, gastamos um monte de dinheiro, não sei quantos milhões de dólares.

Ouvi o Deputado Adhemar de Barros dizer isso numa comissão aqui. Eu perguntei para ele: Deputado, V. Ex.^a sabe quanto custa o quilômetro do metrô de São Paulo? Lamentavelmente, o Deputado não sabia. Mas eu quero dizer para os senhores que um quilômetro do metrô de São Paulo custa 100 Km da ferrovia Norte — Sul. E a decisão é política.

Estou tentando, nesta Comissão, e tentei na Constituinte, rever essa questão da divisão territorial. Por quê?

Srs. membros desta Comissão, Srs. Presidente, é fundamental entender que a Amazônia e o oeste brasileiro não têm uma densidade social capaz de criar uma pressão que lhe dê força. Nós não temos uma economia suficientemente forte para nos confrontarmos com os interesses da economia do Sul do Brasil; dessa área já consolidada, que dá aquele monte de meso, que para nós seriam microrregiões, se encaixadas nas nossas mesorregiões.

Veja bem o Senhor, como professor que é, deve perceber que isto passa por uma questão de densidade política.

O Estado de Sergipe tem três Senadores aqui dentro e tem quase o mesmo número de Deputados do Estado do Pará, mais do que o Estado de Rondônia. Essa densidade

política faz com que esta Casa seja o aval, o avalizador de uma melhor distribuição das coisas neste País.

Se nós fizermos a divisão territorial, principalmente do Oeste e da Amazônia, etc., criaremos por visão política, por visão de estadista, uma nova força na distribuição do processo de desenvolvimento, que está demasiadamente concentrado no Sul e no Nordeste, e na periferia do Nordeste, na borda atlântica do Nordeste, não é no sertão.

A minha sensação e o que estou tentando transmitir para esta Comissão e para o Congresso Nacional é que precisamos de algum mecanismo. E eu só vejo o mecanismo de adensamento do processo de decisão política para a Amazônia e para o oeste do Brasil. Na medida em que se cria Estados, territórios, você adensa politicamente isso e, conseqüentemente, você tem maior força dentro do processo político nacional, porque nós não temos força social nem força econômica.

E esse processo político, se houver políticas públicas decentes neste País, pode fazer com que nós tenhamos num futuro não tão distante, que vá pelo menos ao limite da geração dos meus próprios filhos, não seja nem para a minha, mas que seja para a geração dos meus filhos, uma nova situação de distribuição do processo de desenvolvimento nacional, que hoje é absolutamente absurdo.

Nós estamos com uma Índia e uma Inglaterra vivendo juntas, dizendo que somos irmãos, a mesma pátria, numa democracia, sem os mesmos direitos, porque tenho que competir com o Deputado Adhemar de Barros, e eu não tenho o prestígio que ele tem.

Isso é tão gritante a ponto de se dizer aqui que um deputado do Acre é eleito com 2 mil votos e um de São Paulo com 200 mil.

O problema é que somos uma unidade neste País e se nós não tivermos essa compreensão, vamos ter dificuldades enormes, porque essa Índia acaba se separando desta Inglaterra e, aí, vamos chamar o Exército para invadir a pobre da Índia, porque está chiando. É uma situação em que nossa responsabilidade é muito grande nisso.

Eu não estou discutindo a questão do sul da Bahia, que o senhor diz que é uma região extraordinariamente homogênea, nem estou discutindo a questão do Triângulo Mineiro, áreas que foram muito discutidas aqui na Constituinte. Eu tive a oportunidade de conversar com companheiros aqui e eles me disseram o seguinte: não, o sul da Bahia e o Triângulo temos que ver, temos que discutir aqui. Esse negócio de lá, do Baixo Amazonas de vocês, não vejo aqui ninguém gritando por isso, a população lá não se incomoda com isso, é uma questão secundária aqui dentro. Ouvi isso assim mesmo, desse jeito, ouvi de líderes de partidos políticos aqui dentro.

E, no entanto, V. S.^a que é professor e conhece o IBGE, que já andou pela Amazônia, e várias outras pessoas fizeram isso, sabem, por exemplo, que a região do Pará, da Bragantina, tem especificidades e diferenças extraordinariamente grandes com Marajó e são áreas que cabem Estado como o Paraná.

A área do Baixo Tocantins é totalmente diferente da área de Marajó, mas ele ainda guarda uma certa relação.

Agora, a área do Baixo Amazonas não guarda relação com Marajó e não guarda relação com o baixo Tocantins, não guarda relação com Bragantina, não guarda relação com Belém; historicamente, são populações diversas, culturas diversas desde o tempo pré-incaico. Os marajoaras pintavam a louça deles e os tapajós faziam um negócio todo rebuscado e não tem nada a ver a cerâmica do Tapajós com a cerâmica do marajoara, nem na composição das argilas, nem na composição das peças, na forma das peças e muito menos na concepção artística do problema.

Isso é para o senhor ver que estou falando de uma questão da Amazônia que é fundamental ser entendida pelo processo brasileiro. Se daqui a pouco tivermos o parlamentarismo, coisa que espero em Deus que este País tenha juízo e faça o mais rápido possível, vamos ter que ter poder político para o Norte e para o Nordeste assim como para o Centro-Oeste brasileiro.

Então, veja bem, esta é uma questão que vocês do IBGE nos podem dar dados fundamentais, para que nós possamos tomar a decisão política. Ela é, no meu modo de ver, essencial e a única, neste momento, exequível, factível para induzir o processo econômico e social. Porque eu não vou conseguir transformar a população da Amazônia, que está em torno de 10 ou 12 milhões para 50 milhões; e nem seria desejável isso com esta velocidade de crescimento que tem o sul do Pará, de 10% ao ano de 12% ao ano, alguns de 200% ao ano. Eu não quero aceitar esse tipo de processo.

Agora, o processo político de adensamento político dessas regiões para decidir, para ter o que eu chamo de governabilidade, para que se possam traçar políticas públicas capazes de modificar esta situação que existe hoje, eu acho que todo brasileiro, todas as pessoas competentes deste País, todas as pessoas de mentalidade aberta que não sejam preconceituosas, que tenham uma visão crítica do processo histórico que permitam a este País ter um futuro melhor, que desconcentre esse sistema industrial miserável que temos hoje, onde morrem mensalmente centenas e centenas de pessoas numa Baixada Fluminense por causa do processo, do problema urbano industrial que me diz que quanto mais se põe dinheiro em São Paulo mais não se desgracia a vida da população periférica? Quanto mais dinheiro a gente põe no Rio de Janeiro, mais gente atrai gente para lá para morrer na miséria ou para ser assaltante, para gerar trombandinhas.

Não tem jeito. O sistema urbano industrial brasileiro é um sistema que atrai recursos, tira do resto do País, suga, faz da Amazônia colônia e o trato da questão é colonialista mesmo. Nós precisamos parar com isso e para parar com isso precisa ter densidade política lá, porque esse é o único de todos os métodos capazes de mexer com a situação nacional que vejo exequível.

Transferir a economia para lá é uma balela. As políticas públicas que foram feitas para isso, os mecanismos... Quantos anos tem a SUDAM?

O SR. — 66, não é?

O SR. RELATOR (Gabriel Guerreiros) — A SUDHEVEA mais a SUDAM tem 40 e tantos anos de vida

O SR. — Tem mais.

O SR. RELATOR (Gabriel Guerreiros) — A SUDAM tem 20 e lá vai pedrada; a SUDENE foi feita para quê?

A SUDENE foi feita para incorporar a população pobre — este era o argumento — miserável do sertão ao processo de desenvolvimento.

A SUDAM é a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Quanto dinheiro foi jogado lá? Vamos pegar a história de quando começou e como está hoje

No Nordeste — não tenho os dados da SUDAM — mas no Nordeste tinham 10 milhões de nordestinos, 4 no mercado de consumo, no trabalho e 6 milhões fora dele, quando foi fundada a SUDENE.

Depois de gastar todo esse dinheiro, toda essa técnica, todos esses anos, o que tem agora? Tem 40 milhões de nordestinos dos quais 8 estão no mercado de consumo e no trabalho e 32 fora dele.

Esse mecanismo não serve, ele não presta para nada, é um erro que este País continua usando.

Acho que temos que ter coragem democrática de colocar essas questões objetivamente. Não é porque alguns companheiros nossos, com poder político, etc., se vangloriam da SUDENE, da SUDAM, dos desenvolvimentos que elas fazem, apresentam, eles levam a gente até para visitar alguma fábrica, alguma coisa e dizem: foi feito com o dinheiro da SUDAM. Desses mecanismos todos o único que deu certo e que está dando certo, pelo menos deu trabalho e desenvolveu alguma coisa é um enclache chamado Zona Franca de Manaus. Mas isto, mesmo assim, provocou o fato de que hoje mais de 70% do ICM do Amazonas é arrecadado de Manaus. Está acabando por criar um negócio muito diferente.

Estou colocando isso para o senhor ver. Eu não sou divisionista, eu também não sou divisionista, eu sou realista, não dá para continuar com a Amazônia do jeito que está.

Por isso ficou na Constituição que tínhamos prioridade de dividir a Amazônia. Devemos decidir se temos que criar Estados ou não, apesar de o meu Governador Hélio Gueiros não querer, tem alguns reacionários convictos, viscerais que não querem que se mexam nessas coisas, porque as nossas tradições... A nossa tradição é de miserável. Eu já ouvi dizer: "Vamos dividir o Pará", não, vamos dividir a miséria. Pois bem, vamos dividir a miséria para poder governá-la melhor, talvez a gente saia da miséria, porque em 300 anos nós não conseguimos sair da matéria.

O Senhor nos disse que desde as capitânias hereditárias o Brasil tem essa cara de divisão, mais ou menos a mesma coisa.

Eu tenho aqui um mapa que me foi trazido hoje, estou muito empolgado com ele, que já tem até o Estado do Tapajós

Eu me dou conta de que já houve gente mais lúcida neste País. Eu não posso aceitar que nesta situação que estamos aqui a gente não tente pelo menos fazer isso. Por isso gostava de ter oportunidade de conversar mais longamente e ter, principalmente, aquilo que eu dizia no começo, os dados mais objetivos sobre os quais as pessoas se basearam, os estudiosos se basearam para montar esta redição em microrregiões homogêneas, ou microrregiões geográficas porque isso é essencial para nós, ou seja, mostrar as questões sociais, econômicas que estão dentro desses espaços e, acima de tudo, gostaria de dizer para os senhores que, parece-me que na sua própria colocação, em relação à Bahia, passa muito por uma questão que é fruto da própria dinâmica da sociedade e da economia que é a cultura.

Esse espaço cultural do sul da Bahia é realmente diverso de Salvador; como o espaço do Baixo Amazonas é diverso do de Belém, não tem nada a ver a música de Santarém com a música de Belém: uma é carimbó e a outra é completamente diferente disso. O sujeito dança carimbó em Belém e dança outra coisa além até do chão. Então, nós precisamos rever a divisão territorial e o IBGE, deve ter até coragem para dizer isso claramente: nós precisamos mexer, não dá. Quanto a processo de ingovernabilidade, Dr. Muller, as informações são dadas, o cara diz uma coisa, você vai lá no município tem outra completamente diferente. Nós precisamos rever essa questão. O IBGE deu uma enorme contribuição hoje mostrando esses mapas. Só de olhar para esses mapas vemos que é preciso dividir aí uma porção de coisa. Eu sou divisionista, procurarei fazer um Relatório baseado nos dados que a Comissão tiver disponíveis, vou me ater a isso e vou submeter à aprovação desta Comissão que é bastante heterogênea. Tem gente aqui que veio, como disse o Deputado Chico Humberto, só para embananar. Eu não vim aqui para embananar. Eu vim aqui tentar viabilizar as coisas.

O senhor ficou satisfeito com a exposição e eu chamaria a atenção do professor para que olhasse bem para o mapa do Brasil na atual divisão territorial e visse o tamanho desse triângulo formado pelo Pará ou Amazonas e Mato Grosso e pensasse: se o senhor sentasse na cadeira de Governador, como iria fazer a Secretaria da Educação de Belém atender o Município de Faro? Como é que o senhor, em Manaus, sentado, iria cuidar daquele povo ribeirinho que está subindo de Tabatinga para cima, por aí assim. Como é que fazemos isso? Ensina-me, porque sou amazônica nascido, criado e vivido. Se vocês tem alguma sugestão nesse sentido, de governar isso, eu estou aceitando de bom coração, vou transmitir amanhã para o Governador, porque ele não sabe o que fazer. Eles estão gritando para não dividir,

não sei o que, mais está totalmente embananado, tenho relatório de dois mês atrás do Governo, é realmente ridículo o que diz o relatório, absolutamente nada a ver com a realidade que existe objetivamente lá. Então, eu queria que o IBGE entrasse duro nessa questão de realmente fazer sugestões sobre essa divisão, se como está está bom ou se não está o que seria sugerível de se mexer.

O SR. — Sr. Presidente, como nós ouvimos a explanação dos expositores e agora queremos colocar algumas considerações, eles poderiam, ao final das nossas, fazer um rebate mais completo, porque eu teria também algumas coisas a acrescentar ao Deputado Relator. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Pode. O nosso Professor Aluizio gostaria ligeiramente de se reportar às palavras do nosso Relator.

O SR. — Sr. Presidente, acho que a proposta do Gabriel Guerreiro... Mas se V. Sa. concorda, então vamos ouvir...

O SR. — ... ir ao encontro das sugestões e colocar nosso Departamento de Geografia à disposição da Comissão porque nós temos outros estudos que poderiam subsidiar esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alcides Lima

O SR. ALCIDES LIMA — Em primeiro lugar, só quero pedir, registrar o meu atraso; eu estava na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que já não se reúne há vários dias, porque a sala estava em reforma e eu não pude chegar no início. Também quero pedir desculpas se alguma consideração que eu fizer já tenha sido motivo de consideração durante as exposições. Mas eu quero dizer também que, em tese, eu sou a favor da redivisão político-administrativa da Região Norte. Considero a Região Norte a pré-Amazônia e a Amazônia. A explanação do professor foi muito profunda, apesar de alguns pontos, pela questão do tempo terem sido tangenciais. Mas ele fez considerações de profundidade, mostrando para nós como o Brasil chegou a esta situação geopolítica. E como o IBGE vem tratando a questão da divisão regional ao longo do tempo. Eu estou vendo ali várias cores e várias divisões. Acho que tem mesorregiões dentro de macrorregiões e dentro das mesorregiões tem microrregiões.

Eu penso que para a análise de ordem social e econômica, a exposição e a configuração guarda sem dúvida uma aproximação muito grande com o processo histórico, político, social e econômico. E esse enfoque novo que o IBGE está dando para definir esta configuração, me parece muito atual e muito inteligente. Eu também entendi, contrariamente ao que entendeu o Deputado Gabriel Guerreiro, que o Professor não é contra a divisão político-administrativa. Evidente que o IBGE, como um órgão técnico, se pudesse definir essa redivisões político-administrativas, a partir de da-

dos que ele tem, evidente que seria melhor, porque na medida em que essa redivisão político-administrativa se processa por uma divisão política, ele tem dificuldades de pensar a série histórica que ele tem das informações dos dados para poder justificar esta decisão política. Penso que o IBGE tem dificuldades de conciliar a posição técnica com a posição política quanto à questão de redivisão político-administrativa. Penso que é um dado que não tem muita relevância, mas existe. Concorde que a região amazônica, e esta Comissão foi criada a partir daquele dispositivo constitucional que ressalta a Amazônia nesses estudos de redivisão territorial e nós, que vivemos dentro dela e que convivemos também com este centro de decisão do nosso País, não só no Congresso, mas também na área do Poder Executivo, sentimos que há uma posição muito refratária para que a Amazônia tenha a força político-econômica necessária para o seu desenvolvimento. Concorde plenamente que há lonialista em relação à Amazônia. Mas, nós estamos dentro desta dicotomia: desenvolver ou não desenvolver a Amazônia, deixá-la como um santuário ou integrá-la definitivamente ao processo do desenvolvimento brasileiro. Os interesses são muitos e a gente sabe tanto da comunidade internacional como da própria comunidade nacional. Eu penso que o Brasil democrático que tanto lutamos está tornando a Amazônia novamente isolada, o pouco que conseguimos ser integrados à comunidade nacional, por incrível que pareça, e tenho que admitir isso, aconteceu no processo revolucionário, por decisões autocráticas; porque dentro do processo democrático de correlação de forças econômicas, políticas e sociais, a Amazônia continuará como era antes, porque temos percebido, sentido que o Congresso Nacional reflete essa mentalidade. Daí, nós temos que partir, realmente, para um modelo que faça a Amazônia dinâmica para que ela tenha esse poder de barganha para definir melhor o seu processo de desenvolvimento. Eu sempre cito um exemplo. Se Rio Branco, hoje Roraima, tivesse continuado no município do Amazonas ele não estaria no estágio em que está. E ele foi transformado em Território Federal por uma decisão autocrática do Presidente Getúlio Vargas, como outros foram criados. E a dificuldade que encontramos para sermos unidade da Federação foi muito grande. Então, é preciso realmente que a decisão do poder público na Região Norte esteja o mais próximo possível desse ambiente, do ambiente da sociedade-natureza, do ambiente sociedade-espço. Se ele não estiver não vamos ver tão cedo, ou mais ou menos cedo, uma modificação no dinamismo da Região Amazônia. É claro que essa redivisão político-administrativa não deve ser a toque de caixa. Nós temos que ter, como disse o nobre Relator, informações, técnico-científicas que permitam fazer essa redivisão de uma maneira mais responsável possível, mas que tem que ser feita, não tenho dúvida, eu já cheguei a esta conclusão e tiro como exemplo o hoje, Estado de Roraima, antigo Território de Roraima, que foi município do Amazonas.

Para não ser mais longo na minha intervenção fico por aqui, nesta oportunidade

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Alguns dos Senhores desejam fazer o uso da palavra? (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Chico Humberto

O SR. CHICO HUMBERTO — Se V. Ex^a me permitir, eu queria apenas cumprimentar o brilhantismo das palestras que tivemos aqui hoje. A concordância ou a discordância de determinados pontos, ou itens, acho que não alterara o processo e o andamento desta Comissão

Entretanto, queria apenas traçar um comentário muito breve. Tenho muito medo das divisões responsáveis, como citou o nosso companheiro-colega, Deputado Alcides Lima. Porque até hoje foi feito um termo de responsabilidade pelo crime que se comete no desprezo à criança brasileira. Em decisões responsáveis foi levado ao abandono todos os hansenianos brasileiros. Como decisões responsáveis, estamos no caos em que estamos, com a economia brasileira. Acho que a redivisão territorial passa principalmente pelo que é mais grave, hoje, no Brasil, que é o problema da economia, sim. A redivisão permitira que haja um governante mais perto do seu governado para decidir sobre nossos problemas. Não estamos mais na época em que se batia a caneta na mesa ou se assinava um decreto e aquilo era obrigado a ser executado. Hoje, acho que devemos trazer a participação desta sociedade, Dr. Aluizio, como o Sr. muito bem defendeu aqui. As regiões que se formam, formam-se de acordo com o que há de comum entre pessoas. E para isso que temos que voltar, agora, as nossas vistas. Vamos, sim, redividir este País...

O SR. ALUÍZIO CAPDEVILLI DUARTE — Voto a favor da redivisão.

O SR. CHICO HUMBERTO — Sei disso. Acontece que nas decisões responsáveis — não estou dizendo em termos... Seu voto foi uma decisão democrática, em primeiro lugar. O grande problema é que até hoje estamos com as decisões responsáveis feitas em gabinete

Gostaria apenas de perguntar aos nossos companheiros do IBGE: se, por acaso, forem Estados — agora, um parecer — como agiriam no caso uma proposta de redivisão para o País?

O SR. CHARLES CURT MUELLER — Vou fazer uma consideração de ordem geral, depois, passo a palavra para o Aluizio Capdevilli Duarte, que tem algo a dizer também

O IBGE é um órgão eminentemente técnico, e a criação de uma unidade nova, a redivisão territorial do Brasil tem um complemento político muito grande que tem que ser considerado. Não é o Congresso Nacional, são as Assembléias Legislativas, são as populações locais etc. que estarão mobilizadas e pressionar no sentido dessa criação. O IBGE, neste momento, é muito claro. Estamos à disposição do Congresso Nacional, desta Comis-

são, das comunidades locais, a fim de prestar informações no sentido de fornecer elementos, dados, para que se possa, se for decidida essa divisão, fazê-la da melhor forma possível em termos de saber o que é que estamos fazendo. E neste sentido, basicamente, que atuamos.

Obviamente, o Departamento de Geografia, a divisão do Aluizio Capdevilli Duarte pode até fazer estudos prospectivos etc. Entretanto, não vamos entrar no mérito da coisa, no sentido de fazer recomendações muito fortes em termos de um processo que tem esse componente político muito forte e que extrapola das nossas atribuições.

Eram essas as considerações que queria fazer, em termos muito gerais.

Gostaria que o Aluizio Capdevilli Duarte também comentasse um pouco a respeito do assunto.

O SR. ALUÍZIO CAPDEVILLI DUARTE — Esse modelo de divisão regional que trouxemos, vamos dizer assim, foi uma oportunidade para tentar com que a sociedade brasileira, através do Congresso Nacional é desta Comissão, especificamente, tomasse conhecimento de que muita coisa tem que ser mudada ao encarar o que é o IBGE perante a sociedade. Estamos sempre atentos, porque, a qualquer momento, poderemos ser convocados para nos pronunciar.

Quando a Assembléia Nacional Constituinte estava discutindo o regime parlamentar e se o voto seria distrital ou não, o próprio Departamento de Geografia fez um trabalho, utilizando o material do Prodasen para dar alguns conceitos, algumas diretrizes técnico-científicas, para não acontecer o que acontece em alguns países em que o distrito eleitoral é feito à revelia de qualquer processo técnico-científico ou conceitual. Desse trabalho, depois, que foi resolvido que não haveria mais voto distrital, fizemos só um exemplo do Estado do Rio de Janeiro não arquivamos esse trabalho, e sairá publicado na Revista Brasileira de Geografia.

Nobres Srs. Deputados e representantes do Poder Executivo nesta Comissão, essa divisão regional não é o retrato de divisão territorial. Acho que é necessário realmente que as duas coisas sejam colocadas na mesma escala. Eu tentei demonstrar, realmente, a inércia que houve quanto à divisão territorial. O conceito de divisão territorial é político-administrativo, é decisão realmente daqueles que têm poder, como o Dr. Aluizio acabou de dizer. Agora, ele é um processo de forças que deve ser resolvido no Congresso Nacional.

Agora, o que fazemos no IBGE? Toda vez que somos solicitados, respondemos. Na época da divisão do Estado de Mato Grosso já estava definido que o Estado estaria dividido. Aí, pediram-nos — aí faz parte da memória do IBGE — um respaldo para aquela divisão. Eu, como Geógrafo e conhecedor do Pantanal, fui contra a divisão do Pantanal em dois segmentos: um, para o Mato Grosso; e o outro, para o Mato Grosso do Sul. Quer dizer, uma unidade que já existia há séculos foi seccio-

nada por dois Estados. Então, não demos um parecer técnico, nós caracterizamos os dois Estados, que, previamente, estavam divididos.

Agora, reparem os senhores, a nossa postura em relação à divisão regional foi diferente da nossa de 1968 e diferente da de 1945. Dois regimes autoritários. Quer dizer, fomos a todos os Estados. Só não fomos ao Distrito Federal porque, por definição, não há municípios.

Agora, o IBGE está sempre pronto, ele tem um arsenal não somente de dados estatísticos, porque dados estatísticos podem ser colocados no computador e transformados naquelas unidades especiais que completamos e fazemos como quisermos. Por exemplo, vai sair, agora, no final deste mês, uma geografia regional do Brasil para a região Centro-Oeste, na qual a nossa preocupação tem sido de dar uma estrutura espacial que independa dos objetivos desse projeto.

Porque esse projeto, Sr. Relator da Comissão, Deputado Gabriel Guerreiro, tem seu objetivo centrado nas microrregiões — que V. Exª, depois, terá oportunidade de ler — que mostrará todas as diferenciações desse Baixo Amazonas que V. Exª claramente com seu conhecimento mostrou. Como essa região, aqui, do Sudeste não é aquela área do Carajás é mal do índio brasileiro dizer que é Carajás. Entretanto, isso aqui não é o Carajás. Foram criadas, aqui, parecem, dez microrregiões. Agora, a finalidade dessa divisão regional é só para agregar os dados estatísticos.

Nobre Deputado Alcides Lima, o IBGE tem uma memória de estudos de divisão territorial não por programas anuais de projetos. Porque o IBGE tem cinquenta e três anos de idade e toda a administração brasileira vem acompanhando um dinamismo diferente. Até a década de sessenta, o planejamento no Brasil era alguma coisa muito utópica e localizada, muito mais em caráter de desenvolvimento de uma bacia hidrográfica. Quando se criou o Plano de Desenvolvimento Econômico, o IBGE passou a trabalhar nesta linha de investigação.

Então, há estudos de divisão territorial que, a meu ver, não têm nenhuma fundamentação teórica e conceitual e, muito menos, um modelo de desenvolvimento. O último foi publicado isoladamente por um antigo Diretor da área, Antônio Teixeira Guerra, já falecido, que escreveu sobre uma divisão regional, que está publicado na Revista Brasileira de Geografia, ano XX, nº 2, de 1960. Esse documento poderá ser acessado ao ouvir a Delegacia do IBGE, a representação da Previdência, etc. Quer dizer, existem quatro estudos antigos do IBGE, feito por pessoas do IBGE, por consultores que existiam naquela época. Um da década de 1940, outro da década de 1950 e outro da década de 1960. Depois, paramos como disse o Professor Charles Curt Mueller, realmente é uma decisão política. Somos um órgão técnico. Trabalhamos para todos os governos, e mesmo para os governos autoritários. Dizem que houve uma lei, que chamaram pessoas, não analistas sociais, um pouco precipitadas nas suas conclusões, chamaram a

Lei do Estado Novo. Entretanto, essa Lei do Estado Novo, que é de 1938, foi para disciplinar a questão dos Municípios. Jogaram sobre o IBGE essa alcinha de que era uma lei feita por geógrafos para atender às prerrogativas do Estado Novo.

Então, a nossa tendência é a seguinte: fornecer subsídios, fornecer estudos, dar assessoramento e colocar toda a nossa boa vontade, como representantes do Poder Executivo, através de uma fundação, que é técnico-científica, a sociedade e aos Congressistas esse trabalho.

Agora, temos estudos nesta área da Amazônia, como é o Programa Atupimaci, que é um projeto do meio ambiente com comunidades indígenas. Já estão fazendo estudos da área da Calha Norte.

O Dr. Davi, que está presente aqui, poderá até entrar em certos pormenores. Haverá outras reuniões se forem necessárias. Quer dizer, estudos temos.

Agora, o modelo de divisão territorial é difícil em nível técnico. Em nível pessoal, posso fazer o meu, pelo meu conhecimento sobre o que é Geografia, o que é sociedade, o que é espaço e toda nossa tradição de cinquenta e três anos, não meus, mas do IBGE. Tenho trinta e cinco anos de IBGE.

Entretanto, é a mesma coisa que se toca num assunto muito sério dentro do nosso programa de trabalho — é a divisão em macrorregiões, que V. Exª perfeitamente viram neste mapa. Se me perguntassem se o Estado do Tocantins deveria ter ficado com a região Norte, diria não. Não, porque acabei de fazer essa obra intitulada "Geografia do Brasil", que está há dois anos no prelo e que sairá agora. Esta área, aqui, deveria estar integrada a este Centro-Oeste.

Os Estados Unidos têm uma divisão regional para o país em macrorregião que vem do Século XVIII. Agora, o que tem que haver sobre divisão são subdivisões administrativas ou até censitárias, como eles têm enorme realidade para fins censitários, que todo o mundo conhece, ela é realizada. Agora, como é um país que tem toda uma estrutura de espaço diferenciada, apesar de ter dimensões semelhantes ao Brasil, as coisas lá são todas de uma maneira diferente.

Quando o nobre Relator, Deputado Gabriel Guerreiro, chamou a atenção para a nossa subdivisão aqui — porque isso é um retrato do processo de três séculos — mostrei isso no início. Agora, esse é um processo que está sendo modificado após, realmente, a década de setenta e; de modo especial, de oitenta.

Agora, é difícil para nós conciliarmos a parte técnico-científica conceitual com o modelo de divisão territorial que é um confronto de forças políticas. Quer dizer, daremos os subsídios, daremos os estudos e forneceremos, então, esse material para a Comissão decidir.

O IBGE está pronto, o Departamento de geografia tem necessidade, tanto é que o nosso trabalho sobre distritos eleitorais teve uma certa preocupação. Quando o IBGE fosse solicitado à época, teríamos um documento que já seria prestado, o do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Eu queria tratar justamente a respeito desse assunto. Por que o Estado do Tocantins integra a Região Norte? Isso teve ocorrência na área administrativa ou foi uma lei que determinou isso?

O SR. ALUIZIO CAPDEVILLI DUARTE — Foi regulamentado pela atual Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A própria Constituição disse? não, a Constituição dividiu.

O SR. ALUIZIO CAPDEVILLI DUARTE — A Constituição Federal disciplinou em um dos seus artigos o Estado do Tocantins na Região Norte. Está no dispositivo da criação do Estado do Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Na própria Região Norte.

Então, a Constituição Federal criou um equívoco. Não devíamos ter entrado nisso.

O SR. RELATOR (Gabriel Guerreiro) — Se V. Ex.^a me permite, isso foi colocação do ex-Deputado Federal e atual Governador do Estado do Tocantins, Siqueira Campos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sim, S. Ex.^a foi o maior defensor da criação do Estado do Tocantins.

O SR. RELATOR (Gabriel Guerreiro) — Essa colocação, inclusive, com discussão com o Dr. Davi, na época, achava-se que o Estado do Tocantins na Região Norte usufruía melhor os benefícios que estão na área da Sudam.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Este é um aspecto. E há um outro aspecto menos científico; é de que se tratando de norte de Goiás, isso já levava ao Norte do País. Muito bem!

O SR. ALUIZIO CAPDEVILLI DUARTE — Se o nobre Senador Chagas Rodrigues me permitir, eu diria o seguinte: se as relações espaciais que fundamentam realmente toda a unidade e toda a administração, como ele tentou dizer, assim: "Como vou governar", não tive a oportunidade. Então, no mínimo, ela poderia ficar no Nordeste. Houve época em que o IBGE considerava para fins de estudos técnicos-científicos, esta região aqui, de Meio-Norte.

Entretanto, toda a centralização de poder leva as unidades da Federação procurarem no Governo Federal e nas verbas do Tesouro Nacional. Os Estados do Maranhão e do Piauí, de Nordeste, são um bloco histórico-político a partir da criação da Sudene. Temos um estudo, publicado na década de 1950, em que a divisão do Brasil considera isso aqui como Meio-Norte.

Então, o Estado do Tocantins, no máximo, poderia ficar com o Estado do Maranhão, porque todas as ligações se fazem com Imperatriz e com Carolina.

Agora, as injunções políticas, pensando que os organismos regionais teriam as mesmas verbas, mas só que outro dispositivo dizia que

vai haver necessidade de nova divisão regional em regiões geoeconômicas.

Alguns equívocos, se me permitirem, da Assembleia Nacional Constituinte, foi de na época não terem assessores que definissem. A outra palavra que saiu foi a "microrregião", que faz uma confusão muito grande com essas microrregiões daqui. As microrregiões que os Estados poderão criar são regiões de ação administrativas a nível estadual; e porque estava em moda microrregião desde a década de 60, quando o IBGE criou uma divisão regional, em 1968, o Plano de Ação Integrada do Governo de Costa e Silva estabeleceu que seria através das microrregiões homogêneas, que a meu ver é uma aberração entre o espaço, administração e o planejamento, porque isso é o retrato de como os municípios têm uma certa similaridade de estrutura produtiva que aparece nos censos, e que aí um pesquisador não vai trabalhar 400, 500 municípios como unidade de observação. Então, oferecemos um dado agregado, ao lado de guardar um sigilo que é previsto na estatística de que um estabelecimento comercial, uma propriedade, uma pessoa não pode ser identificada através de dados estatísticos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Algum dos Senhores gostaria de fazer algum pronunciamento? Um pedido de esclarecimento?

O SR. RELATOR (Gabriel Guerreiro) — Há uma questão que gostaria de perguntar ao pessoal do IBGE, ao Prof. Aluizio, que é o seguinte: sabemos que a Amazônia tem uma característica, do ponto de vista geográfico, bastante claro que é uma certa continuidade da bacia Amazônica, da bacia hidrográfica do sistema de captação de água da Amazônia toda. Isso guarda uma certa similaridade. Mas, do ponto de vista do trabalho do IBGE, do ponto de vista estatístico, etc., o Senhor acha que a Amazônia é realmente uma região? Como vocês encaram isso?

O SR. ALUIZIO CAPDEVILLI DUARTE — O Brasil, no Século XIX e início do Século XX, teve uma influência francesa muito grande na sua cultura; e a França tem todas aquelas províncias que eram aqueles feudos da Idade Média. Quando houve a unificação do Estado, as autonomias — vamos chamar assim — regional, cultural, histórica, ficou muito acentuada. O Brasil teve os seus técnicos, cientistas, historiadores, geógrafos, muito imbuídos da formação francesa. Desde a década de 30 eles vêm preconizando essas regiões como unidades.

Em 1941, já no Governo Getúlio Vargas, para sistematizar as estatísticas que cada ministério fazia e publicava como bem entendesse, o IBGE já estava formado. Aí que se criou, então, as grandes regiões para fins estatísticos: Região Norte; o Nordeste, que foi subdividido em Norte Oriental e Ocidental; o Leste, que pegava desde Sergipe até São Paulo; Região Sul; e a Região Centro-Oeste.

Em 1970 saiu o decreto do Presidente Médici estabelecendo que a nova divisão regional,

para fins estatísticos, deveriam ser as cinco: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. A novidade foi pegar o Leste e subdividir uma parte para o Nordeste, uma para o Sul e criasse o Sudeste. É decreto do Presidente da República. Não está no âmbito de uma resolução da Presidência do IBGE.

Hoje, achamos que não é fundamental mexermos nestas grandes regiões porque a finalidade dela e publicar dados estatísticos. Então, volto aos Estados Unidos e à França. Nos Estados Unidos a divisão regional vem do Século XVIII, não Século XVII. Na França há toda uma estrutura que está na população, na vivência: quem vive na Alsácia tem um comportamento, quem vive no Egito tem outro comportamento. É como o senhor disse: é um comportamento cultural ou etno-cultural e que hoje, na Geografia, achamos que é realmente a sociedade e seu espaço integrado.

Digo aos senhores, hoje deveremos mexer nessa divisão regional, mas ela tem que ter uma base teórica-metodológica. Eu conheço um pouco o assunto. Há 20 anos tenho trabalho publicado sobre esse assunto, e não consideraria o Nordeste, hoje, o Maranhão e nem o Piauí. Agora, é um bloco político que tem uma força tão grande que essa força bate com o Sudeste. Eu diria que concordo plenamente quando V. Ex.^a diz que as forças poderosas do capital, via representação política-partidária, fazem com que o Sul e o Sudeste, hoje, sejam considerados como Centro-Sul. Há uma grande diferenciação ao nível da organização do espaço em que o que hoje é o Sudeste e o que é o Sul. Como técnicos poderemos fazer um trabalho, publicar e discutir numa universidade ou num simpósio sobre o que é organização do espaço. O IBGE, como instituição dentro do Poder Executivo apresentar uma proposta, acho que aí não teríamos respaldo, a não ser nos momentos autoritários.

O SR. RELATOR (Gabriel Guerreiro) — Bom, acho que do ponto de vista da sociedade, essa é uma questão que tem que ser decidida a nível político, evidentemente. Mas é fundamental que para o bom trabalho político a gente tenha as informações técnicas e científicas — pelo menos me comporte assim. Estou lhe perguntando isso porque o senhor citou o Prof. Antonio Teixeira Guerra, e, por incrível que pareça, ele foi meu professor. Ele era um homem que tinha uma posição muito afetuosa pessoalmente, uma pessoa muito dada, etc, e ele ensinava Geomorfologia, e algumas vezes discutimos essa questão da Amazônia. Eu, naquele tempo aluno no Rio de Janeiro, tinha a preocupação, desde lá, com esse problema da Amazônia, e o Teixeira Guerra, que havia sido um dos autores dessa divisão regional, no início da década de 60, foi meu professor em 1966, e ele dava nas suas aulas essa divisão. E lembro-me muito bem que dizia uma coisa que, do ponto de vista geográfico, é interessante rememorar aqui. Ele dizia que do ponto de vista geomorfológico e físico da Geografia Física a Região Norte não guardava as mesmas relações que

guardava o Sul, porque a Região Amazônica era praticamente a bacia sedimentar da Amazônia, tinha um conceito geológico, tinha um conceito físico, e a Região Sul, por exemplo a Bacia do Paraná não é uma região. Por isso é que estou lhe perguntando se do ponto de vista de vocês hoje, a Região Amazônica deve ser uma só ou deve se dividir em mais regiões? Porque o espaço físico é tão grande e heterogêneo — como dizem algumas pessoas absolutamente desinformadas, que a Amazônia é homogênea. A Bacia Amazônica é um monte de coisas; são várias bacias enormes agregadas numa só bacia. Na realidade, ele faz a catálise de uma quantidade, é algo extremamente excepcional a nível mundial. Às vezes uma determinada região tem, no máximo, dois grandes rios

A Bacia do Mississippi — Missouri, por exemplo, são dois grandes rios que desaguam num mesmo talvegue.

A Amazônia tem, pelo menos, dez grandes rios desaguando dentro dela. É uma coisa extremamente complicada você tratar, do ponto de vista geográfico, essa Bacia. Perguntei-lhe porque acho que, pelo tamanho das coisas, essas regiões precisavam ser tratadas de modo heterogêneo, de modo diversificado

A minha concepção política da coisa é diversa do que existe hoje. Acho que precisaríamos, também, do ponto de vista técnico, geográfico, etc — isto é apenas uma sensação que tenho, estou lhe perguntando porque o senhor é técnico e, muito melhor do que eu, pode me dizer se tem essa mesma concepção ou alguma coisa que vá ao encontro dessa idéia? Só de olhar para o mapa vemos como é incrível o tamanho das coisas por aí. Vê-se umas coisas pequeninhas, muito bem centralizadas, bem distribuídas, divididas, e esse mundo da Amazônia. Coloco isso porque se pegarmos o mapa do Brasil de 1930, feito pelos alemães, franceses, etc, pelos, nossos naturalistas, veremos que essa Amazônia, tudo para lá, era uma grande área rosa, chamava-se pré-cambriano, o que não é bacia sedimentar é pré-cambriano. É a falta de conhecimento. E hoje continuo vendo, do ponto de vista da divisão, etc, um grande verde — acho que pintam de verde porque é floresta, e o resto tudo subdividido. É igual a Geologia. Hoje a Geologia avançou para a Amazônia, já tem cor-de-rosa, verde, azul, etc, tudo modificado. Pergunto: se do seu ponto de vista já existem dados, ou isso é realmente assim, tem que ficar assim?

O SR. ALUIZIO CAPDEVILLI DUARTE — Nobre Deputado, às vezes parece que estou conversando com um colega, pelo seu conhecimento não só pela formação profissional como da realidade da Amazônia. Portanto, Teixeira Guerra tinha toda razão nisso. Agora, não falei na outra problemática, só falei na problemática da divisão regional de 1941. Naquele tempo, ao nível teórico, conceitual, haviam dois conceitos de região: natural e região cultural, resquício ainda da

uma região natural, a gente tem esse conceito, e a outra não. (Fora do microfone.)

O SR. ALUIZIO CAPDEVILLI DUARTE — Mas, pergunto a V. Ex* o seguinte...

É um conceito. Toda a ciência tem a sua evolução, a sua história. Bacelar, filósofo, físico e químico, preocupou-se muito com a Filosofia da Ciência. Ele disse o seguinte: a ciência tem os seus protocolos, e cada categoria de ciência; então, o conceito de região vem evoluindo no mundo e, particularmente no Brasil, e de modo especial, no IBGE, desde a década de 40 até agora. Na década de 40 essas grandes regiões ficaram como as regiões naturais, subdivididas em sub-regiões que eram um tipo de solo e vegetação. A unidade que era mais fundamental naquela época — a gente tem que ver o seguinte: estamos pensando o que era a Geografia no IBGE na década de 40, 41, o IBGE tinha cinco anos de idade, e os jovens estavam se formando como autodatas, ou foram fazer cursos nos Estados Unidos ou na França. Hoje não, temos todo o respaldo de mestres e doutores em Geografia dentro do próprio IBGE.

Então, como existe uma inércia quanto a subdivisão político-administrativa, existe uma inércia para mexer no macro, porque o macro precisará de decreto do Presidente da República, aí, então, como é que vai acontecer com o Maranhão e o Piauí. Eles vão querer deixar de ser da região Nordeste? O caso de Tocantins, em 1988, foi flagrante. Colocaram uma aberração — desculpem-me a expressão — espacial dentro de uma região, que é a amazônica tem somente uma parte que é a mesorregião, que chamamos de mesorregião ocidental; ela tem muito de Maranhão, Bahia, de Centro-Oeste. Quer dizer, existe um conceito que tem que ser revisto. Mas, o senhor vai ver o seguinte: entre um trabalho técnico-científico para virar decreto do Presidente da República, fica muito complicado. Não estamos esquecendo disso.

Hoje existe uma preocupação da gente fazer uma redivisão regional do Brasil. Se me permitirem mostrar só uma transparência, rápida, de que esta preocupação vem desde 1985 para nós, e apresentei isso no Ministério da Fazenda para gerentes do Banco do Brasil. É um modelo inteiramente teórico e não tem nada a ver com obrigação estatística. Isso é uma simplificação de um modelo de 1985, onde tínhamos regiões intensamente urbanizadas e industrializadas. O objetivo da palestra era para gerente do Banco do Brasil a nível internacional.

Grandes centros urbanos; regiões agrárias modernizadas; regiões agrárias mercantis tradicionais; região agrestina tradicional; região de agropecuária sertaneja e interiorana; fechos agrícolas e projetos de interiorização; área do programa do grande Carajás e, dentro dele, os projetos de grande programa.

Agora, isso aí é porque eu estava fazendo um projeto dentro do IBGE, que era estudar, desde a década de 30, quando houve realmente uma grande revolução político-institucional e administrativa na renovação, entender como é que esse espaço foi se modificando

ao longo do tempo. Quer dizer, V. Ex* e a Comissão poderão realmente conversar conosco sobre isso. Agora, o IBGE hoje, mexer numa divisão para fins estatísticos, é melhor não mexê-lo, como os Estados Unidos mantêm a sua há três séculos. Agora, o fundamental é que este modelo é um modelo com este objetivo. Agora, a decisão política de reformular é outra coisa. No meu entender Tocantins ter ficado com a Amazônia foi um crime espacial.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Muito bem, eu quero realmente aqui estar no § 1º, do art. 13. O caput diz: "é criado o Estado do Tocantins..." e continua O § 1º diz: "o Estado do Tocantins integra a região Norte".

Agora, eu espero estar aqui na revisão da Constituição. Quero continuar aqui. Então, essa minha emenda supressiva vai sair. Essa estôna de integrar a região Norte, isso aqui eu vou apresentar uma emenda, eu já assumo esse compromisso. E quero que o nobre Relator...

O SR. RELATOR (Gabriel Guerreiro) — Permita-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Pois não!

O SR. RELATOR (Gabriel Guerreiro) — Eu, com toda a certeza, no meu Relatório vou colocar essas observações. Mas, quero lhe dizer uma coisa: V. Ex* sabe por que foi feito isso? Absoluto interesse nas políticas públicas na formulação de Sudene, Sudam, etc., porque essa é uma aberração maior do que está na Constituição, manter os incentivos fiscais da maneira como está e o traçado da política, eu sou um peão lá da beira do Amazônia, mas não posso aceitar que o meu País continue fazendo esse tipo de coisa; que os governos não tenham a competência de perceber aquilo que eu disse ainda agora. Eu vi Ministro de Estado aqui tratando essa questão com uma simplicidade incrível como se isso fosse um negócio assim normal, que a Sudene passa 30 anos, não fez nada, não colocou nada, jogou um monte de dinheiro fora, tem 32 milhões de miseráveis no Nordeste, 8 milhões no mercado, e fica por isso mesmo, "eu que sou Ministro". Não é possível um negócio desse!

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Muito bem, nobre Relator Gabriel Guerreiro. Então, quero dizer isso aos senhores que foi muito importante esse diálogo, nós aqui aprendemos muito. Eu vou apresentar uma emenda supressiva, quer dizer, eu não sou técnico, eu sou político, tenho os meus conhecimentos da ciência do Direito também, andei fazendo concurso lá no Rio de Janeiro, graças a Deus foi aprovado, então tenho os meus conhecimentos de Direito e os meus conhecimentos de política. Agora, o problema de fronteira, não só na geográfica física, política, cultural e etc., cita um problema difícil. Aqui, por exemplo, a primeira vista, numa primeira aproximação não chocou porque é uma área de fronteira. Só aqueles que têm os conhecimen-

tos científicos mais profundos é que podíamos. Nós estaríamos numa área de fronteira, tanto poderia ser Centro-Oeste, porque tem limites também com a chamada grande região Nordeste, como a do Norte. Então, isso não chocou a nós, de um modo geral, políticos e mesmo partia de um homem que tinha a autoridade de vir defendendo a criação desse Estado.

O ilustre professor, nosso Professor Aluizio Capdevilli, falou também no problema do Nordeste. Eu sou do Piauí, e sou do extremo norte, e já disse no meu Estado que o Piauí está, pelo que eu considero de imperativo geopolítico, o Piauí está fadado — eu não diria dividir, porque isso choca, é preconceito a se transformar em dois Estados: o Piauí do norte e o Piauí do sul. Eu sou do extremo norte, sou do litoral, que hoje constitui-se numa mesorregião, e fui deputado federal várias vezes. Diziam que eu tinha uma cadeira cativa porque era eleito, sobretudo, por Parnaíba, do extremo norte, e por Teresina, as duas maiores regiões, aquelas mais libertas de outras influências políticas, econômicas, etc. Então, julgam isso como uma cadeira cativa. Mas, em 1969, eu fui cassado, quando era vice-líder, o Mário Covas era líder, e com outros companheiros fomos cassados. Então, eu já disse isto; sou o primeiro piauiense a falar nisso; como fui o primeiro piauiense a falar em construção da barragem do médio Parnaíba, a falar em Universidade Federal do Piauí, e assim por diante. Então, eu tenho sido um certo pioneiro em determinadas coisas. E disse para eles: olha, eu fui o primeiro Governador do Piauí a olhar para o sul. As duas primeiras escolas normais oficiais foram do Governo; a primeira estrada do sul foi do meu Governo; a primeira ponte de concreto do sul, foi do meu Governo; o primeiro hospital de toda essa região sul foi do eu Governo. Então, quando eu falo nisso, eu respeito outros, e não é indireta. Eu não estou pensando em ser governador do sul, não, porque eu já fui Governador do Piauí todo, e, agora, acho que as gerações novas devem ter a sua oportunidade. Mas fiz isto e agora estive na Assembleia, não quis participar de nada, e os deputados disseram: aquela sua idéia de dividir o Piauí... Eu estou colocando uma idéia para ser debatida, discutida, agora, eu estou ceto de que mais cedo ou mais tarde, talvez, eu não sei, daqui a 20, 30, qualquer dia, o Piauí vai se dividir.

Eu quero dizer aos senhores, que são cientistas, que penso — e muita gente pensou num passado assim, muita gente pensa ainda no presente e muita gente pensará no futuro — política se faz com base na realidade, na ciência; política, nos temos que alterar a lei, a Constituição, na forma prevista, nada de fazer política contra a lei, contra a Constituição; nada de fazer política, contra a ética, nada de fazer política contra a ciência. Então, o que é que nos leva a uma divisão administrativa do Brasil, a criação de novos estados e territórios? A meu ver, o que nos leva a isto é a base científica, e a realidade geográfica no seu sentido mais amplo. É isso. Há fundamento para isso na geografia econômica, e

aí é outra zona, onde começa, onde termina a geografia econômica; onde começa a economia. Pois bem. Então, temos que levar em conta os dados. O que os senhores nos dizem e da maior importância é da maior importância. Isso que hoje é mesorregião, mais cedo ou mais tarde, unidas normalmente, serão levadas a constituir novas unidades administrativas; e a política tem que levar em conta. Eu não vou criar, eu tenho que ouvir o geógrafo, tenho que ouvir o historiador, tenho que ouvir o sociólogo para saber se deve ou não ser criado, a não ser que eu queira fazer política sem nenhuma base real.

Agora, também quero dizer aos senhores o seguinte: aqui eu falo de brasileiro para brasileiros, os senhores não esperem ser ouvidos. Um grande órgão, presidente, como o IBGE, quando da revisão da Constituição — os senhores são brasileiros, são patriotas, os senhores querem consertar as coisas erradas e que as coisas fiquem certas, corrigidas; os senhores se permitam, se não oficialmente, pelo menos o professor, a pedir a atenção. Hoje, isso está crescendo. Eu fui presidente de uma subcomissão dos estados. Se eu tivesse sido alertado para isso — olha, isso é um erro geográfico — aí, eu já entrava com o meu comportamento político. Você quer na Região Norte, está bem. Não vamos colocar nem na região Oeste e nem Nordeste, tira isso, isso é objeto de lei, de regulamento. Se nós tivéssemos sido alertados — isso é muito importante, presidente, que os senhores façam isso: qual a importância que os senhores têm no Brasil.

Agora, quero terminar essas palavras agradecendo ao nosso professor e ilustre Presidente, Charels Curt Muller, agradecendo ao Engenheiro e Coronel Fernando Carvalho, e agradecendo ao nosso Professor Aluizio Capdevilli. Os senhores deram uma contribuição valiosíssima, e esse trabalho dos senhores será incorporado aos nossos Anais, ao nosso trabalho; tudo isso, depois, determinaremos que venha para a comissão, toda essa documentação, para o nosso arquivo.

E eu gostaria ainda de, ao terminar, pedir aos senhores — aqui é uma solicitação também de brasileiro para brasileiros — por exemplo, ainda que por essa ou por aquela razão não envolva o IBGE, mas o nosso Professor Aluizio, ou outro professor que queira, nada impede que como cidadão — o meu ponto de vista é esse, eu acho que hoje o Brasil deveria ter tantos estados, tantos territórios. Se o professor quiser dar essa colaboração, nós agradecemos muito; e o seu ponto de vista, de um estudioso. Hoje, se eu fosse parlamentar, eu defenderia isso, eu votaria isso, como acontece com tantos economistas, cientistas, juristas que dão o ponto de vista deles, e nós, aqui, politicamente, somos uma casa política, mas no meu entender, uma casa política que tem que alterar, fazer reforma nos códigos ouvindo os grandes juristas; tratar de assuntos geográficos, ouvindo os geógrafos, tratar de problemas culturais, ouvindo aqueles que se debruçam sobre esse assunto. Cada vez mais a política tem que se tornar uma

coisa séria, uma ciência seria com base científica e ética.

Pois bem, de modo que eu quero agradecer, e se os senhores nos trouxerem isso nos ainda ficaremos mais satisfeitos.

De modo que eu encerro aqui os nossos trabalhos e considero que o dia de hoje foi um grande dia para a nossa comissão.

Esta encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas.)

6ª Reunião, Realizada Em 17 de Agosto de 1989

Aos dezessete dias de agosto de mil novecentos e oitenta e nove, às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos, na Ala Senador Nilo Coelho, Anexo das Comissões, Senado Federal, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os senhores: Senador Chagas Rodrigues, Alfredo Campos, Deputado Gabriel Guerreiro e os Representantes do poder Executivo, doutores: Almir Laversveiler de Moraes, César Vieira de Rezende, Charles Curt Mueller, Paulo Moreira Leal e Pedro José Xavier Mattoso. Deixando de comparecer os demais membros da comissão. O Senhor Presidente deu como abertos os trabalhos e concedeu a palavra ao Dr. Almir Laversveiler de Moraes, representante da Saden. Discorreu sobre o conceito de faixa de fronteiras, o termo Amazônia Legal e características físicas, geográficas, humanas, econômicas e sociais da região. A vasta superfície da Região Amazônica, a precariedade dos transportes, a carência de um mercado de sustentação, os problemas da área, induzem à criação de Territórios Federais, subordinada essa idéia aos interesses do desenvolvimento e da defesa nacional. Baseado nos estudos realizados, propomos a criação, na Amazônia Legal, de três Territórios Federais: Trombetas (Almerim, Prainha, Monte Alegre, Alenquer, Obidos, Oriximiná e Faro), Rio Negro (São Gabriel da Cachoeira a Cabeça do Cachorro), Alto Solimões (Tabatinga, Benjamin Constant). Justificativa: "Os três sugeridos Territórios Federais estariam em grande parte situados na Faixa de Fronteira. Não têm, hoje, condições sócio-econômicas que lhes assegurem a autonomia exigida de um Estado. Mas constituem um desafio à União Federal, para que lhes dê o apoio necessário a que possam, no futuro, transformarem-se em Estados". O Relator Gabriel Guerreiro, que agradeceu e parabenizou o expositor, Dr. Almir Laversveiler teceu comentários a respeito da problemática energética da Amazônia, defendeu a utilização de mini-hidrelétricas em pequenas cidades e para as cidades maiores utilizar-se dois sistemas: mini-hidrelétricas ou pequenas unidades nucleares. Quanto à exploração da floresta, acha que será preciso ter muita cautela, a Saden tem bons trabalhos a respeito. A questão indígena é uma questão delicada. Então, no seu entendimento, deverão ser criados 7 Territórios. Criar os 2 que o Dr. Almir citou, lá em cima, mais 2 na borda do norte; 1 no Vale do rio Tapajós, que envolvesse Santarém, como capital, Itaituba e, Território em Alta Floresta, pa-

ra dividir o Estado do Mato Grosso, e o Território do Baixo Madeira". Se quisermos ter uma visão de estratégia geopolítica do País. Lembremo-nos de que a criação de um Território implica na instalação de seus Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, cuja responsabilidade é da União. Acho que a União terá grandes dificuldades em repassar recursos para essas novas unidades ao seu encargo, ao passo que, se criássemos, aproveitando a idéia da Saden, pelo menos um Estado, propus que fosse chamado de Pará do Oeste, com a capital em Santarém, permitir-nos-ia mexer no eixo da civilização do Amazonas". Senador Chagas Rodrigues questionou o Dr. Almir Laversveiler se a criação dos 3 Territórios era apenas problema de fronteira, de segurança? O Dr. Almir esclareceu que não é apenas problema de fronteira mas também problema de desenvolvimento econômico-social. O Deputado Gabriel Guerreiro, Relator, pediu a palavra e justificou que não poderia participar da próxima reunião da comissão, dia 24; o que foi analisado pelos demais membros da comissão e pelo consenso, marcada a próxima reunião para o dia 31 de agosto. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, em especial Almir Laversveiler, pela brilhante apresentação e, por não haver mais nada a tratar encerra a reunião às dezenove horas e cinco minutos. E, para constar, eu, Mauro Dantas, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e, levada à publicação juntamente com as notas taquigráficas contendo o inteiro teor dos fatos ocorridos na reunião.

ANEXO A ATA DA SEXTA REUNIÃO, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 1989, DA COMISSÃO MISTA, DESTINADA A APRESENTAR ESTUDOS SOBRE O TERRITÓRIO NACIONAL E ANTE-PROJETOS RELATIVOS A NOVAS UNIDADES TERRITORIAIS, NOTADAMENTE NA AMAZÔNIA LEGAL E EM ÁREAS PENDENTES DE SOLUÇÃO (ART. 12 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS), COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE PARA PUBLICAÇÃO.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está aberta a reunião.

Os senhores estão percebendo, pelo nosso serviço de alto-falante que está havendo uma sessão no Senado e o nosso Senador Jarbas Passarinho está tratando do assunto do nosso ex-Embaixador Roberto Campos, senador também, tratando de problema de dívida externa e isso está retendo grande número de senadores lá.

Por outro lado, a Câmara também está em reunião. Nós quisermos com essa reunião nossa, hoje, apressar os trabalhos, mas infelizmente, em ambos os plenários está ocorrendo um assunto que está segurando os deputados. Nós lamentamos muito, o deputado relator está aqui, o Deputado Gabriel Guerreiro, eu também estou aqui e nós lamentamos.

Agora, em consideração e tendo em vista a nossa pauta, nós iremos em caráter informal, ouvir e trocar idéias, nós que estamos aqui.

É desnecessário dizer que o relator tem uma grande responsabilidade nisso, ele é que tem que fazer o seu relatório, e nós consideramos bem-vinda toda e qualquer colaboração que possa vir.

De modo que isso pode orientar muito, enriquecer os nossos trabalhos, o que os senhores trouxeram será incorporado aqui ao nosso acervo e, assim, por diante.

De modo que nós hoje deveríamos ouvir o Dr. Almir da Saden, que é membro da comissão e ao mesmo tempo vem falar como Almir Laversveiler de Moraes. De modo que eu gostaria que o nosso companheiro aqui de trabalho viesse até à mesa fazer a sua exposição.

O SR. ALMIR LAVERSVIEILER DE MORAES — Exm^o Sr. Senador Chagas Rodrigues, Presidente da Comissão de Estudos Territoriais, Exm^o Sr. Deputado Gabriel Guerreiro, Relator da Comissão, Srs. Membros da Comissão, minhas senhoras, meus senhores

Inicialmente quero me apresentar, sou Almir Laversveiler de Moraes, sou Chefe de Gabinete na Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional; sou titular na quinta subchefia que trata especialmente na Seden, da faixa de fronteira.

Aqui, como Membro da Comissão de Estudos Territoriais.

Feita essa apresentação, gostaria de fixar alguns conceitos: um deles é o que seja a faixa de fronteiras.

A nossa Constituição estabelece que a faixa de até 150Km de largura ao longo das fronteiras terrestres designadas como faixa de fronteira e considerada fundamental para a defesa do território e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Segue-se que esta faixa de 150 km de largura ao longo de todo Território Nacional, paralelamente à linha divisória. Isto caminha em todo o Território Nacional. Esta é a faixa de fronteira que é considerada de interesse para a defesa nacional.

Bom este é o conceito então que está na Constituição e decorre da própria definição da Lei n^o 6.634 no particular conciliável com a nova Constituição.

No art. 12 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias estabelece que será criada dentro de 90 (noventa) dias da promulgação da Constituição a Comissão de Estudos Territoriais, com 10 membros indicados pelo Congresso e 5 pelo poder Executivo, com a finalidade de apresentar estudos sobre o Território Nacional e anteprojetos relativos às novas unidades territoriais notadamente na Amazônia Legal, em áreas pendentes de solução.

O fato de ser notadamente na Amazônia Legal a Comissão, então, poderá propor a criação de novas Unidades Territoriais onde julgar conveniente e saliente notadamente na Amazônia Legal. O conceito de Amazônia Legal nós temos que ter presente que ela compreende a linha que passa aqui na divisa de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, segue, acom-

panha aqui Tocantins e segue com uma parte do Maranhão até o Oceano Atlântico. Toda essa região integra a Amazônia Legal.

Na verdade, compreende 60% do Território Nacional.

Conforme o nosso Relator de manhã salientou a dúvida é se isto é uma região macrohomogênea. Não, tenho para mim que isto é um conceito apenas legal, para os efeitos legais se considera a Amazônia esta faixa, mas nem significa necessariamente que seja a Amazônia e nem a Floresta Amazônica se estende por toda esta região. Mas, para os efeitos legais, isto é a Amazônia, compreende então 60% do Território Nacional.

Nós distribuímos um trabalho e não pretendo ler esse trabalho, porque seria profundamente fastidioso nós lermos tudo isso.

Vamos abordar ligeiramente alguns tópicos desse trabalho.

Então, a Amazônia Legal compreende os Estados — eu queria abrir um parêntese: é que como a Nova Constituição diz que são criados os Estados do Amapá e Roraima, nós vamos designá-los, aqui na minha palestra, como sendo Estados, embora nós saibamos a Constituição expressa que esses Estados se instalarão, com a posse dos Governadores que venham a ser eleitos. Mas para nós aqui vamos designá-los simplesmente como Estados.

A Amazônia Legal compreende então os Estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso e Tocantins e mais uma parte do Estado do Maranhão, com uma superfície de 5 milhões de km², que corresponde aproximadamente a 60% da área do Brasil. Só os Estados do Pará e do Amazonas já detêm cerca de 78% da superfície da Amazônia Legal. A população dessa região uma das menos densas das regiões brasileiras, tem cerca de 3,6 hab/Km²; quanto a posição nós já verificamos qual é a posição da Amazônia Legal e passamos aqui há uns aspectos fisiográficos.

Ligeiramente nós abordamos nesse trabalho o problema da geologia da região e no caso o nosso relator como geólogo que é teria condições de nos dar aulas a respeito.

Abordamos o relevo desta região e a parte de hidrografia, que é o aspecto mais marcante que se tem nesta região.

Os rios da região formam a maior bacia do mundo em que a artéria principal é o Rio Amazonas, seus afluentes não apresentam um curso homogêneo em toda a extensão, mas asseguram a navegabilidade em todo o rio Solimões e Amazonas em todo o território brasileiro.

Se essa hidrografia apresenta grandes vantagens em termos de comunicação, gera sérios problemas por outro lado, porque a região é praticamente plana, não há grandes desníveis d'água, não há grande queda d'água e cria o problema da energia elétrica, sobretudo essa região de Amazonas, Pará, a energia elétrica é na base da termoeletrônica com o diesel acionando esses geradores, e isto gera a cena típica nestas regiões, dificilmente um muni-

cípio do norte do Amazonas ou do Pará terá energia elétrica 24 horas por dia.

A cena comum é energia elétrica durante algumas horas do dia, porque não há diesel para fazer funcionar o gerador durante as 24 horas. No Oiapoque, por exemplo, começa à 18 horas e cessa às duas horas da manhã, e só nesse período para que a população possa ouvir o repórter e ver as novelas, somente das 18 horas às duas da manhã. E assim é que em quase todas as cidades, a cena é a mesma; em Japurá, naqueles municípios daqui da Calha Norte do rio Solimões.

Não há energia 24 horas por dia, muito difícil, porque não há geradores suficientes e o consumo é diesel.

Estão sendo feitas experiências no sentido de se estudar a aplicação da energia solar e por estranho que pareça, embora na região Amazônica propriamente dita haja uma abundância de chuva, a verdade é que no sistema de energia solar é possível acumular energia e fornece-se energia durante a época em que não há sol.

Essa experiência vem sendo desenvolvida e a idéia que nós temos é a seguinte: por enquanto implantamos energia solar em pelotões de fronteira, porque permitirá uma fiscalização maior sobre o equipamento, uma conservação melhor do equipamento.

Na medida em que a experiência for proveitosa, se o for, então seria estendido aos municípios o sistema de energia solar, mas a técnica moderna permite que pequenas hidrelétricas sejam construídas mesmo com o curso d'água, sem grandes quedas. É possível.

Estamos tentando este sistema de tecnologia por hidrelétricas pequenas, aproveitando a força das águas, e estamos experimentando o problema da energia solar.

Agora, a falta de diesel tem sido um dos problemas mais sérios que se vê no Amapá, em Roraima, quanto ao fornecimento de energia elétrica. Agora, Porto Velho foi conectado com a usina de Samuel. Eu estive lá, na semana passada, e toda hora cessava a energia. Por enquanto está em fase de experimentação em Porto Velho e ainda não está 100% assegurada a energia elétrica.

O SR. CESAR VIEIRA DE RESENDE — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALMIR LAVERSEILER DE MORAES — Pois não.

O SR. CESAR VIEIRA DE RESENDE — Ouvi um relato de um professor da UnB acerca da utilização do óleo de dendê como substitutivo do óleo diesel. Dizia ele que o óleo de dendê que nós já podemos produzir e não aqueles que ainda poderemos daqui há 8 anos, mediante plantio de massa, seria equivalente à produção de petróleo da Arábia Saudita. Sabe V. Ex^a alguma coisa a respeito?

O SR. ALMIR LAVERSEILER DE MORAES — Não estou informado sobre essas experiências com dendê.

Ao que eu conheço é a parte do sistema clássico de hidrelétricas e há estudos para mini hidrelétricas que podem ter os seus geradores

mesmo com o curso d'água. O simples fluxo de água poderia gerar a energia sem necessidade de quedas d'água e isto está sendo experimentado. Estamos como experiência pioneira ainda instalando energia solar em alguns pelotões de fronteira para verificar se dá certo, e depois transmitir aos municípios, se for o caso. Também não seria conveniente falarmos aqui, mas há em tese mini usinas nucleares que poderiam ser adotadas para obtenção de energia. Mas, por enquanto, o sistema clássico e o gerador a diesel e isto tem graves problemas com o transporte do diesel. Eu percorro, constantemente, esta região do norte do Amazonas e a dificuldade maior que eles têm é quanto ao transporte do diesel e ao recebimento periódico do diesel; quer dizer, a hidrografia permite estas comunicações via fluvial. Por outro lado, gera para o Estado do Amazonas, para este interior do Estado, as dificuldades no sentido de se ter rodovias. Então é o transporte fluvial, demorado com sérios problemas decorrentes disto. É muito difícil o sistema rodoviário aí em virtude da hidrografia que a região apresenta, esta região especificamente. Já nós vamos encontrar configuração diversa naturalmente em outras áreas, porque a Região Amazônica Legal não é homogênea em termos de configuração. Sobre o clima desta região nós diríamos que ela está situada de ambos os lados do Equador, pequena parte acima e 3/4 abaixo do Equador é caracterizada pela alta temperatura aliada a pequenas oscilações térmicas anuais, além de uma intensa umidade resultante da forte pluviosidade desta região.

Vegetação é clássica da mata amazônica mas é preciso que se diga que a Floresta Amazônica é desordenadamente misturada, o que torna difícil a sua exploração econômica. E, agora, com os problemas da nossa natureza, o problema que tanto se fala da preservação do meio ambiente, a exploração da floresta amazônica e um tema que deve ser deixado de lado até verificarmos como a situação se firma, porque não oferece um manejo fácil em virtude da diversidade da espécie de vegetais existentes.

Litoral e Fronteira:

O litoral se estende tanto no sentido dos meridianos como no paralelos, num ângulo de 45°. O Amapá faz 45° com referência aos meridianos e as paralelas existentes. Costa baixa, formando mangues, pouco recortada, salientando-se a foz do rio Amazonas.

Sua importância é considerável, não só por constituir a porta de entrada da Amazônia, acesso à Colômbia, Peru e Bolívia, mas também pela proximidade do Canal do Panamá e dos Estados Unidos. Salientam-se, por sua importância, o porto de Macapá, ponto obrigatório de escoamento do minério do Amapá, e o porto de Belém, escoadouro e ponto-chave da vida econômica da região.

A plataforma continental, por se adentrar no Oceano Atlântico, bem além do mar territorial brasileiro, e pela rica província pesqueira conhecida, cresce de importância ao se aduzir os indícios de jazimentos petrolíferos.

Quer dizer, a plataforma continental ali é extensa e ela avança além do mar territorial brasileiro, e além destes recursos pesqueiros há grandes indícios de jazimentos petrolíferos e a Petrobrás está trabalhando nesta plataforma.

A fronteira marítima dessa região se estende por mais de 200 km.

A fronteira terrestre permite contacto com a Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, e Guiana Francesa, através de 11.200 km de linha divisória.

Então, nós diríamos assim que na Amazônia Legal predomina uma imensa planície coberta de floresta equatorial, dotada de apreciável regularidade climática e de uma extensa e inigualável rede de grandes rios navegáveis, que constituem as vias de comunicação natural do vasto, prodigioso e original complexo fitológico constituído pela Hiléia, paralelamente ao cerrado do planalto.

Sua constituição geológica apresenta perspectivas promissoras, quanto à existência de petróleo.

Nós vimos aquela descoberta de petróleo, um pouco abaixo de Tefé e temos grandes esperanças de que esses poços — já temos dois abaixo de Tefé — se revelem de exploração comercial, economicamente boa, o que permitiria a ida do petróleo para a refinaria de Manaus, por enquanto por balsas, e posteriormente por oleoduto. É uma perspectiva que se abre e que esperamos seja realmente promissora.

Até Iquitos chegam navios de até 6.000 toneladas, quer dizer, o Amazonas e o Solimões em território brasileiro é todo ele navegável, embora, é preciso que se saliente, seja necessário maestria por parte daqueles, que conduzem navios maiores porque o leito do rio varia. Eu já naveguei por este trecho todo e o comandante do navio mostrava que a cada viagem ele assinala uma carta mostrando o leito que ele percorre, mas varia de uma viagem para outra, porque é areia e de uma viagem para outra muda o talvegue do rio. Há profundidades no Rio Solimões de 20, 30 metros que dá calado para grandes navios.

Aspectos psicossociais.

Aqui, neste nosso trabalho, nós salientamos um estudo quanto à população, condições de saúde, condições de instrução e quanto a esta população aqui se menciona que cerca de 150 mil índios ainda vivem na Região; negros, são poucos; elementos brancos temos muitos, mas o que mais impressiona nesta Região, na parte norte, sobretudo, com relação aos índios pelo número que apresenta. Embora me perdoem dizer, mas é que para nós, oriundos de descendentes de portugueses ou europeus de um modo geral, nos dizemos brasileiros, brancos, e sem grandes confusões e o brasileiro se orgulha de ser uma nação que constitui um cadinho de raças. Para os índios o enfoque é muito emocional e se diz que em Roraima 52% da população é constituída de índios. Sim, é preciso que alguém diga que o outro é índio para que se saiba, porque para mim que sou leigo na matéria, em Boa Vista, olhando o que me diziam que era índio

poderia ser perfeitamente natural de Manaus, de origem branca porque a diferença é a mesma de um modo geral: rosto redondo, estatura baixa, cabelos negros; a diferença é pequena e o desenvolvimento cultural não varia muito. Boa Vista apresenta um contingente muito grande de pessoas que se dizem descendentes de índios; cria grandes problemas para a cidade, para a Secretária de Segurança Pública do Estado, porque fazem como todo branco faz, e à noite sai, naturalmente freqüente os seus bares, dá as suas alterações e quando é preso ele diz que exige o advogado da Funai, porque ele é incapaz. Então, o Secretário de Segurança Pública diz que estava cheio desse negócio, não pode formar um homem porque ele faz as alterações e quando ele é preso ele exige a presença do advogado da Funai, porque ele é relativamente incapaz, e exige a presença do advogado da Funai, mas faz como todos nós fazemos; tem uma vida normal como todos nós, e para mim que não sou antropólogo, não faço distinção entre o amazense típico da região e o próprio índio, porque as características para mim são praticamente as mesmas.

Com relação à população o Brasil apresenta ali o maior número de índios que nós sabemos, na Região Amazônica Legal, sobretudo em Roraima, mesmo Amazonas e Acre nós vamos encontrar um contingente de índios grande.

O SR. GABRIEL GUERREIRO (Relator) — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ALMIR LAVERSVEILER DE MORAES — Pois não, Deputado.

O SR. GABRIEL GUERREIRO (Relator) — Eu só queria fazer um comentário muito rápido sobre esta questão dos índios. Não conheço esta legislação a fundo, a legislação sobre índios, Funai, etc., mas ela não permite aos descendentes de índios terem direitos iguais aos dos índios, porque senão vai ser uma confusão terrível na Amazônia. V. S.^a falou nos brancos, no contingente branco, índio, negro, etc. Agora, o que tem na Amazônia realmente é um grande número de caboclos e o caboclo é o descendente do português, às vezes com o negro, às vezes com os índios, outra raça, seja lá de quem for: japonês, árabe, alguns italianos e coisa deste tipo. Tem toda uma gama, aliás, o Deputado Benedito Monteiro tem um livro chamado *Terceira Margem* que descreve muito bem esta confusão de raças que tem lá na Amazônia. Mas a maior quantidade dessas pessoas tem um patrimônio de sangue indígena; por isso elas são muito parecidas. Se formos a Manaus, Santarém ou a Rio Branco. Está-me surpreendendo a sua afirmação que lá em Roraima está acontecendo isto com a Funai e com o Secretário de Segurança Pública, porque se for assim, por exemplo, no baixo Tocantins o Deputado Gerson Peres vai ter muita dificuldade de prender os camupaches que estão lá. Na minha cidade praticamente não há uma pessoa que não tenha descendentes indígenas. Meu pai é um descendente direto de índio do Tapajós,

do índio do Irapu. Vai ser difícil. Se dermos este direito a todos os descendentes de índios nós estaremos em uma situação péssima na Amazônia, ou muito boa. Vamos ficar independentes de uma vez. É uma colocação que eu nunca tinha visto, porque eu sabia que os índios tribais que estão nativos, ainda estes têm o direito à proteção da Funai, são considerados incapazes, etc., mas não os que estão vivendo em Rio Branco, está-me surpreendendo.

O SR. ALMIR LAVERSVEILER DE MORAES — Porque descendo de portugueses, holandeses e alemães e para mim, que sou brasileiro, entendo que essa é uma grande vaidade que todos os brasileiros devem ter: isto é um cadinho de raças. Todos nós brasileiros somos resultado de uma fusão de raças e devemos entrar para esta fusão de espírito aberto, de peito aberto, sem preconceito. No entanto, com referência ao índio, isto não ocorre. Os descendentes de índios se dizem índios, o que torna a questão mais difícil, porque o fato de eu ser descendente de alemães não me dá o status de alemão. O nosso Presidente Geisel seria alemão, não poderia ter sido Presidente da República; o Médico seria italiano e assim por diante. Orgulhamo-nos é disto: somos descendentes, muitas vezes, não de índios, mas de europeus ou africanos, porém nos integramos na comunidade brasileira, somos brasileiros e nos orgulhamos disto.

O SR. GABRIEL GUERREIRO (Relator) — Veja bem, nem estou entrando na questão da miscigenação das raças, mesmo porque, segundo me dizem, eu também tenho descendência de holandeses e portugueses. Deste último tenho certeza, porque minha mãe é portuguesa e filha de portugueses. Meu pai é descendente de nordestinos de origem holandesa, espanhola e ainda com uma índia. Então, veja que tenho um "pedaço" de índio, de espanhol, seja o que for. Entretanto, o fato é que o que vi na lei caracterizado como índio é aquele que não tem qualquer miscigenação, aquele descendente direto. Este é o índio. Há uns aculturados, outros não.

O SR. ALMIR LAVERSVEILER DE MORAES — Quer dizer, como os índios se reproduzem, filhos de índios índios são, no dizer deles, porque exigem a tutela da Funai, ou seja, quando pai e mãe são índios eles se consideram índios e exigem a tutela da Funai. Porque isso é muito cômodo.

Abordamos aqui o problema de condições de saúde em termos de nutrição. Se considerarmos a região mais carente do Amazonas, a nutrição se resume praticamente ao peixe e à mandioca, com a qual eles fazem o seu pirão. Isto na região mais carente do Estado do Amazonas. Não é o que se vai verificar em outras regiões de Rondônia ou Mato Grosso, mas nessa região, em termos de nutrição, é muito fraca. Esta é uma das razões de ridicularização da merenda escolar por parte deles, que é enviada. A numerosos prefeitos perguntado se está recebendo a merenda escolar, e eles afirmam que recebem, mas ninguém a

quer. Isto ocorre porque os hábitos alimentares são diversos dos nossos. Recebemos isto, mas eu preferia o dinheiro para comprarmos o que consumimos de acordo com nossos costumes.

Nessas regiões recebe-se aquela merenda escolar, mas as crianças não se adaptam a elas, porque os padrões não são os locais. Difícilmente, portanto, o alimento encontra saída.

Moradia, deficiência de habitação é uma constante; o problema de saúde em si, a alta incidência de malária, a febre amarela silvestre e uma série de outras doenças, como a leishmaniose, tentamos, na nossa área, dar algum apoio. Por exemplo, concedemos auxílio financeiro para a construção de postos de saúde, a construção de residência para o médico e, em vários locais, fomos surpreendidos assim: o posto de saúde está aqui, construído com recursos que vocês mandaram; a residência do médico aqui está; gostaria de conversar com o médico; o médico não tem. Então, esse é o problema: não há médico nem enfermeira. Para isso há um programa vinculado ao EMFA chamado PASEI, de apoio social especial integrado, em que oficiais da reserva são convocados para o serviço, desde que sejam médicos, farmacêuticos, veterinários e eles prestam serviço a essa região, recebendo a remuneração como oficiais do exército e um pró-labore pago pela Previdência Social. Isto é regulado por um decreto que instituiu o PASEI, vinculado ao EMFA, que faz a cota para Exército, Marinha e Aeronáutica, dentro de seus oficiais da reserva convocados para o serviço. Prestam serviço a essas regiões e recebem como oficial do Exército — refiro-me só ao Exército, mas há oficiais da Aeronáutica também, mas o contingente maior é de oficiais do Exército, médicos, dentistas, veterinários e farmacêuticos prestam a sua colaboração, recebem o seu soldo e mais um pró-labore que a Previdência Social concede para que se tenha essa assistência médica.

Quanto ao problema de instrução, os grandes centros naturalmente como Manaus, Belém, Cuiabá, Porto Velho, Rio Branco apresentam condições relativamente boas, mas no interior as deficiências são muito grandes.

Quanto a salas de aula, muitas vezes concedemos auxílio na faixa de fronteira para a construção de escolas de primeiro grau. Em vários municípios o prefeito nos disse que há dez escolas, vinte professoras rurais. E onde elas dão aulas? Na residência, porque não há escolas. Mas é uma forma de se entender que esperamos que melhore para que haja um progresso maior.

Estas são as questões em termos de alimentação, habitação, instrução, etc.

Quanto aos aspectos econômicos, temos a indústria extrativa vegetal, que é relevante se considerarmos o problema da borracha, da castanha, madeiras de lei, onde já entramos com a preocupação em termos de não destruição da mata amazônica, essências naturais oleaginosas, que caracteriza a exploração da região como indústria extrativa vegetal.

Quanto à indústria extrativa mineral, vemos o manganês no Amapá, ferro em Carajás, estamos com produção de ouro, não só em termos de empresas de mineração, como de garimpo, que é uma das grandes preocupações que se tem, mas a verdade é que existe esse problema: há produção grande de ouro que se devia. Esperamos que — com a criação do imposto sobre o ouro na atual Constituição, 1% sobre o valor do ouro, e da competência da União, mas do produto é repassado 30% ao Estado e 70% ao município de situação do ouro — isso estimule a fiscalização do município sobre a produção de ouro no local, porquanto 70% do imposto cobrado ira para o município.

Galena, vai-se encontrar o ferro, há os problemas de Carajás, Rondônia é rica em cassiterita, que gera o estanho, lamentavelmente as toneladas de cassiterita são transportadas em caminhões a diesel para São Paulo, onde são usinadas. Segundo me disse um engenheiro, não tenho conhecimentos especiais sobre a matéria, uma tonelada de minério de cassiterita dá origem a um lingote de 700 gramas de estanho. Não deve ser bem isso.

De qualquer forma, o lamentável é que o minério de cassiterita seja transportado para São Paulo para ser usinado. O ideal é que fosse usinado em Rondônia e que Rondônia vendesse o próprio estanho, e não que o minério saísse de Rondônia e fosse transportado gastando diesel, caminhão e outras coisas.

O SR. GABRIEL GUERREIRO (Relator) — V. Ex^a me permite uma observação?

O SR. ALMIR LAVERSVEILER DE MORAES — Pois não, Deputado

O SR. GABRIEL GUERREIRO (Relator) — Essa é uma questão bastante polêmica, e não vamos entrar nessa polêmica agora, mas há duas observações: primeiro, evidentemente o engenheiro que lhe forneceu essa informação está completamente equivocado; segundo é que o maior produtor de estanho do Brasil já não é Rondônia há cerca de uns 5 anos. O Estado do Amazonas e o maior produtor e a produção vem da região do Pitinga, a 200 km a nordeste de Manaus. Quem produz lá é a Taboca Mineração, do Grupo Parana-pama. Rondônia tem hoje uma produção garimpeira, de companhias regulares que estão produzindo muito pouco. Para se ter uma idéia, deve estar produzindo em torno de 3 a 4 mil toneladas em Rondônia e algo em torno de 22 mil no Amazonas.

A questão de não se produzir o estanho na Amazônia está profundamente ligada à questão energética. Realmente, as empresas que produzem estanho metálico em São Paulo têm um prejuízo, um custo adicional muito grande em levar esse estanho para lá. Com as tarifas praticadas em São Paulo, hoje, se tivesse energia elétrica suficiente, com absoluta certeza, essas empresas produziriam estanho nos locais. Trata-se de um problema puramente econômico, capitalista. Não produzem lá, porque não há energia elétrica. Se tivesse, com toda certeza, desativariam as fábricas e

as levariam para lá, porque é realmente muito caro transportar de caminhão ou, como se faz em Manaus, através de barco até o porto de Santos, etc. É muito problemático, além do custo de transporte, o tempo, etc. Com certeza se faria lá, mas não há energia, por enquanto, em Rondônia nem no Amazonas, para fazer isto.

É interessante assinalarmos que a Amazônia Legal produz muita cassiterita

O SR. ALMIR LAVERSVEILER DE MORAES — Visto isto, quanto à parte de indústria extrativa mineral, vejamos quanto à produção agrícola. A produção agrícola, na verdade, não é muito extensa na parte do norte do Amazonas. Há mais mandioca, milho, fumo, mas, vamos encontrar, também, pimenta-do-reino, malva, em certos locais, e Rondônia está produzindo soja, cacau e já tem, inclusive, grandes pretensões a exportar soja. O porto de Porto Velho foi alfandegado agora, participei, na semana passada, de uns debates sobre a exportação, pelo porto de Porto Velho, de soja em grãos

Quanto à pecuária, temos o gado bovino, o búfalo na ilha de Marajó e abordamos aqui um tópico em que falamos um pouco sobre isto. Caça, mencionamos aqui; pesca, o Rio Amazonas podemos considerar como o mais piscoso do mundo, temos pirarucu, tataruga, peixe-boi, temos uma variedade imensa em termos de pesca. Na indústria, o grande drama lá é o problema da energia elétrica, que cria essas dificuldades que se encontra para a indústria. Esperamos que gradativamente se possa sanar esse problema. Agora entrou em funcionamento a Usina de Samuel. Esperamos que outras possam entrar; e que essas experiências que estão sendo feitas sobre micro-hidrelétricas, acionadas pelo simples fluxo da água, sem necessidade de queda, isso também possa ajudar na indústria

Em termos de indústria, há pequenas indústrias alimentícias, produtoras de massas, doces, refrigerantes, etc. Salientamos aqui alguns tópicos em termos de comércio, os dois grandes centros comerciais: Belém e Manaus. Porto Velho, agora, está ganhando importância. O porto de Porto Velho, conforme já mencionei, já foi alfandegado, as instalações estão sendo ampliadas; Mato Grosso pretende exportar por Porto Velho — fará uma experiência no ano que vem — 200 mil toneladas de soja em grão de Mato Grosso serão exportadas por Porto Velho, serão exportadas por balsas graneleiras que descerão o Madeira, o Amazonas e irão para Belém, ou outro porto que seja considerado mais adequado, onde será feita a transferência para grandes navios.

Em termos de comércio devemos salientar o seguinte: estamos tentando uma série de ligações que permitirão um comércio através do Caribe, através do Pacífico, quer dizer, são idéias que se tem.

Por que a produção do Acre tem que necessariamente atravessar tudo isso para ser exportada quando é muito perto de Lima ou do porto de Calhao, — no Peru?

Então, se conseguíssemos, terminado o asfaltamento de Porto Velho-Rio Branco, asfaltar o restante da BR-364, Porto Velho-Cruzeiro do Sul, e de Cruzeiro do Sul em diante seria pouca coisa. Então, os senhores podem constatar ligações que poderiam existir na Amazônia

Até Porto Velho está asfaltado; de Porto Velho está sendo negociado e deve ser asfaltada, até meados do ano que vem deve estar concluído o asfaltamento até Rio Branco.

O ideal é que seja feita a ligação Rio Branco-Cruzeiro do Sul. Esta ligação é cara porque esta estrada terá que atravessar os rios de forma perpendicular, e haverá grandes obras para se conseguir esta ligação

De Cruzeiro do Sul, no futuro, pode sair para Pucallpa já no Peru; de Pucallpa existe estrada de rodagem até Lima. Aqui pouca coisa tem que ser feita para ligar Cruzeiro do Sul — Pucallpa

Com isso poderemos exportar soja e grãos para o Japão, etc. Isso, evidentemente, gera uma série de dificuldades internacionais.

O senhor pode ver nesse mapa que a estrada está asfaltada até aqui, o asfalto hoje já vem praticamente até aqui; em meados do ano que vem chega a Rio Branco o asfalto. Agora, esse trecho aqui é grande e é necessário. Tem aqui uma estrada que vai para Assis Brasil, mas é mais embaixo, e uma outra ligação.

Em Mato Grosso também se dá uma saída de Cáceres até San Matias. A Bolívia se prontifica a asfaltar o trecho de San Matias até Santa Cruz de La Sierra e, em seguida, pega-se o asfalto e vai se sair em Arica, no Chile. Quer dizer, dará uma saída de Cáceres para Arica.

No Norte, estamos estudando aquela ligação de Bonfim para Letem. Aqui são cidades gêmeas: Bonfim, em Roraima; e Letem, na Guiana. Se asfaltado o trecho Letem a Magoaril, no interior da Guiana, pega-se a estrada asfaltada que vai a Georgetown, na saída para o Caribe

Quer dizer, são ideias que se têm e temos que ficar atentos para as disponibilidades que o orçamento permita em termos de abrir perspectivas para a exportação pelo Pacífico, exportação pelo Caribe e não necessariamente pelo Oceano Atlântico, conforme foi sempre da nossa índole, so Oceano Atlântico.

Então, pensamos sempre nessas diferentes alternativas que se têm de saída para o Pacífico ou para o Caribe.

Bem, em termos de comunicação tenho a dizer o seguinte: essas regiões ficavam muito afastadas do restante do País

Na Saden, com base na Lei n° 6.634, que permite um auxílio financeiro aos municípios situados total ou parcialmente na faixa, andamos concedendo auxílio para a aquisição de antenas parabólicas.

É muito interessante esse aspecto. O Oiapoque pega perfeitamente a televisão, etc., quer dizer, com isso vai-se integrando ao Território Nacional. O que ocorre, hoje, e aparece no noticiário da televisão à noite, em todo o Território Nacional pode-se ouvir. Antigamente isso

não era possível e, à noite, as emissoras estrangeiras é que irradiavam para essas regiões

Quer dizer, hoje, graças ao sistema de telecomunicações por satélite, essas regiões pegam tranquilamente a televisão, via satélite, com antena parabólica

Bom, vou abordar agora o tópico: principais problemas da Amazônia Legal

O problema indígena — enorme e despo-voadas áreas, presumivelmente habitadas por indígenas, têm sido cada vez mais intensamente criadas e interditadas ao restante da população brasileira, limitando e inibindo o desenvolvimento sócio-econômico da Amazônia brasileira.

Somente no Estado do Amazonas foram interditados mais de 10 milhões de hectares em cerca de 1 ano

Vimos, no ano passado, para áreas yanomamis, que deu quase 6 milhões de hectares. Diferentes áreas totalizando para Roraima e Amazonas quase 6 milhões de hectares, só nessas áreas.

Bom, coincidentemente, as reivindicações de criação de áreas indígenas, de um modo geral, são sobre regiões que o Radam indicou a presença de jazidas minerais importantes

Então, uma vez que haja jazidas minerais importantes, os organismos internacionais e as comunidades indígenas pretendem que a área seja considerada área indígena.

Por exemplo, na Cabeça do Cachorro, onde foi revelada a presença de uma das maiores reservas mundiais de nióbio, além de tório, vanádio e berilo.

Então, é natural cada um pleitear o que quer e o bom senso é que manda o que deva ser concedido e negado o que se imponha.

Ingerências externas na Amazônia Legal — A Amazônia tem sido alvo de sucessivas ingerências, especialmente oriundas do Primeiro Mundo, que configuram um crescente interesse estrangeiro em torno da tese da intocabilidade da Amazônia em benefício da humanidade.

Os estrangeiros são muito ciosos dos seus direitos, mas nem sempre são tão ciosos no que diz respeito ao Território brasileiro

Os senhores viram pelo noticiário dos jornais sobre uma expedição francesa que trouxe um tipo de "tapete voador" para acompanhar o problema da Amazônia, etc. Tudo bem. Só que essa expedição veio sem nenhuma autorização governamental brasileira. E lá estava fazendo as suas pesquisas, os seus estudos.

Bom, já houve um entendimento próprio para encerrarmos este assunto. Quer dizer, são cuidados que se deve ter.

Narcotráfico — A plantação de coca, ou epadu, a sua colheita, o refino preliminar, comercialização constituem atividades ilegais que estão se intensificando em extensas áreas fronteiriças. Os montantes financeiros auferidos com o narcotráfico não apenas representam um perigo para a vida política da região, como também permitem o estabelecimento de áreas geográficas fora do controle do poder nacional.

É preocupante, também, as associações de narcotraficantes com grupos guerrilheiros que

atuam próximo às nossas fronteiras. Tal situação aumenta o poder político dos primeiros e conferem maior poder econômico às guerrilhas.

Temos que ter presente o problema e outras atividades ilícitas. Além dos problemas aqui abordados destacam-se o contrabando, o descaminho de minerais, pedras preciosas e outros produtos, imigração ilegal, atuação suspeita de entidades religiosas e outros grupos de pressão em conflitos fundiários, exploração clandestina de recursos minerais e pretendida criação de nações indígenas independentes.

Bem, não precisamos ir muito longe. Aqui, no Distrito Federal, no ginásio daqui, houve uns jogos da mocidade, estudantes, etc. e havia representantes de cada Unidade da Federação. E, além dos representantes de cada Unidade da Federação, os senhores viram na televisão e nos jornais uma representação com uma placa que dizia "Nação Indígena".

Então, dentro do Território brasileiro, além da Nação brasileira, estamos gerando uma Nação indígena.

Quer dizer, a preocupação deve ser de todos, porque creio que o objetivo deve ser que sejamos uma Nação, independentemente de nossas origens, seja ela africana, indígena ou européia.

Muito bem!

O outro aspecto que preocupa é a garimpagem e a mineração desordenadas. Inúmeros conflitos entre garimpeiros e empresas de mineração, garimpeiros e índios; empresas de mineração em áreas indígenas têm causado problemas sociais de grande porte. Além disso, as técnicas rudimentares utilizados nesses garimpeiros estão poluindo gravemente diversos rios da Região.

O Programa Nossa Natureza andou estudando essa matéria e saíram vários diplomas inclusive com referência ao mercúrio, ao uso do mercúrio, limitações a este uso, etc., que vai impedir a poluição de rios e o prejuízo que isso ocasiona para as populações ribeirinhas.

Mas, verificamos que a garimpagem prejudica sensivelmente todos os padrões da Região.

O Prefeito anterior de Oiapoque, que deixou as funções agora em dezembro de 88, declarou que no Rio Oiapoque, acima da cidade, ele estava com cerca de 2 mil a 4 mil garimpeiros. Então, disse ele: bem, a presença dos garimpeiros foi boa, estimulou o comércio, só que destruiu os padrões morais da sociedade local.

Na verdade, palavras do Prefeito, a cidade de Oiapoque ficou transformada num grande bordel porque não há mulher que resista ao poder desses garimpeiros que pagam os seus favores em ouro, em pepitas de ouro.

De modo que essas situações destroem os padrões morais e o garimpeiro não se fixa na região. Enquanto o garimpo está dando, ele ali fica; e quando não está dando mais ele sai e vai para outro local tentar.

* Quer dizer, a Constituição hoje permite a mineração garimpeira por brasileiras e por cooperativas, brasileiros e cooperativas. Mas,

por enquanto, não conhecemos cooperativas de garimpeiros. Esperamos que a coisa evolua, melhore em termos de uso de mercúrio e utilização que prejudique as populações locais.

Destruição de Ecossistemas:

A utilização predatória de recursos naturais, especialmente os florestais, tem causado a degradação do solo e o desequilíbrio na fauna e na flora e, também, problemas fundiários.

Inúmeros conflitos fundiários têm surgido na região, muitos deles decorrentes de invasão de áreas indígenas ou de erros no processo de criação ou ampliação de áreas indígenas onde já existem colonos assentados pelo Incra.

Quer dizer, vez por outra surgem os conflitos porque o Incra estabelece os seus projetos de colonização e um estudo mais acurado verifica que aquela região é área indígena. Há vários conflitos fundiários daí decorrentes.

Proximidade de Problemas Além Fronteira:

É uma preocupação constante que se tem na manutenção das nossas fronteiras e que essas fronteiras fiquem pacificamente ocupadas por civis que tenham condições de se desenvolver, de guarnecer as fronteiras, manter ali a presença brasileira.

Acontece que temos observado o seguinte: movimentos guerrilheiros, terroristas, de considerável expressão, atuam nas proximidades da fronteira da Amazônia, especialmente no Peru, o Sendero Luminoso; na Colômbia, o M-19; etc. preocupa, também, a possibilidade de tensão entre a Venezuela e a Guiana em torno do problema, o que causaria sérios reflexos especialmente para o Estado de Roraima.

A Guiana, o Suriname, a Bolívia apresentam instabilidade sócio-econômica que poderiam trazer intranquilidade para a área da Amazônia próxima às suas respectivas fronteiras.

Outro motivo de preocupação é o antagonismo entre a Venezuela e a Colômbia, que se observou em 1988.

Então, as divergências entre países amigos nossos, mas vizinhos, podem causar dificuldades para o Brasil.

Temos também problemas inerentes ao subdesenvolvimento. Como o resto do País e até com maiores carências, a Região Amazônica apresenta preocupantes indicadores sociais: desnutrição, baixa expectativa de vida, altas taxas de mortalidade infantil, baixa proporção de médicos e leitos hospitalares por habitante, insuficiência de moradias, analfabetismo, falta de emprego, evasão escolar, insuficiência de meios de comunicação e ausência de saneamento básico."

Então, são muitos os problemas que temos e que nos preocupam.

"Assim, a vasta superfície da Região Amazônica, a precariedade dos transportes, a carência de um mercado de sustentação, os problemas da área, induzem à criação de Territórios Federais, subordinada essa idéia aos interesses do desenvolvimento e da defesa nacionais."

E quando falamos em "criação de Territórios" é porque partimos de um pressuposto de que, no momento, essas regiões não teriam

condições de ser criadas como Estados, não teriam como se sustentar, não teriam como se aguentar dentro da autonomia, daí o território seria uma forma transitória

"À luz do estudo oferecido, e tendo presente o ponto de vista geopolítico e estratégico, propõe-se a criação, na Amazônia Legal, de três Territórios Federais": — aí os senhores verão, pelo trabalho, que aqui pusemos uns mapas desses Territórios que sugerimos. Nossa sugestão seria a seguinte: a experiência mostra que os Territórios foram colocados ao longo da fronteira terrestre: Amapá foi Território, Roraima foi, o Acre já foi Território, Rondônia, foi. Bem, então, uma idéia seria o Território Federal de Trombetas, essa região aqui entre Amapá e Roraima, entre a fronteira internacional e a margem esquerda do Rio Amazonas, esta região transformar-se-ia num Território Federal. Seria o Território Federal de Trombetas.

O outro seria o Território Federal do Rio Negro: São Gabriel da Cachoeira, a Cabeça do Cachorro; e o outro seria o do Alto Solimões, compreendendo Tabatinga, Benjamin Constant, etc., que pegaria aqui

Com isso, essa fronteira, praticamente toda, ficaria com Territórios, o que, a nosso ver, permitiria que o Governo Federal alocasse mais recursos para essas regiões e, efetivamente, injetasse recursos nessa região, lutasse pelo seu desenvolvimento, para que elas pudessem ser transformadas em Estados

O que achamos, porém, é o seguinte. seria interessante que isso ocorresse, mas também seria interessante que não fosse tão demorado como foi o caso dos demais Territórios, porque vejamos: os demais Territórios — estou me referindo a Amapá, Roraima e Rondônia — foram criados em mil novecentos e quarenta e tantos, quer dizer, quarenta anos para serem transformados em Estados, afigura-se muito tempo. O ideal é que num tempo muito mais curto o Governo Federal tivesse condições de transformar essas regiões de maneira que elas tivessem condições de passar a Estados, à Unidades da Federação brasileira como Estados.

Então, mencionamos aqui: "o Território Federal de Trombetas seria criado por desmembramento do Estado do Pará e compreenderia os atuais Municípios de Almerim, Prainha (somente a parte situada à esquerda do rio Amazonas), Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Faro.

Sua capital seria a Cidade de Óbidos.

Justificativa: interioriza o poder federal, fortalecendo o Poder Nacional". É, mais um problema de resguardarmos, verificarmos a fronteira. "...facilita maior aproximação com a Guiana Francesa, o Suriname e a Guiana, abrindo novas perspectivas ao comércio pelo Caribe; promove o desenvolvimento sócio-econômico de uma vasta região, cuja população ora se concentra na margem esquerda do rio Amazonas e mantém, em mãos federais, as vias de acesso fluviais do rio Trombetas". Isto é uma forma somente, o ideal é que, dentro do menor tempo possível, se possa

dar ao Território condições para ser Estado e ele se governar.

"O Território Federal do Rio Negro seria criado por desmembramento do Estado do Amazonas e compreenderia atuais municípios..." procuramos, na nossa sugestão, pegar municípios por inteiro ou aqueles que já os têm seus limites definidos. Então, seriam aqui os "Municípios de São Gabriel da Cachoeira e de Santa Isabel do Rio Negro e incluiríamos, também, o atual distrito de Vila Bittencourt (hoje, pertencendo ao Município de Japurá)." Com isso teríamos aqui um território pegando a Cabeça do Cachorro e a capital seria São Gabriel da Cachoeira. Dentro dessas justificativas interioriza o poder federal, fortalecendo o Poder Nacional, inibe ações ilícitas de além-fronteira, através do Território Nacional, "porque há problemas de Venezuela e Colômbia, guerrilheiros todas essas coisas", Permite um maior controle de fiscalização sobre a fronteira em áreas sujeitas às antagonismos internos e externos; facilita o desenvolvimento sócio-econômico da região; mantém em mãos federais as vias de acesso fluviais dos rios Negros e Japurá; facilita o controle sobre os ecossistemas da região, impedindo a ação predatória sobre os seus recursos naturais.

E, finalmente, o terceiro seria o Território Federal do Alto Solimões, seria desmembrado do Estado do Amazonas e compreenderia os atuais Municípios de Santo Antônio do Itá — e, aqui, tem uma série de outros — Tocantins, Amaturá, São Paulo de Olivença, Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte.

Sua capital seria a cidade de Tabatinga.

Justificativas: "Interioriza o poder federal, fortalecendo o Poder Nacional; a região já possui alguma estrutura para abrigar o poder territorial; permite um maior controle e fiscalização sobre a fronteira com o Peru e a Colômbia; permite, em face de estrutura já montada, desenvolver a região em termos econômicos (indústria de pesca, café, hortigranjeiros) e de transporte; mantém em mãos federais as vias de acesso fluviais dos rios Javari e Itá; permite uma melhor ligação da desenvolvida Amazônia colombiana com a brasileira". Aqui, montamos um projeto-piloto: porque a cidade de Tabatinga é gêmea de Leticia, que é capital de um departamento da Colômbia. Leticia apresenta um desenvolvimento muito razoável e Tabatinga tinha um desenvolvimento mínimo. Então, as cenas são pitorescas: a gente entra em uma kombi e diz para o motorista: "Me deixa aí no hotel tal (na Colômbia)..." Em Tabatinga só tem o Hotel de Trânsito do Exército. Então, "Hotel da Colômbia"... e pergunta-se o motorista: "Quando é que sei que estou saindo do Brasil e entrando na Colômbia?". "É fácil, quando terminarem os buracos o senhor está entrando na Colômbia". A via da Amizade, que liga as duas cidades, ela está, no lado brasileiro, completamente esburacada. Quer dizer, está-se desenvolvendo uma ação muito grande. Tabatinga tem hoje um aeroporto internacional; essa via da Amizade está sendo toda ela pavimentada pela Comara. O Governo Brasileiro está gastando um bom

dinheiro. Tabatinga foi erigida em Comarca, porque não tinha cartório de espécie alguma, nenhum cartório; o habitante a quem perguntei: "As crianças que nascem aqui, o senhor registra como?" Ele disse: "Bom, eu teria que registrar em Benjamin Constant, moço, mas dá muito trabalho, porque eu perco dois dias para ir lá. Então, eu prefiro registrar aqui em Leticia porque é mais tranqüilo, eu dou como tendo nascido lá". Dava o filho como tendo nascido na Colômbia, porque registrava ali do lado e é muito mais cômodo.

Bem, Tabatinga já foi transformada em Comarca. Hoje, há duas Varas na Comarca de Tabatinga e será inaugurado por esses dias o Centro Administrativo, o *Forum* de Tabatinga; há um terminal pesqueiro, essa Avenida da Amizade está sendo pavimentada pela Comara. Em suma, procurou-se através de um projeto, dar à Tabatinga uma situação dentro de um objetivo que é o que o Itamarati chama de desenvolvimento bilateral equilibrado. Não queremos ser melhor do que os nossos vizinhos, mas que, pelo menos, sejamos iguais: que a cidade brasileira tenha um desenvolvimento semelhante ao da cidade estrangeira, e não como estava, em que o cidadão se servia da cidade brasileira como dormitório; trabalhava em Leticia porque lá paga muito melhor. Então, a cidade brasileira era apenas um dormitório e não tinha estrutura nenhuma.

Hoje está sendo revertido. O nosso Ministro Denys amanhã estará em Tabatinga justamente para ver como todas essas obras estão já desenvolvidas.

Os três sugeridos Territórios Federais estariam em grande parte situados na faixa de fronteira. Não têm, hoje, condições sócio-econômicas que lhes assegurem a autonomia exigida de um estado. Mas constituem um desafio à União Federal, para que lhes dê o apoio necessário a que possam, no futuro, transformarem-se em estados, como são exemplos o Acre, Rondônia, Amapá e Roraima.

Trabalha-se, assim, no sentido de vivificação da faixa de fronteira, do seu desenvolvimento, assegurando-se a presença brasileira e a preservação de nossas fronteiras.

Damos, em um anexo, uns mapas procurando-se reproduzir graficamente essas idéias. Agora, é preciso deixar bem claro que isto é um estudo que a Sadem possuía e que procuramos rever e, naturalmente, são apenas sugestões. A Comissão de Estudos Territoriais fará os estudos que couber, e pelo entendimento que já ouvimos, inclusive do nosso Presidente, do parecer, as conclusões dessa Comissão serão submetidas ao Congresso Nacional.

Isso é apenas uma colaboração nossa. Agora, parece-nos que isso seria o mínimo, porque acompanha o nosso ilustre Relator. Acho que Estados como Amazonas, Pará, Mato Grosso, mesmo o Mato Grosso de hoje, mesmo após a criação do Mato Grosso do Sul, são grandes demais para uma atuação administrativa efetiva. Deveriam ser divididos. Agora, como dividi-los é que nos falta engenhar. Daí, propomos esses territórios porque procuraríamos dar a

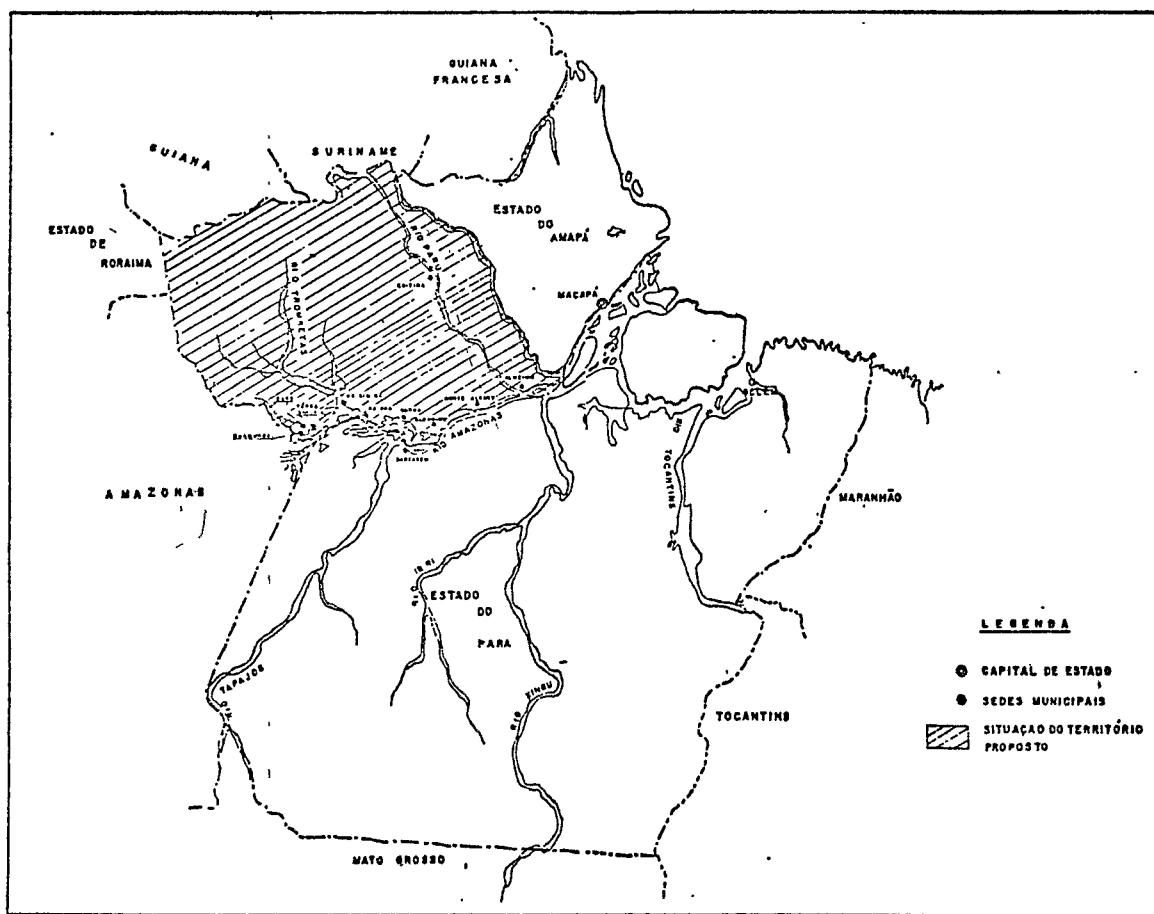
eles um desenvolvimento que lhes permitam, no futuro, atingir um estágio de estados.

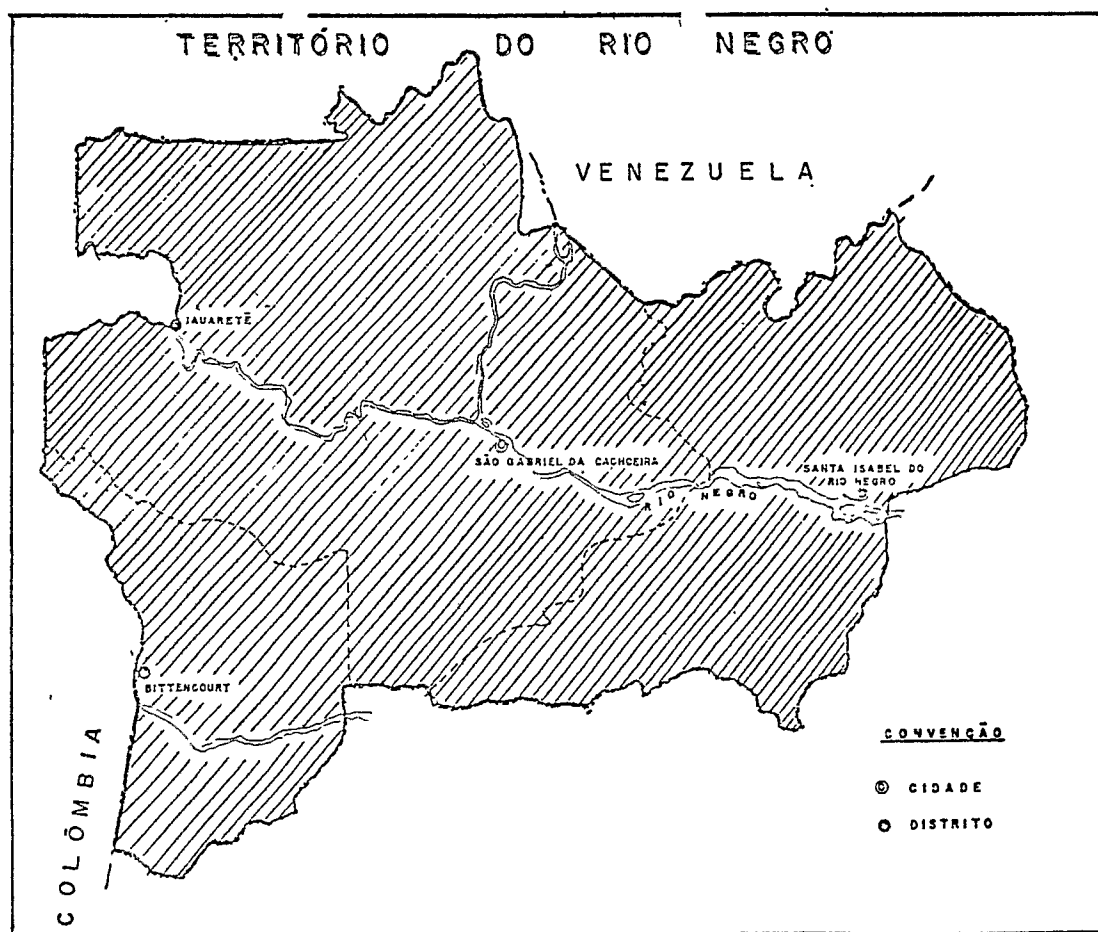
São apenas sugestões que transmitimos à Comissão para as considerações que entender.

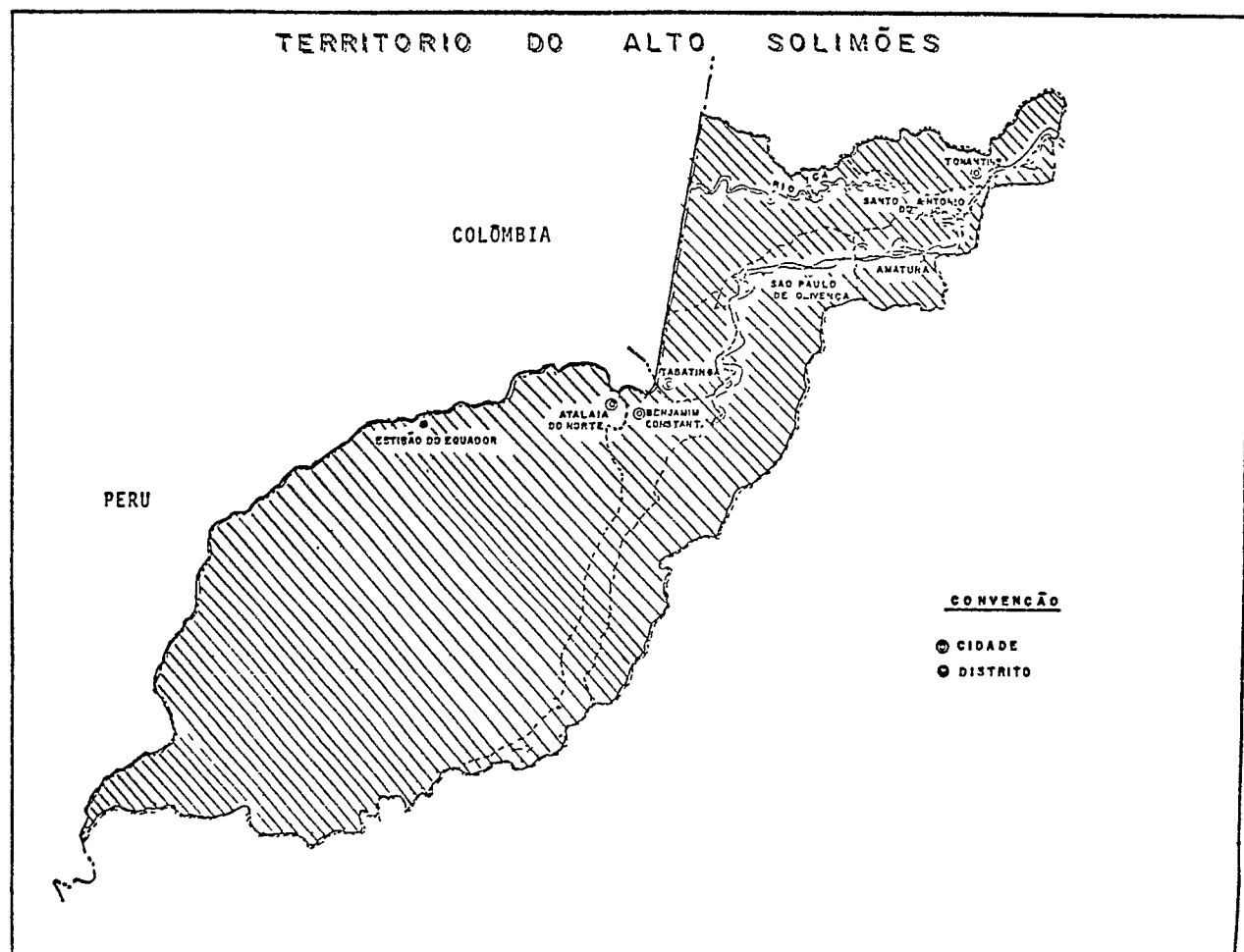
(DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SENHOR EXPOSITOR)

- Território Federal do Trombetas.
- Território Federal do Rio Negro.
- Território Federal do Alto-Solimões.

TERRITÓRIO FEDERAL DO TROMBETAS







O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Há alguns dos Senhores que queiram fazer qualquer apreciação ou solicitar algum esclarecimento? O Dr. Almir estará em condições de prestá-las.

O SR. RELATOR (Gabriel Guerreiro) — Que-ria pedir a opinião do Dr. Milan, mas não está presente, como membro do IBGE, sobre o que acha da situação. Fiz algumas anotações e fiquei muito satisfeito de ouvir o Dr. Almir, homem dedicado a todas essas questões.

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-lo pelas idéias, pela exposição que nos fez, agradecer os ensinamentos.

Gostaria de fazer algumas observações que cabem ao estudo da Saden, e deter-me nessa questão da divisão que foi apresentada.

Com relação à questão da energia elétrica, gostaria de ter oportunidade de discutir isso melhor, porque a visão que o senhor apresentou tem muito a ver com uma pequena confusão entre pequenas cidades, principalmente as cidades mais do Alto Amazonas, meio rural, que foge um pouco das cidades do interior da Amazônia, do eixo da civilização amazônica.

A civilização amazônica penetrou pelo eixo do rio, e esse eixo gerou um desenvolvimento que hoje se estende para as cabeceiras de modo um pouco diferente. A calha do rio Amazonas, pelo menos até Manaus, onde houve maior intensidade de ocupação, já tem um desenvolvimento que não se enquadra muito na exposição em termos de hábito, de comércio, de mecanismos de desenvolvimento, e inclusive desse mecanismo energético um pouco através do diesel, etc. Mas, tem algumas coisas que gostaria de aprofundar um pouco mais, numa conversa com a Saden, porque anotei aqui as questões das mini hidroelétricas, o senhor disse que a situação é difícil porque os rios não têm quedas d'água e, evidentemente, têm bacias muito grandes, muito largas. Isto é verdade e é uma questão geológica, posso lhe dar uma contribuição, isso se passa na faixa da bacia sedimentar do Amazonas.

As áreas de fronteira não estão nessa faixa sedimentar, e aí queria-lhe fazer uma observação com relação as terras indígenas.

As terras indígenas estão, coincidentemente, sendo colocadas sobre uma área, que não diria nem que foi o Radam que o mapeou

com tal; potencialmente, geologicamente, são mais promissoras do que a bacia, porque entramos pelo eixo e empurramos os índios para as bordas, e é justamente nessa borda que a bacia não é sedimentar. A grande bacia hidrográfica da Amazônia com seus rios, megarrios, que são maiores do que as maiores bacias hidrográficas do mundo, cada um deles de per si, acabam por percorrer terrenos, para os quais empurramos os índios, que são muito mais promissores do que a bacia sedimentar, e são muito mais ondulados. Nessas faixas temos muito mais chance de ter energia de todos os tipos, porque a Amazônia é rica em energia hidráulica a partir dos grandes rios, e o estudo da ELETRONORTE e da ELETROBRÁS em resumo, no Projeto nº 010, apresenta um potencial da ordem de 120 milhões de quilowatt ou 120 mil megawatt ou 120 gigawatt de energia que é duas ou quase três vezes o que tem instalado no Brasil hoje, cerca de 45 mil megawatt.

Veja bem, temos, além desta grande bacia, uma série quase infindáveis de grandes, a partir, por exemplo, de um rio como o Negro, o Trombetas, mesmo o Nhamundá que é menor, nem falando do Tapajós, Madeira, etc.,

temos rios que seriam considerados na Europa como grandes rios, como é o caso do rio Cachorro, quando se tem próximo da entrada do Trombetas uma Cachoeira de São Pedro que tem uma queda livre de um rio enorme, para fazer qualquer hidroelétrica de Minas Gerais rio que tem a Cachoeira de São Pedro com uma queda livre de 30 metros direto, com uma bacia extraordinariamente grande, forma uma grande bacia e fecha em blocos de granito. O rio deságua lá e já cavou um cânion de quase 3 km, de 30m de altura, de bordas retas, absolutamente retas. Lá se faz uma hidroelétrica de 300, 400 quilowatt. Temos dali uma sequência enorme, infundável, de menores rios de todas as escalas que quisermos.

Visitei próximo de Brasília, há dois meses atrás, inclusive com o Ministério das Minas e Energia uma coisa extremamente interessante. O Estado tem uma fazenda, veio do Nordeste e fez uma fazenda para tirar leite de gado, e como a sua energia tinha que vir do Estado de Goiás que ficava a 80km, porque ele fica no Estado de Goiás, apesar de que no Distrito Federal a linha estaria a cerca de 10, 12km da fazenda dele, ele não podia levar a energia do Distrito Federal para dentro da fazenda dele. Ele fez uma barragem para irrigar capim e alguém sugeriu-lhe que fizesse uma hidroelétrica. Apenas pegou a barragem, fez um canal lateral, chamou uma pequena empresa e mandou fazer uma pequena turbina que gera, simplesmente, 100 quilowatt-hora. Toda a fazenda é iluminada, etc., por um igarapé pequenino, a partir de uma barragem que não mais do que 5 metros de altura.

Na Amazônia se pode construir aos milhares, aos milhões, porque se tem igarapés e rios para fazer isso. Conheço a experiência que o INPA está fazendo a partir de geradores e palheta, tipo cata-vento, seria um cata-água, que usariam a correnteza do rio. São projetos muito interessantes de tecnologia alternativa.

De todas essas tecnologias a mais interessante para nós, perdidos naquela floresta, seria utilizarmos mini hidroelétricas, muito menos danosas, afundam muito menos florestas.

Para as cidades maiores poderiam se utilizar dois sistemas: ou o sistema de mini hidroelétricas, a partir de 20 mil Km, coisa desse tipo, ou pequenas unidades nucleares. O problema da energia nuclear é que parece ser negócio terrível, mas na realidade estamos falando de um avião da última guerra, pelo menos da I Guerra Mundial do final dela e do início da última Grande Guerra, porque estamos falando de andar em Catalinas e DC-3, quando hoje uma usina nuclear é andar num jumbo, que você embarca no Rio de Janeiro e onze horas depois pousa no aeroporto de Frankfurt. Então, veja bem, dentro de um Catalina que o senhor deve ter andado como eu, várias vezes, dentro de aviões do tipo bechkrantz, Curtiss Commander, e outras coisas desse tipo que andamos na Amazônia. Todos dois voam, mas voam com diferenças extraordinárias. Por exemplo, você num 737-300 tem 65 computadores controlando tudo lá dentro.

Uma usina atômica hoje, acabei de visitar algumas, agora visitei uma integralmente, na Alemanha, há 15 dias, Grafenteld, é uma coisa, é a mesma coisa de estar dentro do Boeing 737-300, isso para não falar de jumbos, um nível de segurança extraordinariamente grande, o núcleo do reator de água pressurizada não toca mais na água do lado de fora, aquece por um sistema fechado, o núcleo do reator, o coração, está dentro de uma outra estrutura de aço de 1 metro e 20 cm de largura; se houver uma bomba atômica arrebenta tudo e não arrebenta no núcleo. Depois tem uma esfera de aço monumental onde está todo o sistema de geração; tem uma barragem de concreto capaz de suportar um Planton que anda voando lá por cima da Europa todos os dias, bater com ogivas, com carga e tudo e em cima e não explode.

Estamos falando de coisas extraordinariamente diferentes.

Por isso, acho que na Amazônia deveríamos rever a questão energética por esses caminhos e gostaria de ter a oportunidade de discutir isso.

Quanto a questão do óleo de dendê que foi comentada aqui, acho que isso é um pouco de exagero ou de fantasia, quem sabe ele não estava com delírio de malária, porque dizer que vamos produzir dendê igual se produz óleo na Arábia Saudita, ele não tem realmente nenhuma noção da produção de óleo da Arábia Saudita, pode ter do dendê, mas da Arábia Saudita não tem. Realmente não tem nada a ver uma coisa com a outra. A Arábia Saudita produz milhões de barris/dia que plantando dendê em toda a Amazônia vamos ter grandes dificuldades até para colher. Não entraria no mérito dessa questão, mas lhe digo o seguinte: da matriz energética mundial as alternativas energéticas fora dos padrões normais do carvão mineral, do óleo, da energia nuclear e da energia hidroelétrica, todos os estudos e não são estudos apenas do mundo capitalista, mas também do mundo socialista que hoje estão integrados principalmente dos estudos da União Soviética, do Japão, dos Estados Unidos e de todos os cantos do mundo, nos dão em média 5 a 6% da matriz energética de qualquer país, é possível fazer energia alternativa. Fora disso e cogitar de coisas estratoféricas. Temos muito pouco probabilidade de sair desses quatro grandes campos energéticos: energia solar, energia alternativa vegetal e etc. Há problemas seríssimos, às vezes, inventamos fantasias, por exemplo, é muito interessante produzir energia de dendê, mas você não comenta qual é a área que precisa plantar. É muito interessante dizer que se vai produzir ferro de carvão vegetal, só não dizer qual a área necessária para plantar árvores para produzir carvão e também não dizer que a tonelada de ferro gusa custa 50 dólares e a tonelada de carvão custa 80 sendo plantado. Então, são coisas totalmente incompatíveis, de tal forma que acho que essas questões energéticas aliás, já têm um estudo muito bonito feito por um seminário da Comissão de Minas e Energia.

Quanto à exploração da floresta acho que precisamos ter muita cautela e realmente cuidar disso e a Saden parece que tem bons trabalhos a respeito disso.

A questão indígena é uma questão delicada e acho que ainda vamos avançar muito nisso.

Queria reportar-me ao programa do Paseu, do Emfa, e acho que esse programa é um programa para o qual o Congresso Nacional deveria destinar verbas específicas, porque é um dos programas mais interessantes que já vi as Forças Armadas fazerem. É um programa de assistência médica, veterinária e etc. Ainda diria mais, talvez fosse interessante estender isso à extensão rural, agronomia e etc. Considero esse programa, acompanho isso com muita satisfação, não estou envolvido com a área militar, mas sei de resultados muito interessantes e que não deveriam ficar na área de fronteira, mas se espalhar para o interior da Amazônia.

Um cometa rápido sobre a exportação de soja pelo porto de Porto Velho. Isso é uma das aberrações que estão fazendo, hoje, na Amazônia. Não que não se deva fazer pelo porto de Porto Velho nem exportar por lá. Agora, querer exportar 4 milhões e meio de toneladas de soja, como já tem hoje, no Mato Grosso, pelo porto de lá é provocar um engarrafamento com cerca de 500 unidades de balsas para descer e subir o rio Madeira trazendo soja para Belem. Durante o tempo da enchente no rio Madeira isso não tem muita dificuldade, mas, durante a estiagem, o senhor que conhece a Amazônia, imaginem o engarrafamento que vão provocar 4 milhões de toneladas, seriam necessárias 500 a 600 comboios de balsas. Agora, o senhor imagine quando isso crescer para 20 milhões de toneladas. De modo que essa não é a alternativa, devemos ter um porto direto e esse porto direto, não é porque sou tapajônico não, é Santarém. Com a Santarém-Cuiabá joga-se essa soja diretamente num porto que tenha acesso direto ao Atlântico, tem um calado de 27 metros no Porto de Santarém. Então, se embarcaria do caminhão diretamente no navio. Outra alternativa é sair para o Pacífico. Essa estória de descer pelo rio Madeira é uma complicação muito grande e vamos ter maiores complicações na medida em que Roraima se desenvolver, porque o porto de lá vai exportar as coisas de Roraima.

Reportando-me ao que o senhor colocou sobre a questão da divisão territorial proporiamente dita, gostaria de dizer que isso para mim é uma visão muito interessante, mas não me foge da visão da estratégia militar brasileira. Ela tem muito a ver com a concepção de estratégia militar, que aliás induziu a criação dos territórios periféricos da Amazônia.

Gostaria de fazer um comentário aos membros da comissão de que na minha visão geopolítica desta questão, o eixo da civilização amazônica penetrou pelo rio Amazonas e até agora temos sido extremamente ineficientes e reacionários até certo ponto, para mexer com isso. Quando o senhor me diz que São Gabriel da Cachoeira e Cabeça de Cachorro no seu conjunto de Tabatinga e o Alto do

Solimões não têm condições de desenvolvimento nenhum e nem infra-estrutura para suportar um estado, estamos de pleno acordo.

Agora, quando o senhor me diz que Alta Floresta não tem condições e que Santarém não tem condições, aí passaremos a conviver com outro problema: primeiro porque a articulação dos municípios que o senhor citou para compor o Território do Trombetas, são municípios cuja a vida está absolutamente ligada a Santarém. O centro dinâmico dessa área é Santarém. Nenhum desses municípios citados, ainda citaria Itaipu, juriti tem ligações com Belém, ligações de toda ordem: sociais, políticas, culturais e econômicas com Santarém. Para o senhor ter uma idéia, todos esses municípios, que sabe tão bem quanto eu, têm dois ou três barcos, todo dia, viajando às 7 horas da noite, sai do município e amanhece em Santarém, sai às 7 horas da noite de Santarém para o município, e esse vai-e-vem é a ponte aérea dos nossos municípios, com Santarém.

En passant, gostaria de dizer aos senhores que Santarém não tem nenhum terminal de pequenas cargas, tem um porto maior de embarque, muito menos um terminal de passageiros no Porto de Santarém que embarcam e desembarcam. Pelas estatísticas que temos, cerca de 5 a 6 mil pessoas viajam diariamente. Embarcam de noite e desembarcam de manhã 3, 4, 5 ou até 6 mil pessoas dependendo da época em Santarém vindas dos municípios circunvizinhos do Baixo Amazonas. Lá tem uma grande rodoviária, só que a rodoviária que foi feita por um governador do Estado do Pará, uma empreiteira, instalada lá, fez uma belíssima rodoviária, cheia de lojas, lanchonetes, etc. Fica na entrada da rodovia Santarém-Cuiabá. Como a rodovia Santarém-Cuiabá é absolutamente intransitável, não tem transporte interestadual, nem intermunicipal, liquidou com Itaituba.

As colônias que têm um fluxo de ônibus razoável, o colono não quer ir à rodoviária, ele quer ir ao comércio, ao Porto de Santarém, ao centro da cidade, porque ele não é leso de ir à rodoviária depois pagar o ônibus e ir à cidade.

Então, simplesmente há uma bela rodoviária sem nenhum ônibus. O que existe lá são fungos, infiltração, coisas desse jaez

Isso é para que o Senhor tenha idéia de quão longe está Belém dos problemas do Baixo Amazonas

Veja bem, o centro dinâmico de Santarém é o pólo irradiador e indutor de todo o processo econômico, social e político, como falei e a rodovia Santarém-Cuiabá é a estrutura que liga a cidade de Santarém ao centro dinâmico da economia brasileira. Por que através da Santarém-Cuiabá chega-se a São Paulo e ao Centro-Sul, rapidamente.

O Pará não tem ligação com isto. Porque não tem ligação a não ser a Transamazônica, que liga a Santarém-Cuiabá, ou a Santarém-Itaituba e os municípios do Baixo Amazonas com Belém. No caminho pela Transamazônia, além da burocracia — porque não há mais

estrada — é extremamente longe. Ter-se-ia que ir a Altamira, a Marabá para pegar a Belém-Brasília ou a PA-150 para descer até Belém

Veja o Senhor: temos que ter a compreensão de que o processo geopolítico passa pela calha do Amazonas, e que as divisões, mesmo militarmente interessantes de fronteiras, não têm o âmago da Amazônia como centro da sua atenção. É uma divisão territorial aceita, pensada, cogitada, mas é periférica, porque tem uma visão da estratégia militar.

Acho que temos um extremo defeito nas nossas universidades, nas nossas vidas científicas, técnicas e na nossa vida política, parece que se aprendeu neste País que estratégia é uma questão militar.

A estratégia de desenvolvimento não tem nada a ver com a militar. Para desenvolver-se a Amazônia é preciso mexer com a civilização amazônica e aprender dela a experiência de trezentos anos que ela tem, e aproveitar o dinamismo da sua própria vivência, da sua própria cultura, da sua própria economia para mexer com isso.

Se quisermos criar territórios na Amazônia — e só Territórios, não Estados — estou absolutamente acorde que devemos criar um Território na Cabeça do Cachorro, um Território em Tabatinga, um Território na descida do rio Madeira em direção a Manaus — seria outra área estratégica para o desenvolvimento, da Amazônia, a calha do rio Madeira, a partir do Estado de Rondônia para o Estado do Amazonas, fundamental, é preciso dividir a parte norte, que o senhor chamou de Território de Trombetas, na minha concepção, em duas áreas completamente distintas que seria a área do chamado extremo-oeste do Pará, que envolveria Faro não só do lado norte, mas envolveria Faro, Juriti, Oriximiná e Óbidos, que estão intrinsecamente ligados a Óbidos e outro pólo que seria centrado em Monte Alegre, e que abrangeria Alenquer, Monte Alegre, Prainha e Almerim, seria um outro Território Cultural e economicamente, Alenquer não tem nada a ver com Óbidos, estão absolutamente separados. No dia em que estabelecermos uma capital em Óbidos, coitado de Almerim Porque para ir de Óbidos a Almerim — não se o sabe — não há estrada, não há nada, o aeroporto de Almerim é ruim, o de Óbidos é um pouco pior, vamos ter uma dificuldade, leva-se cerca de três dias, viajando de barco, para chegar a Almerim. Então, vamos colocar Almerim na mesma situação em que estamos em relação a Belém. Ao passo que para Monte Alegre as coisas são diferentes. Monte Alegre, bem como Alenquer, Prainha e Almerim têm muito mais condições de gerar progresso do que tem, hoje, Óbidos.

Diria ainda mais: Almerim talvez fosse até conveniente que estivesse muito mais ligado ao Amapá do que ao próprio Território que vai ser criado.

Se for criado o Território pela Saden talvez fosse interessante incorporar Almerim ao Estado do Amapá e deixar apenas o resto que está integrado, pelo menos, por uma rodovia, que é a rodovia que liga Oriximiná a Prainha

— parece-me que é a PA-64, se não me falha a memória —, porque esses municípios têm uma integração maior e a estrada entre Prainha e Almerim é extremamente complicada de ser construída, ao passo que Almerim já está ligada a Monte Dourado, embora a estrada seja precária, tem condições de ser ligada muito mais rapidamente ao Estado do Amapá do que ao Estado do Pará e do que ao Estado ou Território que fosse criado — o de Trombetas. Por outro lado, o vale do Tapajós é outra área absolutamente estratégica e que está a ver navios com relação a Belém.

Então, se formos realmente discutir a divisão em Territórios, teríamos, no meu entendimento, de fazer, pelos menos, sete Territórios, já que quer o Governo federal induzir o processo de desenvolvimento da Amazônia, deveria criar-se os dois que o senhor citou, lá em cima; mais dois na borda do norte; um Território, no vale do rio Tapajós, que envolvesse Santarém, como Capital, Itaituba, etc.; e outro Território, em Alta Floresta, para dividir o Estado do Mato Grosso, se quisermos ter uma visão de estratégia geopolítica do País.

Acho que com os Territórios — e eu discuto isso com meus companheiros, ainda agora, — acho que era com o Dr. César que eu estava discutindo isso — é o problema de que a União ao ter que transferir quarenta e sete por cento dos seus recursos que são fundamentalmente o IPI e o Imposto de Renda para o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, foi, de certo modo, esvaziada no seu dinheiro. Pergunto-lhe: como é que faríamos a União, hoje, arcar com a responsabilidade, vamos dizer que fossem seis Territórios: — não vou nem criar o Território do Baixo Madeira — três, no Estado do Pará; um no Mato Grosso, e dois no Amazonas, como a União vai ter recursos para administrá-los?

Lembre-mos-nos de que a criação de um Território implica a instalação de seus Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, cuja responsabilidade é da União, porque o governador é nomeado. Acho que a União terá grandes dificuldades em repassar recursos para essas novas Unidades ao seu encargo. Ao passo que, se criássemos, aproveitando a idéia da Saden, pelo menos, um Estado, que seria o Estado do Tapajós, que propusemos — e eu não gosto do nome Tapajós, porque isso choca com o resto da região, propus que fosse chamado de Pará do Oeste — envolvendo os municípios citados pelo senhor no Território do Trombetas, mais o vale do Tapajós, ou seja, esses três Territórios comporiam uma unidade chamada Pará do Oeste, com capital em Santarém, que é o centro dinâmico de tudo isto, permitir-nos-ia mexer no eixo da civilização do Amazonas. Como a cidade estratégica que é a maior cidade da Amazônia Legal, ou, pelo menos, da Amazônia verdadeira, depois de Belém e Manaus, que é Santarém, fica estrategicamente colocada à meia distância entre Manaus e Belém — leva-se uma hora de Boeing para ir de Belém a Santarém; e uma hora de Boeing para ir de Manaus a Santarém — e colocada num porto excepcional, que é a foz do Tapajós, catalisadora de todo

esse processo e a cidade que domina, culturalmente, até por aquilo que chamo de geração do Amando — todos que temos alguma cabeça em Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre, etc., fomos, de certo modo, filhos diletos de Santarém, porque todos estudamos naquela cidade. Hoje, as pessoas fazem faculdade em Belém, entretanto, se formos ver, o Prefeito de Alenquer, de Oriximiná, de Monte Alegre, etc., todos foram alunos do Dom Amando ou do Colégio Alfredo... — não me recordo do outro nome —, os colégios secundários de Belém que formaram toda essa gente. É uma questão de ligação cultural com Santarém.

A idéia seria mexer nesse eixo e na periferia através de territórios do Alto Amazonas, ainda iria mais longe: redividiria o Mato Grosso; não há como deixar a região de Alta Floresta do jeito que ela está, ela tem uma dinâmica própria, um sentido próprio de desenvolvimento, é fundamental que ela tenha autogestão para garantir seu desenvolvimento. Essas regiões, se tivermos a coragem de mexer com isso, porque — eu diria — criar estados? Porque o estado entra no bolo da Federação. Então, não é a Saden, não é o Ministério do Interior que é reponsável por isso, ele é responsável pelos programas gerais que vão ajudar o estado, também, mas o estado entraria no bolo da Federação: um pouquinho de Minas Gerais, do Estado do Rio, do Estado de São Paulo, da Inglaterra, daria para nós alguma coisa, ao invés de já pegarmos esse bolo da União que já não está tão grande e que tem sob sua responsabilidade um grande numero de programas nacionais e que não vai repassar para o estado tão facilmente, porque esses próprios estados reagem, teríamos, no meu modo de ver, uma melhor alternativa para propor ao País, além de não ficar restrito à questão puramente de fronteira, uma questão de estratégia militar, mexeríamos realmente na geopolítica do Amazonas e teríamos uma maneira, no meu modo de ver, mais exequível de suportar esse trabalho, porque Santarém, criamos o Estado de Tocantins que tem 1 milhão de habitantes, não tem sede, não tem capital, não sabe que cidade arrumar etc. ao passo que lá tem uma Santarém com 300 mil habitantes, uma cidade com razoável suporte, você tem todos os municípios conectados com Santarém e teria tranquilamente condições de, ao participar do Fundo de Participação do Estado mais a geração do seus produtos internos, aí está uma das maiores produções de ouro do País, a maior produção de alumínio do País, uma agricultura razoável em Santarém, Monte Alegre, Alenquer etc. uma pecuária bovina e bubalina razoavelmente grande, que daria suporte a esse novo estado. O meu questionamento após fazer essas observações é saber qual a sua visão disso.

O SR. ALMIR LAVERSVEILER DE MORAES — Deputado, acho que, realmente, o estudo feito por nós, como contribuição, à luz dos conhecimentos que tínhamos, restringiu-se V. Exª salientou bem, aquela região mais diretamente ligada à faixa de fronteira, pelo conheci-

mento que tínhamos mais da região. Mas, acompanho o seu entendimento.

Acho que realmente Mato Grosso comportaria essa divisão, e o ideal é que fossem estados. Quando eu disse territórios é porque, lamentavelmente, as regiões sobretudo as do Amazonas, não têm nenhuma condição para se transformar em estado; o ideal seria que fossem estados para que, desde logo, se integrassem à Federação brasileira, pura e simplesmente.

Mas, acompanho o seu entendimento no sentido que seria interessante a divisão de Mato Grosso, a divisão um pouco maior do Estado do Pará, só que achávamos que isto geraria, politicamente uma resistência maior a idéia e fugiria também aos conhecimentos nossos, que os senhores também conhecem, por serem filhos do Estado do Pará; e, para nós já fugiria aos nossos conhecimentos que se restringem praticamente à faixa de fronteira, mas acompanho o seu entendimento, acho que conforme já temos salientado, o Amazonas, o Pará e o Mato Grosso são Estados grandes demais, dificilmente pode-se da capital administrar um estado com tais proporções.

Estive em Santarém durante algum tempo para examinar problema de Belterra, Fordlândia; no passado estive lá com o problema de o que fazer do estabelecimento rural do Tapajós. Realmente Santarém é uma cidade que apresenta hoje um desenvolvimento muito grande, mas estou inteiramente de acordo com o senhor. Acho que essas idéias que estou trazendo para cá, creio, com os aprimoramentos que o relator trará à matéria, com a colaboração de todos os participantes da Comissão, realmente creio que levarão o problema a uma solução que corresponda às necessidades do Brasil e aos anseios que penso ser de todos nós; o que se deseja é que o País se desenvolva harmonicamente e não regiões muito mais desenvolvidas que outras; e não é justo que essas regiões sejam mantidas em um estado de desenvolvimento muito inferior a de outras partes do País. Acho que o desenvolvimento do País deve ser obtido de forma harmônica e não com esses degraus. Acompanho V. Exª sob todos os aspectos e estou certo de que a colaboração de V. Exª como relator; pelo conhecimento fático que tem do problema, será muito precisa para a Comissão.

O SR. GABRIEL GUERREIRO (Relator) — Gostaria de me sentir um pouquinho melhor vocês devem ter pensado nisso, a Saden, talvez até o Gabinete Civil, também tenha alguma coisa nesse sentido — essa idéia dos territórios, como é que surgiu a idéia do Território do Trombetas com todos esses municípios? O senhor não acha que seria mais adequado pensar numa região mais homogênea incluindo a área de Alenquer para Leste nessa faixa e Alenquer para Oeste; inclusive esse território deveria, de qualquer maneira, incluir o Município de Juriti, se não esse município fica absolutamente solto, ou então, integrar o Juriti ao Estado do Amazonas, porque de outro jeito Juntú está desgraçado, e ninguém vai chegar

lá, ninguém vai lá em Juntú. E um município que já está abandonado, até o rio Amazonas está sendo cruel com ele, esta comendo toda a margem do rio e acho meio complicado deixarmos Juntú fora desse território.

O SR. ALMIR LAVERSVEILER DE MORAES — Deputado, não conhecíamos o problema em detalhes; então, pensamos numa idéia geral. O senhor conhece o problema nas suas minúcias e nós não tínhamos esse conhecimento de minúcias, porque para nós, focalizamos mais a faixa de fronteira que já fica acima, 150 quilômetros da faixa passa um pouco acima de tudo isso. Então, pensamos no problema em grandes linhas sem os detalhes que realmente não conhecíamos. Por isso estou certo de que com as suas idéias, os seus aprimoramentos e dos demais membros da Comissão creio que chegaremos a bom termo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Algum dos Senhores gostaria de fazer alguma apreciação sobre o que considero um extraordinário trabalho que nos trouxe aqui o nosso Dr. Almir Laversveiler de Moraes da Saden? (Pausa)

Dr. Almir, à página 19, lemos: "à luz do estudo oferecido e tendo presente o ponto de vista geopolítico e estratégico propõe-se a criação na Amazônia Legal de três Territórios Federais: Trombetas, Rio Negro e Alto Solimões". Considero isso da maior importância. O termo aqui, inicialmente, estratégia, ciência da guerra, depois, hoje, teve uma conotação como fez ver o nosso Relator, no sentido mais amplo, de luta e de obtenção de objetivos. Mas, realmente, aqui estamos examinando esse assunto, sobretudo tendo em vista a Segurança Nacional. Isso o senhor deixou claro não é?

O SR. ALMIR LAVERSVEILER DE MORAES — Alguns aspectos são de segurança. Mais do que tudo emerge o problema do desenvolvimento dessas regiões, porque o que desejamos, a nossa filosofia, é que a fronteira brasileira seja efetivamente ocupada de preferência por civis, mas que esses civis que ali permanecem tenham assistência econômica e social para que não sejam atraídos para os grandes centros, que eles tenham conforto, que é justo que tenham como todos os cidadãos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O simples fato de falar em fronteira, já está dentro dessa minha concepção de segurança, de afirmação, de presença nacional, de política brasileira, etc. Mas, então o fato de ser isso tudo, os três na fronteira, e como o senhor esclareceu, os outros territórios todos surgiram também na fronteira. Então, dentro desse pensamento de, vamos usar, afirmação nacional, valorização da nossa civilização brasileira nas fronteiras e na Região Sul, perguntaria ao senhor se em termos de órgão, ou do ponto de vista pessoal, dos seus estudos, V. Sª sugeria, acharia, nesse estágio, conveniente e oportuno levarmos essas considerações para a fronteira sul, compreendendo a grande Re-

gião Sul, formada precisamente pelo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul?

Já tivemos o Território do Iguaçu; perguntaria, ou o senhor falando como alguém ligado à Saden, ou até pessoalmente — aqui, às vezes, um líder diz que está falando em termos pessoais, não envolve muito a bancada —, o que o Senhor acharia da restauração desse Território do Iguaçu? Ainda mais longe, nunca houve na fronteira da Argentina, do Uruguai também, para não ficar só num país, no Rio Grande do Sul, o senhor teria alguma idéia sobre a criação de território na fronteira da Argentina, ou no Oeste, ou no Sul, e ainda com relação a Santa Catarina e Paraná?

O SR. ALMIR LAVERSVEILER DE MORAES — Pois não, Sr. Presidente. Acho que essas regiões apresentam hoje um desenvolvimento ou um potencial econômico tão grande que me parece desnecessário. Digo a V. Ex.^a que há um ano estive percorrendo, na faixa de fronteira, municípios de Santa Catarina e do Paraná. Perguntei a um prefeito, no Paraná, há quanto tempo não aparecia alguém lá da então Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, e ele me respondeu: “Olha, Dr., não tenho idéia de há quanto tempo. Só faço um apelo ao senhor se a União não atrapalhar, ajuda muito.” Se a União não atrapalhar, ele acha que já é uma grande ajuda.

Então, na verdade, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentam um potencial de desenvolvimento tão grande que penso que poderíamos deixar a ação da União, os recursos que a União tivesse, para essa região, que é mais carente, para que possamos caminhar para um desenvolvimento equilibrado no País.

Essa fronteira de que falamos, amigavelmente, como a fronteira nobre do Brasil, porque tem uma situação econômica muito superior a do restante, pode prescindir dessa colaboração, enquanto que aqueles que estão nessas outras regiões mais carentes precisam de um apoio maior, de uma assistência maior e de recursos muito grandes.

Penso que nessa situação em que há outros em situação muito mais difícil, poderíamos deixar de cogitar do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul para a criação de territórios, porque a presença da União se faz mais necessária nessas outras regiões, não é mesmo? É o meu entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O meu pensamento ficou claro. Queria justamente isso. Não é apenas problema de fronteira, é também problema de desenvolvimento econômico-social. Aí se conjungam e há ainda o problema de prioridade. Falei nesse território do Sul, porque nos nossos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte houve quem apresentasse emenda restaurando esse território e é possível que alguém insista nisso, de modo que foi muito bom que o senhor tivesse dado esse esclarecimento.

E nós estamos aqui cansados, então, num minuto, vou contar uma anedotazinha. Nessa subcomissão de estudos, houve quem quisesse criar Territórios, Estados, e surgiu aqui uma anedota. Não sei, não sou de Minas, nem

do Sul do País, nosso Vice-Presidente é que é de Minas, mas alguém disse: “Olha, o pessoal de Iguaçu não está mais interessado na criação”. “Por quê?” “Porque o pessoal lá, gente mais modesta, conversando, um teria dito para o outro: Você sabe que o pessoal do Triângulo Mineiro está querendo criar um Estado? E então alguém disse:” Pois é, eu soube disso e acho que devemos acabar com essa idéia de criar aqui o Estado do Iguaçu. Mas por quê? Justamente por isso, não devemos mais criar o Estado do Iguaçu, porque ouvi dizer que se for criado o Estado do Triângulo, eles vão se chamar triangulinos, e o senhor já pensou como é que nós vamos ser chamados aqui no Iguaçu? Seremos iguaçuínos. Ah, não! Não podemos.” (Risos)

Acho que podemos terminar. Quero agradecer a contribuição valiosíssima do Dr. Almir. O senhor é professor?

O SR. ALMIR LAVERSVEILER DE MORAES — Não, sou advogado, fui Diretor-Geral do Departamento de Patrimônio Imobiliário do Estado do Rio de Janeiro, fui Procurador-Geral do Incra, sou advogado aposentado do Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Muito bem, o trabalho foi realmente valiosíssimo, nós lhe agradecemos muito, isso vai ficar nos nossos Anais e acredito que partindo dos senhores, partindo da Saden, iremos dar o valor devido. Como o senhor disse, é uma sugestão sujeita a aprimoramentos.

Acho que não havendo nada mais a tratar, o nosso relator tem a palavra.

O SR. RELATOR (Gabriel Guerreiro) — Apenas para deixar as coisas nos devidos lugares, queria que fosse retomado — não temos *quorum*, mas temos um problema que ficou pendente na reunião passada. Já deu *quorum*? Então, se já deu *quorum*, podemos deliberar. Na reunião passada ficou aqui estabelecido que estudaríamos a possibilidade de marcar reuniões mais intensivas da Comissão, como fizemos hoje, e espaçá-las, porque as dificuldades que os parlamentares estão tendo nas campanhas, etc., são muito grandes.

Pedi que fosse colocada essa questão, porque na próxima quinta-feira vou estar com extrema dificuldade de estar aqui. Como a reunião é quinta-feira às 4 horas da tarde, ou nomeamos *ad hoc*, aí um Relator para acompanhar a reunião e depois vou ler o que foi fiado, porque a assessoria me dá, mas não vou poder estar presente na próxima reunião. Tenho uma missão no Baixo Amazonas, que é minha região, e como sabe muito bem o Dr. Almir não dá para ir e voltar no mesmo dia, tenho que ficar para lá uma semana, perdido.

Então, quero deixar logo isso claro. Na próxima quinta-feira não vou estar presente, então gostaria de ver como fazemos nessa situação. Se marcamos uma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Poderíamos marcar para terça-feira?

O SR. RELATOR (Gabriel Guerreiro) — Não, porque vou sair daqui no final da semana, provavelmente amanhã, e só vou voltar depois do outro fim de semana. Já que vou perder a semana, tenho que ganhar os dois fins de semana, senão não faço o que quero. Tenho que sair daqui e passar, no mínimo, 8 dias fora para percorrer essa região.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Então, acho que poderemos realizar a próxima reunião quando o nosso relator retornar. Estamos estudando, o relator é o maior interessado. Vai pensar em tudo isso, essas duas contribuições foram valiosíssimas, nós já mandamos os ofícios aos governadores todos, insistimos naquele problema de...

O SR. RELATOR (Gabriel Guerreiro) — Aliás, hoje, o IBGE nos trouxe uma contribuição muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Valiosíssima, também.

O SR. RELATOR (Gabriel Guerreiro) — Deu-nos aqui uma noção exata de quais são os problemas que existem por estado, levantados pelo IBGE. Eu tomei a liberdade de pedir ao Professor Aluísio que tentasse nos mandar, se possível, a delimitação, os locais, etc., a extensão desses problemas estaduais. Nós já pedimos aos governadores, mas seria interessante saber do IBGE, também, o que eles têm a respeito disso, porque eles têm levantamentos históricos, etc.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — E depois, V. Ex.^a, lá, está também muito valioso para o seu trabalho, para o seu relatório.

Então, acho que nós podemos encerrar aqui, poderíamos aguardar o seu retorno, e eu quero dizer que hoje, antes, eu estive com o Presidente do Congresso, ligeiramente falei a ele, e disse: — Olhe, o art. 12 do Ato, fala apenas em 15 membros. Ele não entrou em detalhes, mas também não proibiu suplentes, e é de acordo com os nossos direitos — direito parlamentar — de acordo com os nossos regimentos todos. As comissões sempre tiveram membros permanentes e membros suplentes. Então, até por analogia, já que o assunto é omissão, eu sugeri que ele examinasse, e vou voltar a insistir, a fim de nós termos os suplentes. E fui informado, hoje, e já disse a ele que na chefia do Gabinete Civil, vale dizer, na Presidência da República, não haveria restrição a isso. Compreenderiam, colaborariam também, e nós teríamos os suplentes. O Regimento do Senado diz que a comissão permanente tem membros titulares e suplentes, as comissões todas, permanentes, sendo que o número é o correspondente. Aqui é o correspondente, às vezes é a metade, aqui é o correspondente. Então, nós vamos insistir nisso para termos sempre número suficiente para realizarmos as nossas reuniões.

Eu, mais uma vez, agradeço a todos os senhores, especialmente ao Dr. Almir de Moraes, pelo seu trabalho, que eu considero, e todos nós reconhecemos, foi um belo trabalho que

trará essa contribuição. E qualquer um dos senhores. E um recorte de jornal, às vezes um trabalho numa revista. Podem encaminhar aqui, nós tiraríamos cópias, distribuiríamos, e, sobretudo, mandaríamos ao nosso relator. Muito obrigado, está encerrada a reunião.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral	NCz\$ 17,04
Exemplar avulso	NCz\$ 0,11

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral	NCz\$ 17,04
Exemplar avulso	NCz\$ 0,11

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP: 70160.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 224-5615, na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 96

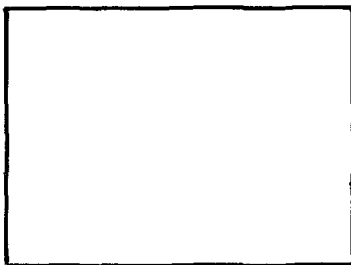
(outubro a dezembro de 1987)

Está circulando o nº 96 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Este número, com 352 páginas, contém as seguintes matérias:

Os dilemas institucionais no Brasil — **Ronaldo Poletti**
A ordem estatal e legalista A política como Estado e o direito como lei — **Nelson Saldanha**
Compromisso Constituinte — **Carlos Roberto Pellegrino**
Mas qual Constituição? — **Torquato Jardim**
Hermenêutica constitucional — **Celso Bastos**
Considerações sobre os rumos do federalismo nos Estados Unidos e no Brasil — **Fernanda Dias Menezes de Almeida**
Rui Barbosa, Constituinte — **Rubem Nogueira**
Relaciones y convenios de las Provincias con sus Municipios, con el Estado Federal y con Estados extranjeros — **Jesús Luis Abad Hernando**
Constituição sintética ou analítica? — **Fernando Herren Fernandes Aguiar**
Constituição americana moderna aos 200 anos — **Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza**
A Constituição dos Estados Unidos — **Kenneth L. Penegar**
A evolução constitucional portuguesa e suas relações com a brasileira — **Fernando Whitaker da Cunha**
Uma análise sistêmica do conceito de ordem econômica e social — **Diogo de Figueiredo Moreira Neto e Ney Prado**
A intervenção do Estado na economia — seu processo e ocorrência históricos — **A. B. Cotrim Neto**
O processo de apuração do abuso do poder econômico na atual legislação do CADE — **José Inácio Gonzaga Franceschini**
Unidade e dualidade da magistratura — **Raul Machado Horta**

Judiciário e minorias — **Geraldo Ataliba**
Dívida externa do Brasil e a arguição de sua inconstitucionalidade — **Nailê Russomano**
O Ministério Público e a Advocacia de Estado — **Pinto Ferreira**
Responsabilidade civil do Estado — **Carlos Mário da Silva Velloso**
Esquemas privatísticos no direito administrativo — **J. Cretella Júnior**
A sindicância administrativa e a punição disciplinar — **Edmir Netto de Araújo**
A vinculação constitucional, a recorribilidade e a acumulação de empregos no Direito do Trabalho — **Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena**
Os aspectos jurídicos da inseminação artificial e a disciplina jurídica dos bancos de esperma — **Senador Nelson Carneiro**
Casamento e família na futura Constituição brasileira a contribuição alemã — **João Baptista Villela**
A evolução social da mulher — **Joaquim Lustosa Sobrinho**
Os seres monstruosos em face do direito romano e do civil moderno — **Sílvio Meira**
Os direitos intelectuais na Constituição — **Carlos Alberto Bittar**
O direito autoral do ilustrador na literatura infantil — **Hildebrando Pontes Neto**
Reflexões sobre os rumos da reforma agrária no Brasil — **Luiz Edson Fachin**

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas
Senado Federal,
Anexo I, 22º andar
Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF
Telefones: 311-3578 e
311-3579



Assinatura

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.
Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

MACHADO DE ASSIS E A POLÍTICA

Livro de crônicas de Machado de Assis sobre o *Senado do Império*.

Apresentação do Senador NELSON CARNEIRO, Presidente do Congresso Nacional; dos escritores Austregésilo de Athayde; Afonso Arinos, Afrânio Coutinho, Carlos Castelo Branco, Luiz Viana Filho, José Sarney, Josué Montello, Marcos Vinícius Vilaça, Raymundo Faoro.

“Política, como eu e o meu leitor entendemos, não há. E devia agora exigir-se do melro o alcance do olhar da águia e o rasgado de um vôo? Além de ilógico seria crueldade.”

(DRJ, 1-11-1861)

“Cada Ministro gosta de deixar entre outros trabalhos um que especifique o seu nome no catálogo dos administradores.”

(DRJ, 10-12-1861)

Edição comemorativa do Sesquicentenário de Nascimento de Machado de Assis.

“Deve-se supor que é esse o escolhido do Partido do Governo, que é sempre o legítimo.”

(DRJ, 10-11-1861)

“Em que tempo estamos? Que País é este?”

(DRJ, 12-6-1864)

“Se eu na galeria não posso dar um berro, onde é que hei de dar? Na rua, feito maluco?”

(A Semana, 27-11-1892)



Edição Limitada
ADQUIRA SEU EXEMPLAR

Edição Normal NCz\$ 30,00
Edição Especial NCz\$ 50,00

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF — CEP 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 224-5615, na Coordenação de Atendimento ao Usuário — Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: NCz\$ 0,11